

REVISTA ESTUDOS

LIBERTÁRIOS

VOLUME 06 NÚMERO 15 1º SEMESTRE/2024

ISSN 2675-0619

DOSSIÊ SOBRE A REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL



REVISTA ESTUDOS LIBERTÁRIOS - UFRJ

EQUIPE EDITORIAL

Editor Geral:

Wallace de Moraes

Prof. do DPTo de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e de História Comparada (PPGHC) todos da UFRJ. Pesquisador do INCT/PPED. Membro do Quilombo do IFCS/UFRJ e do Coletivo de Docentes Negras(os) da UFRJ. Líder do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ) e do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ).

Editor Adjunto:

Juan Filipe Loureiro Magalhães

Doutor em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ), do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e do Quilombo do IFCS (UFRJ).

Editora Assistente:

Gabrielly Sabóia

Licenciada em História (UFRJ). Graduanda de Segunda Licenciatura em Pedagogia (IPEMIG). Membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ), do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e do Quilombo do IFCS (UFRJ).

Editora de Layout:

Ana Beatriz Plácido

Graduanda em Licenciatura em História (UFRJ). Designer (PROCOMUM/SP). Especialista em Fotografia Documental e Filmografia (SENAI/SP). Membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ), do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ) e do Quilombo do IFCS (UFRJ).

SUMÁRIO

SEÇÃO DOS ARTIGOS

4

EDITORIAL: REFLEXÕES A RESPEITO DO DOSSIÊ SOBRE A REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL

Editor Geral da REL

8

O HISTORICÍDIO DAS ANÁLISES CASA-GRANDISTAS E PAULISTO-CÊNTRICAS DOS PROTESTOS DE 2013 NO BRASIL

Wallace de Moraes

20

MEMÓRIAS DE JUNHO DE 2013 NO CARIRI CEARENSE

Cristina Antonioevna Dunaeva e
Bartira Dias de Albuquerque

33

IMPrensa HEGEMÔNICA E BLACK BLOCS NA REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL

Isadora Gonçalves França

54

Manifestações no Brasil entre 2010 e 2020: um recorrido das ruas, redes e instituições

Lara Sartorio e Mariane Silva Reghim

78

DEBATE “2013: A REVOLTA DOS GOVERNADOS 10 ANOS DEPOIS”

Fhoutine Marie

86

DEBATE “2013: A REVOLTA DOS GOVERNADOS 10 ANOS DEPOIS”

Jessica Ellen da Rocha Silva

94

Revolta dos governados de junho de 2013 - debate sobre as experiências de Brasília, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas

Clayton Preto Rodrigues, Victor Khaled,
Vicente Mertz e Wallace de Moraes

SEÇÃO DAS TRANSCRIÇÕES

EDITORIAL

REFLEXÕES A RESPEITO DO DOSSIÊ SOBRE A REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL

Dez anos depois dos maiores protestos da história brasileira (2013), nos quais os governados saíram às ruas em todas as capitais do país e até em alguns bairros, como no caso do Rio de Janeiro, ainda existe uma disputa de interpretações sobre seu significado.

Curiosamente, a esquerda e a direita negam os principais símbolos dos protestos e na campanha eleitoral permanente (que estão imersos até as profundezas de suas existências) uma acusa a outra de ter determinado as ações dos manifestantes que quebraram vidraças de bancos, de sedes de prefeituras, de casas legislativas, criticaram gastos com estádios de futebol, com a copa do mundo da FIFA, a vinda do Papa, dentre outras ações diretas. Esquerda e direita, definitivamente, não compreendem os valores dos insurgentes populares, que chamo por quizumbeiros, muitos deles descendentes de quilombolas.

Esse dossiê está dividido em duas partes. A primeira, trata de artigos que analisam as manifestações de 2013 exclusivamente e/ou inclusivamente. A segunda parte é fruto do seminário que produzimos no âmbito do canal do CPDEL/UFRJ no YouTube por conta do aniversário de dez anos da insurgência popular.

O primeiro artigo é de minha autoria e está no contexto de uma crítica daquilo que chamei por “paulisto-centrismo”, como parte do “casagrandismo” que, por sua vez, constitui-se como expressão máxima do eurocentrismo no Brasil. Explico que tanto a esquerda quanto a direita estão embebidas por essas abordagens ao demonstrarem um profundo amor pelas instituições coloniais e um horror aos protestos de negros, indígenas, anarquistas, revolucionários e pobres em geral.

O segundo artigo é de Cristina Antonioevna Dunaeva e de Bartira de Albuquerque Dias denominado: “Memórias de Junho de 2013 no Cariri Cearense”. Fugindo do paulisto-centrismo e da estadolatria, as autoras resgatam as manifestações de 2013 no interior do Ceará, encenando com a importância das lutas autonomistas e das práticas de organização política e cultural anarquista e libertária. Trata-se de artigo absolutamente importante que joga de pernas para o ar o eurocentrismo, contribuindo para a memória das lutas decoloniais tanto para dentro do Brasil quanto para fora. Super recomendo a leitura.

Já a autora Isadora Gonçalves França apresenta uma importantíssima análise sobre o papel dos oligopólios de comunicação de massa no Brasil e a sua peculiar criminalização das lutas populares. O caso em tela é o dos protestos de 2013 e o papel dos black blocs. França demonstra como os corpos de preto nas manifestações, que serviam de escudo para proteger os manifestantes da violência policial, foram tratados como inconsequentes e taxados como vândalos pela grande mídia. Esse discurso caminha junto com a exigência de um Estado mais punitivista para com quem se rebela. Isadora faz uma pesquisa ímpar, sobretudo para quem tem interesse em saber mais profundamente sobre processos de criminalização de manifestantes praticados sob a estadalatria. Ademais, a autora parte de um quadro teórico decolonial e anarquista, nada peculiar nessa academia casagrandista.

O quarto artigo dessa edição é de Lara Sartorio Gonçalves e Mariane Silva Reghim, diferentes dos demais, elas não se prenderam aos acontecimentos de 2013, mas partiram dele para pensar em outras manifestações que juntos configuram o status quo de divisão entre esquerda e direita no Brasil.

Na segunda parte da edição estão transcrições de um seminário que organizamos sobre os dez anos das manifestações de 2013. Nessa ocasião, convidei diferentes militantes e pesquisadores que participaram dos protestos daquele ano e contribuíram para um pensar anarquista sobre os acontecimentos. A ideia era ouvir e aprender com pessoas de diferentes cidades do país. Assim, dividimos em dois dias. No primeiro, tivemos a participação de Fouthine Marie (coletiva Anarcofeminista Insubmissas), Rafael Saddi (prof. do Dpt. de História da UFGO) e Jessica Ellen da Rocha Silva (Profa. e militante da FOB/Terra Liberta - Ceará). No segundo dia tivemos como debatedores: Clayton Preto Rodrigues (prof. da UFOB, Anarco-individualista, abolicionista penal, ativista do amor livre); Victor Khaled (Militante da FARJ e coordenador do ITHA); Vicente Mertz (Doutorando em Antropologia na Universidade de Lisboa). O debate completo está disponível no canal do CPDEL/UFRJ nos seguinte links: 1) primeiro debate: https://www.youtube.com/live/4sRPiQTOa8Q?si=qJgMukKTte_TAx6; 2) segundo debate: <https://www.youtube.com/live/3Ibcn51F4rU?si=ecccHAO7QahGOB9i>.

Nesse número seguem as duas intervenções das mulheres – Fouthine e Ellen – do primeiro debate (que ocorreu no dia 21 de junho de 2023) e a transcrição na íntegra do segundo debate (que ocorreu exatamente uma semana depois no dia 28 de junho de 2023). Foi uma experiência muito gratificante ouvir e aprender com diferentes perspectivas sobre as particularidades de diferentes territórios: São Paulo, Ceará, Porto Alegre, Goiás, Rio de

Janeiro, Pelotas, Florianópolis. É um sonho poder publicar as falas de militantes tão importantes e que ajudaram a construir os atos propriamente ou participaram deles como observadores participantes. Aqui não é o academicismo eurocentrado, casagrandista e paulisto-cêntrico que molda nossas análises, muito ao contrário, são os militantes que possuem valor nas suas interações com as pessoas que compõem seus diferentes movimentos sociais autônomos. Assim, completamos esse número da REL.

Espero que o leitor se agrade com o que deverá ler e tenha acesso as interpretações que fogem da caixinha estadolátrica que vigora nas nossas universidades por intelectuais que escrevem do conforto de suas poltronas de luxo e contra os signos populares.

Boa leitura! Saudações quilombolas, quizumbeiras, quizombeiras e libertárias!

Rio de Janeiro, 2 de março de 2023.

Wallace de Moraes – editor geral da REL.

ARTIGOS

**O HISTORICÍDIO DAS ANÁLISES CASA-GRANDISTAS E
PAULISTO-CÊNTRICAS DOS PROTESTOS DE 2013 NO BRASIL**

**THE HISTORICIDE OF CASA-GRANDISTA ANALYSIS AND
PAULISTO-CENTRICS OF THE 2013 PROTESTS IN BRAZIL**

Wallace de Moraes

Prof. do DPTo de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e de História Comparada (PPGHC) todos da UFRJ. Pesquisador do INCT/PPED. Diretor do NEABI/UFRJ. Coordenador do Gp de pesquisa: Quilombo da UFRJ. Membro do Quilombo do IFCS e do Coletivo de Docentes Negras(os) da UFRJ. Líder do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ) e do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ).

RESUMO

Nesse artigo abordo as interpretações hegemônicas produzidas por intelectuais paulistas sobre os protestos de 2013. Esse *modus operandi* imita o eurocentrismo e o aplica, no Brasil, na forma de casa-grandismo. São todas, na prática, glosas coloniais que possuem horror aos pobres, aos negros, aos favelados, periféricos e à desordem. Portanto, racistas e estadolátricas, paladinas da ordem e, por isso, detestam os signos da revolta dos governados de 2013. Sustento o quanto os setores majoritários da esquerda e da direita reproduzem o casa-grandismo, o paulisto-centrismo e a ojeriza aos significados das manifestações autônomas daquele ano.

PALAVRAS-CHAVE

Eurocentrismo; similaridade entre esquerda e direita; revolta dos governados de 2013 no Brasil.

ABSTRACT

In this article I discuss the hegemonic interpretations produced by intellectuals from São Paulo regarding the 2013 protests. This *modus operandi* imitates Eurocentrism and applies it, in Brazil, in the form of casa-grandismo. They are all, in reality, colonial glosses that have a horror of the poor, black people, favela residents, peripheral people and disorder. Therefore, racists and statist, champions of order and, therefore, hate the signs of the revolt of the governed in 2013. I sustain how much the majority of the sectors of the left and right reproduce casa-grandismo, paulisto-centrism and despise the meanings of the autonomous revolts that year.

KEYWORDS

Eurocentrism; similarity between left and right; 2013 revolt of the governed in Brazil.

O HISTORICÍDIO DAS ANÁLISES CASA-GRANDISTAS E PAULISTO-CÊNTRICAS DOS PROTESTOS DE 2013 NO BRASIL

Curiosamente, a direita atribui as manifestações de 2013 ao comando da esquerda que, por sua vez, revida e assevera que pertenciam à direita. Essas suposições dizem muito, principalmente, porque foram odiadas pelas elites de todos os partidos. Todavia, ambas estão erradas, pois a revolta popular não foi nem de uma nem de outra, mas dos governados. Diante desse cenário há uma grande disputa sobre o seu significado. O que ninguém pode negar é que os protestos de 2013, no Brasil, foram os maiores da nossa história e incluiu todas as capitais, centenas de cidades e até favelas e bairros periféricos.

Almejo nesse pequeno artigo fazer uma crítica ao casa-grandismo e sua versão específica sobre os protestos de 2013 que chamarei por “paulisto-centrismo”, existente nas análises da esquerda e da direita sobre as maiores manifestações da história brasileira.

A literatura decolonial tem se notabilizado por realizar uma profunda crítica ao eurocentrismo e sua maneira de ver o mundo a partir da Europa e das suas instituições. Assim, joga luz sobre o colonialismo e as colonialidades (ou resquícios daquele) que ainda perduram e jazem as diferentes formas de manifestações do racismo (epistêmico, religioso, pela cor da pele, traços fenótipos e outros) algo permanente nas vidas de corpos negros e indígenas.

De maneira similar, no Brasil, existe nas ciências sociais um casa-grandismo que expressa análises proferidas por intelectuais beges que ocupam espaços centrais nas universidades que odeiam o cheiro de preto, pobre, e os tratam como se estivessem em um laboratório manipulando uma molécula. Veem assim por meio de uma lente que o colocam como senhor do que é certo e projeta no seu objeto de estudo toda sua formação eurocêntrica que recebeu por décadas de estudo. Desta forma, pesquisa uma célula de forma exteriorizada, sem entender a experiência da sua vida e muito menos os seus signos, pois, como observador isento, externo, observa do alto da sua “senhoridade” julgando-a nas suas ações. O casa-grandismo consiste na mais tenaz reprodução do eurocentrismo no Brasil e seus valores institucionalistas, estadolátricos, igrejistas, militaristas, autoritários, capitalistas, hierárquicos, patriarcais, cisheteronormativos, racistas, punitivistas, disciplinares, excludentes e desiguais. Trata-se da escrita de quem possui o poder e habita as casas-grandes. No cativeiro estão os animais, estudados sob uma lente borrada pelo preconceito. Portanto, o casagrandismo nada mais é do que a aplicação do eurocentrismo pelos seus idolatras brasileiros. Especificamente, sobre a análise da revolta de 2013 identifiquei uma versão “paulisto-cêntrica”, cuja literatura é

tanto produzida por seus intelectuais quanto a sua história é abordada, sobretudo pela grande mídia, como se fosse a história de todo o Brasil. Somado a isso, os principais “pensadores” no Brasil estão em São Paulo e foram eles que mais escreveram sobre 2013 e que têm espaço na mídia. Esses professores da USP, Unicamp etc... servem, simultaneamente, como linha de transmissão das ideias do PT, que impõe uma forma peculiar de casa-grandismo.

O fenômeno do paulisto-centrismo é facilmente percebido nos exames sobre os “protestos de junho de 2013”. Assim, a intelectualidade da terra da garoa nos induz a crer que, por exemplo, as manifestações se resumiram a junho. Ao mesmo tempo, quando os protestos surgiram em sua cidade, foram amplamente divulgados pela grande mídia, especialmente porque lá vários jornalistas foram atacados brutalmente pela Polícia Militar, obrigando os oligopólios de comunicação de massa a veicularem a violência policial com indignação, como forma de solidariedade com seus colegas. De fato, sob a colonialidade do poder, os acontecimentos na Europa e nos EUA viram notícias para o mundo. Algo similar ocorre de São Paulo para o Brasil.

Esses dois aspectos manifestam um falseamento da história com a prática do reducionismo *a la* eurocentrismo. Assim, externalizam uma interpretação do seu território como se universal fosse. Para combater o historicídio, é necessário ressaltar que os primeiros atos contra o aumento das passagens dos transportes aconteceram em Salvador, em 2003; depois em Florianópolis e Vitória, 2004. Na década de 1980, os governados fizeram muitos quebra-quebras em contrário aos aumentos abusivos dos transportes públicos em várias cidades, alguns em contextos de greves gerais. Em 2013, as primeiras manifestações com essas demandas começaram em janeiro em Porto Alegre. Foram seguidas em maio na cidade de Goiânia. No Rio de Janeiro, os protestos de rua, de enfrentamento, começaram em abril, contra a desocupação da aldeia Maracanã e de várias outras. É importante destacar que a cidade maravilhosa para os governantes foi sede da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). Com efeito, 2013 foi um ano de expulsão de várias comunidades para a construção de aporte para os jogos. Uma verdadeira política racista e antipopular.

Outra claudicação das interpretações paulisto-cêntricas é reduzir a pauta dos protestos ao aumento dos transportes públicos. No Rio, por exemplo, sua continuidade se deve a outras diferentes demandas dos governados. Dito isso, entramos em uma questão metodológica. É importante ficar límpido, que a discussão sobre 2013 não é meramente sobre acontecimentos históricos, mas se trata, sobretudo, de análise sobre como interpretar lutas sociais autônomas em seu conjunto. Em 2013, houve várias outras pejejas, como de ocupação, seja de terra, de

prédio, de escolas. Aliás, tanto no Rio de Janeiro, quanto em outros estados, inclusive São Paulo, as manifestações não se resumiram a junho, nem a 2013. No Rio, foram até julho de 2014.

Ademais, as explicações paulisto-cêntricas criticam os protestos pela sua falta de líderes, pela expulsão de partidos políticos, pela quebra das vidraças das agências bancárias, pelo enfrentamento das forças policiais, pelas greves, pela crítica a vinda do Papa, pela sua horizontalidade. Nesse sentido, o paulisto-centrismo não se constitui apenas como uma forma de centrar em uma cidade, mas é uma maneira oficial de fazer análise, que é institucionalista, casa-grandista, por excelência. Não sem razão, tal como o eurocentrismo ignora as lutas e ações diretas dos anarquistas europeus, o paulisto-centrismo comete o historicídio com relação aos manifestantes revolucionários, autônomos e libertários que tiveram um protagonismo central nos protestos de rua. Quando suas ações são abordadas, são descaracterizadas, desmerecidas e até ridicularizadas, mas o comum é ignorá-las completa e desavergonhadamente.

Nesse sentido, interpretações nesse veio não ocorrem apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil, pois tal como o eurocentrismo é exercido por intelectuais em outras partes do mundo, o casa-grandismo ou paulisto-centrismo (na sua versão sobre 2013) é praticado por intelectuais do Brasil todo, principalmente enquanto glosas estadolátricas e contra-revolucionárias.

Desta maneira, não problematizam as ações diretas realizadas no dia 17 de junho de 2013, no Rio de Janeiro, quando os indígenas da aldeia Maracanã e capoeiristas fizeram uma grande fogueira e praticaram seus rituais, dançaram, jogaram capoeira, brincaram e lutaram em frente à ALERJ, comemorando a expulsão dos policiais do local. Os governados aderiram em um grande congraçamento e fizeram até música que até hoje é entoada pelos movimentos autônomos em protestos do RJ: “Rio de Janeiro sensacional, tomou a ALERJ, de pedra e pau”.

A união popular foi um fenômeno único, mas imperceptível às lentes casa-grandistas. Nos protestos do Rio, quem levava a bateria eram as torcidas organizadas dos times da cidade. Foi extraordinário ver flamenguistas, botafoguenses, vascaínos e tricolores juntos por uma única causa. Naquele ano, foi criado um movimento nacional das torcidas organizadas contra a privatização dos estádios de futebol e a elitização dos preços dos ingressos. Isso é pouco discutido na literatura. Esses intelectuais que vivem nas suas casas-grandes não têm origem popular e não sabem como funciona a vida e os signos dos governados, dos pobres desse país.

Por isso, as ações diretas dos torcedores, dos indígenas, dos sem-teto, dos capoeiristas são absolutamente negligenciadas e tratadas como resíduos descartáveis das pesquisas laboratoriais dos intelectuais paulisto-cêntricos.

No RJ, aconteceu uma questão inusitada, mas que precisa ser teorizada. Os militantes dos partidos políticos de esquerda com as suas bandeiras foram para a passeata do dia 20 de junho e lá apanharam de um grupo desconhecido. Essa foi a maior manifestação do Brasil com um milhão e meio de pessoas nas 16 pistas da Av. Presidente Vargas no Centro do RJ. Não vou entrar no mérito sobre quem bateu e por quê. A questão fundamental é: quando tem um grupo de militantes políticos que apanham diante de um milhão e meio de pessoas e ninguém sai em sua defesa, significa o quê? A meu ver trata-se de um sinal evidente: esses partidários não têm penetração social. Não têm adesão popular. Essa simples pergunta não foi realizada pelos intelectuais da casa-grandistas.

Algo parecido aconteceu com as lutas LGBTQIAP+. Em 2013, ocorreu a visita do Papa para abertura do encontro mundial da juventude católica, no RJ. As comunidades LGBTQIAP+ e negras participaram de amplos movimentos em contrário a vinda do pontífice por representar a instituição que patrocinou o colonialismo e a imposição de um modelo patriarcal, cisheteronormativo, racista, hierárquico, autoritário e disciplinar. Igualmente, estavam os torcedores e os movimentos de favelas. Os pensadores paulisto-cêntricos descartam esses fenômenos das suas pesquisas, como acidentes de percurso, que não faz parte do todo. Eles só entendem o papel dos governantes, da grande mídia, dos empresários, dos partidos políticos, e quando um pouco curiosos, levam em conta os sindicatos. Assim, comprovam que foram educados pelo eurocentrismo. Eles não jogaram luz sobre a convocação de uma greve geral durante as manifestações. Foi deveras emblemático assistir ao presidente da CUT vir a público dizer que são contra a greve geral puxada pelos movimentos sociais. Olha a que ponto chegamos! Nessa linha, passou despercebido aos olhos casa-grandistas que o ano de 2013 foi o de maior quantidade de greves da história brasileira.

Tentando combater as teses hegemônicas casa-grandistas, segundo as quais, 2013 produziu o fascismo no Brasil, defendo no meu livro (DE MORAES, 2018) que quem criminalizou os black blocs e a luta popular (exatamente os que combatiam tudo aquilo que foi eleito em 2018) foi que colaborou para a vitória do militarismo e do igrejisismo no Brasil. Os governos petistas e seus aliados nos estados: Sérgio Cabral, igrejisttas, militaristas, agronegócio, FIESP, grande mídia colaboraram para a criminalização dos rebeldes e assim

prepararam o terreno para o crescimento das ideias autoritárias e discriminatórias do candidato do ódio e das armas que venceu as eleições de 2018.

Essas são algumas das diferenças das análises anarquistas para as casa-grandistas. Toda ação revolucionária, em qualquer parte do mundo, como a comuna de Paris, maio de 68, revolução do Haiti, revolução Mexicana gerou uma reação dos privilegiados e protegidos pelos Estados. Por exemplo, em junho 1968, no RJ, a passeata dos cem mil contra ditadura foi o estopim para a recrudescimento da repressão com a institucionalização do AI-5 e dezembro daquele ano. Teria cabimento culpar quem foi à manifestação contra a ditadura pela instalação do AI-5? Aqueles que defendem isso apenas assinam ter um alto grau de ignorância... de um mau-caratismo intelectual enorme. Assim como a insurgência de 2013 não pode ser responsabilizada pela reação a ela. A revolta dos governados de 2013 foi uma ação revolucionária contra a Copa do Mundo, o aumento da passagem de ônibus e a violência policial. Inclusive, uma das palavras de ordem mais cantadas nos protestos eram as seguintes: “não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”, ou então “sem hipocrisia, essa polícia mata pobre todo dia”, alguns falam, “mata preto todo dia”.

Na esteira dos protestos de 2013, surgiram os “rolezinhos” nos shopping centers. Manifestação importantíssima que escancarava o apartheid social. Sem nenhuma surpresa, um dos seus organizadores aqui do Rio, morador de uma comunidade da Penha, foi assassinado pela polícia tempos depois.

Em síntese, no RJ, tudo começou com a defesa da Aldeia Maracanã e foi até julho de 2014, quando 23 militantes foram presos – todos da FIP (Frente Independente Popular) que agregava diferentes movimentos sociais autônomos e independentes de partidos políticos. A partir dessas prisões, podemos ter a dimensão da sua importância na organização dos protestos. No interior das manifestações de 2013 ocorreram: 1) as greves dos professores do estado e da cidade do Rio de Janeiro, em setembro/outubro; 2) ocupações de diversas câmaras municipais; 3) rolezinhos em shoppings; 4) greve dos Garis, em fevereiro de 2014 – que foi chamada de Greve Negra; 5) greve dos rodoviários por melhores salário realizada a despeito das direções sindicais. Os black-blocs estavam em todas as partes e assumiram o protagonismo em diferentes momentos como nas comemorações do dia 7 de setembro, quando interromperam o desfile militar. O “Fora, Cabral!” e o “Cadê o Amarildo?” foram palavras de ordem criadas exatamente pelos black-blocs.

Definitivamente não dá para classificar um movimento dessa magnitude e com as demandas supracitadas, como de direita. É teórica e empiricamente impossível. Todavia, os

casa-grandistas e paulisto-cêntricos, intelectuais de laboratório, fizeram isso com a maior cara deslavada do mundo. Assim, como descartaram fatos absolutamente relevantes para uma perspectiva decolonial, contra-colonial, libertária, quilombola, quizumbeira, anti casa-grandista na sua essência. São essas questões que queria resgatar para pensar 2013 que está em disputa desde o primeiro mês daquele ano! Fogo nas casas-grandes e nos seus intelectuais e lutemos por uma universidade que contemple os saberes negros, indígenas e libertários desse território! 🔥🔥🔥👊👊👊

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel (2013). Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.

CHAUI, Marilena (2013). Uma nova política é possível? Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

CHOMSKY, Noam (2012). Occupy. London: Penguin Books.

MORAES, Wallace de (2018a). Governados por quem? – Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas.

DUPUIS-DÉRI, Francis (2014). Black Blocs. São Paulo: Veneta.

FERREIRA, Andrey C. (2015). A festa e a revolta: confrontando as leituras de junho de 2013 com uma antropologia política das rebeliões populares. Núcleo de Estudos do Poder. Disponível em: <https://nepcpda.wordpress.com/2015/06/18/a-festa-e-a-revolta-confrontando-as-leituras-de-junho-de-2013-com-uma-antropologia-politica-das-rebelioes-populares/>

GOHN, Maria da Glória (2014). Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes.

GORDON, Uri (2015) Anarquia viva! Política antiautoritária da prática para a teoria. Porto Alegre: Editora Subta.

GRAEBER, David (2002). The new anarchists. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/13/david-graeber-the-new-anarchists>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

HERNANDEZ, Hélène (2008). Maio de 1968: o início de uma luta prolongada? In Maio de 68 - os anarquistas e a revolta da juventude. São Paulo: Imaginário.

IASI, Mauro (2013). Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>. Acesso em: 03 de agosto de 2014.

IASI, Mauro (2013b). A rebelião, a cidade e a consciência. in MARICATO, Ermínia [et al.] (2013). Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

KROPOTKIN, P. (2007). Os princípios anarquistas e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

LOCATELLI, Piero (2013). #Vempruarua: As Revoltas de Junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento (Breve Companhia). São Paulo: Companhia das Letras.

LÖWY, Michel (2014). O movimento passe livre. São Paulo: Blog Boitempo. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>. Acesso em 20 de julho de 2014.

LUDD, Ned (2002). Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/70965/Urgencia-Das-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

MAGALHÃES, Juan Filipe Loureiro (2017). TERROR NAS ENTRELINHAS: O conceito de terrorismo como um discurso de poder político e suas apropriações ideológicas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHC/ UFRJ, sob orientação de Wallace dos Santos de Moraes.

MARICATO, Ermínia [et al.] (2013). Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

MARICATO, Ermínia [et al.] (2014). Quando novíssimos atores entram em cena conquistas inesperadas acontecem. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/05/quando-novissimos-atores-entram-em-cena-conquistas-inesperadas-acontecem/>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

MENDES, Igor (2017). A pequena prisão. São Paulo: n-1 edições.

MÉSZÁROS, István. (2004). O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo in MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

MORAES, Wallace de (2018b). Para quem sabe ler, um pingo é letra – reflexões sobre o significado do fascismo. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/> . Acessado em 06 de novembro de 2018.

MORAES, Wallace de (2023). A amnésia seletiva da elite branca e o espólio do 13 de maio: a denegação do negro enquanto sujeito histórico e as migalhas que lhes sobraram. Le Monde Diplomatique. Artigo publicado em 17 de maio de 2023.

MORAES, Wallace de (2022). “A palavra liberalismo nos dá a falsa ideia de defender a liberdade. Deveríamos chamar por proprietarismo.” Entrevista à Revista Carta Capital em 31 de março de 2022 disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/a-palavra-liberalismo-nos-da-a-falsa-ideia-de-defender-a-liberdade-deveriamos-chamar-de-proprietarismo/>

MORAES, Wallace de (2020b). As origens do Necro-racista-Estado no Brasil – crítica desde uma perspectiva decolonial e libertária. Revista de Estudos Libertários da UFRJ. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/39358>

MORAES, Wallace de (2020c). A NECROFILIA COLONIALISTA OUTROCÍDA NO BRASIL. Revista Estudos Libertários, 2(3), 11/29. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/34104>

MORAES, Wallace de (2020d). Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocidas – uma crítica decolonial libertária. Site OTAL/IFCS/UFRJ. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>

MORAES, Wallace de (2018). 2013 – Revolta dos Governados (ou para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: Via Verita.

MORAES, Wallace de (2020a). Crítica à estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. Revista Teoliterária, PUC/SP.

MORAES, Wallace de (2014a). A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil – uma crítica anarquista. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-respeito-do-aniversario-da-ditadura-civil-militar-no-brasil-uma-critica-anarquista/> Acesso em: 20 de julho de 2014.

MORAES, Wallace de (2008). Estado mínimo contra a fase histórica camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick”. In PIRES FERREIRA, S. Lier; GUANABARA, Ricardo e JORGE, Vladimyr Lombardo (orgs.). Curso de Ciência Política – grandes autores do pensamento político e contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus.

MORAES, Wallace de (2013). A cobertura antipopular da mídia no Brasil contemporâneo. Disponível em: <http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-cobertura-antipopular-da-midia-no-brasil-contemporaneo/>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

MORAES, Wallace de (2009). Poliarquia em “4 d” – R. Dahl, R. Michels, Teoria da Escolha Racional e uma provocação mais que democrática. Duque de Caxias: Revista de Direito da Unigranrio, ISSN: 1984-7920. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr>.

MUSSE, Ricardo (2013). A potência das manifestações de rua. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/10/a-potencia-das-manifestacoes-de-rua/>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

OLIVEIRA, E. (2014). O Movimento Rolezinho. Disponível em: <https://evanderoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/152053538/o-movimento-rolezinho>. Acesso em: 27 de julho de 2014.

OLIVEIRA, Francisco de (2013). Entrevista para Ricardo Galhardo do Site IG – dia 07 de julho de 2013. Disponível em:
<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-07-07/as-manifestacoes-nao-foram-nada-demais-diz-o-sociologo-francisco-de-oliveira.html>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

SANTANA, Guilherme Xavier (2016). Ocupa Tudo: uma interpretação libertária do movimento de ocupações escolares em 2016 no Rio de Janeiro in anais Colóquio Território Autônomo.

SANTOS, Fabiano dos (2013). Primavera brasileira ou outono democrático? Disponível em:
<http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf2.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (2014). A Nova era da violência. Revista Carta Maior. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-nova-era-da-violencia/4/30257>. Acesso em: 03 de agosto de 2014.

SIMAS, Luciana (2018). Direito à maternidade e (des)encarceramento feminino no Brasil: perspectivas éticas e jurídicas da punição criminal. Tese de doutorado defendida no PPGBIOS da UFRJ.

SIMAS, Luciana & De Moraes, Wallace (2016). **Direito para quem? governados rebelados criminalizados**. Revista Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica in vol. 8 – n. 1.

SINGER, André (2014). Rebellion in Brazil. New Left Review, January-february 2014, vol.85, pp 19-37.

TAYLOR, Chris (2018). Facebook e seu novo algoritmo: a distopia total. Disponível em:
<https://outraspalavras.net/comunicacao-2/facebook-e-seu-novo-algoritmo-a-distopia-total/>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

TOMAZINE, Eduardo (2014). Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa. Disponível em:
<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

VAINER, Carlos (2013a). Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos. Disponível em:
<http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/02/mega-eventos-mega-negocios-mega-protestos/>. Acesso em 27 de julho de 2014.

VAINER, Carlos (2013b). Quando a cidade vai às ruas in MARICATO, Ermínia [et al.] (2013). Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.

ZIZEK, Slavoj (2013). Problemas no paraíso in Cidades Rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo.

MEMÓRIAS DE JUNHO DE 2013 NO CARIRI CEARENSE

MEMORIES OF JUNE 2013 IN CARIRI/ CEARÁ/ BRAZIL

Cristina Antonioevna Dunaeva

Doutorado em Ciências Sociais/ UNICAMP (2013). Mestrado em História da Arte/ UNICAMP (2005). Professora adjunta do Curso de Teoria, Crítica e História da Arte/ Departamento de Artes Visuais/ Instituto de Artes/ UnB - Universidade de Brasília. Traduziu para o português o tratado Dos Novos Sistemas na Arte (1919) de Kazimir Maliévitch (1878 - 1935). Líder do Grupo de Pesquisa "História da Arte: estudos feministas e decoloniais" (CNPq). Autora de: "Artistas da vanguarda na Rússia Revolucionária e o Anarquismo", In: Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento; Lená Medeiros de Menezes. (Org.). Revolução Russa: outros atores, cenários, abordagens e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019; "Breve esboço sobre a arte antimilitarista na Rússia contemporânea", In: Jallageas, Neide, Gomide, Bruno, (Org.) Ensaios sobre a Guerra Rússia Ucrânia 2022. 1ed. São Paulo: Kinoruss, 2022; "Estatueta incógnita proveniente do Peru, datação não identificada, autoria desconhecida: por uma história da arte menos eurocêntrica e mais problematizadora", In: Adriano Pedrosa; Luciano Migliaccio. (Org.). Entre Nós: antologia. A figura humana no acervo do MASP. 1 ed. São Paulo: MASP, 2017; "Orient(e)ação: as vanguardas artísticas na Rússia confrontando o eurocentrismo", Revista VIS (UnB), v. 16, p. 1-21, 2017.

Bartira Dias de Albuquerque

Doutora e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. É autora dos livros "Noor em nós" (2010) e "Terra tremida de natureza dançante" (2023) e do artigo "Performance, ativismo e marcadores de diferença: processos de aprendizagens sobre gênero, raça e classe com o grupo Tambores de Safo" (2020). Suas pesquisas são voltadas para questões relacionadas à arte, performance, ativismo, ativismo, anarquismo, gênero, sexualidade, classe e raça.

RESUMO

Neste ensaio buscamos resgatar as memórias dos acontecimentos de Junho de 2013 no Cariri cearense. Procuramos apontar a heterogeneidade de atores sociais envolvidos em protestos de movimentos sociais naquele momento histórico e descrever como cada local específico do país se organizou para as manifestações em torno de pautas específicas. Descrevemos algumas características em comum que percebemos em todas as manifestações de Junho, mas focamos em particularidades do contexto social, político e cultural específico de uma região interiorana do país. Trazemos uma recordação do dia mais marcante das manifestações de Junho, em Juazeiro do Norte (CE), com intuito de deixar registrado este acontecimento importante para a história dos movimentos sociais, das lutas autonomistas e das práticas de organização política e cultural anarquista e libertária. Almejamos, ainda, pensar a memória das manifestações de Junho a partir de análise do contexto social de uma região específica, trazendo um pouco de sua história e apresentando suas peculiaridades sócio-culturais.

PALAVRAS-CHAVE

História dos movimentos sociais; Anarquismo; Movimentos sociais autônomos; História contemporânea do Ceará; Cariri.

ABSTRACT

In this essay we seek to recover the memories of the events of June 2013 in Cariri Ceará. We point out the heterogeneity of social actors involved in these protests of social movements at that historical moment and describe how each specific place in the country organized itself demonstrations with specific political agendas. We describe some common characteristics that we perceive in all the demonstrations of June, but we focus on particularities of the specific social, political and cultural context of a region of Cariri. We bring back memory of the most remarkable day of the June demonstrations, in Juazeiro do Norte, in order to record this memorable event, important for the history of social movements, autonomist struggles and practices of anarchist and libertarian political and cultural organization. We also aim to think about the memory of the June demonstrations from the analysis of the social context of a specific region, bringing a little of its history and presenting its social and cultural peculiarities.

KEYWORDS

History of social movements; Anarchism; Autonomous social movements; Contemporary history of Brazil.

MEMÓRIAS DE JUNHO DE 2013 NO CARIRI CEARENSE

“A montanha nos falou de pegar as armas para assim ter voz,
nos falou para cobrirmos a cara para assim ter rosto.
Nos falou de esquecer nosso nome para assim sermos mencionados.
Nos falou de guardar nosso passado para assim ter amanhã.
Na montanha vivem os mortos, nossos mortos”.
(Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral do EZLN)

Preâmbulo dos acontecimentos de Junho de 2013 no Cariri

As manifestações populares de 2013 aconteceram no Cariri no contexto de lutas sociais locais, ficaram marcadas para sempre na memória. Compartilhamos neste ensaio um relato sobre os principais momentos da explosão incomum das manifestações e ações diretas que ocorreram há dez anos.

Por morar em 2013 numa região afastada de grandes centros urbanos acompanhávamos pela internet as enormes manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, inicialmente, e, depois, em capitais de outros estados. As manifestações cresciam com a adesão popular cada vez maior, a repressão das forças de segurança tornava-se mais brutal, ficávamos com o coração na mão pensando em companheiros e companheiras, pessoas conhecidas, amigas e amigos que sabíamos estavam nas linhas de frente resistindo com seus corpos à barbárie policial.

No Cariri, região no interior do Ceará que compreende o assim chamado triângulo Crajubar, composto pelas cidades Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, as manifestações de Junho coincidiram com a greve de professores do magistério do ensino básico. Isto na principal e maior cidade daquela região – Juazeiro do Norte. Professores da rede municipal desta cidade deflagraram a greve em 12 de Junho após a prefeitura, comandada na época pelo prefeito popularmente nomeado de “Raimundão” (Raimundo Macedo, do PMDB), anunciar o corte de bônus salarial que compunha cerca de 40% do salário efetivo dos servidores¹. A categoria e a população local ficaram indignadíssimas. Começou a greve, mais que justa, com amplo apoio popular.

Professores do ensino básico e estudantes das universidades locais representavam duas categorias mais mobilizadas naquela região. Organizavam-se em sindicatos e diretórios

¹ A greve foi noticiada em veículos midiáticos nacionais: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/06/professores-de-juazeiro-mantem-greve-ate-terem-reajuste-salarial.html>. Acesso em: 27 Jul 2023.

acadêmicos, promoviam mobilizações conseguindo juntar bastante gente. No entanto, até aquele momento, faziam uso das práticas de mobilização e resistência ortodoxas, como marchas ordeiras que seguiam os trajetos preestabelecidos e acordados com a prefeitura, o departamento de trânsito e a polícia. As manifestações eram comandadas pelas lideranças sindicais fazendo uso de palanques (carros com plataformas ou trios elétricos), megafones, palavras de ordem e direcionamento bastante rígido. Quem ia para esse tipo de manifestação comum sabia exatamente qual seria o trajeto da marcha, que horas começaria o movimento da coluna de participantes, que horas e onde terminaria. Não havia expectativa de, digamos, imprevistos ou de acontecimentos incomuns. Geralmente, as manifestações ocorriam pacificamente, sem a interferência policial, já que seguiam planos acordados com a administração local.

Em Junho de 2013 vivenciamos manifestações diferentes que fugiram do cenário conhecido, apesar dos participantes, em sua maioria, serem os mesmos. Podemos supor que houve naquele momento uma reelaboração criativa das práticas de manifestação, de resistência e de luta por seus direitos. A mudança que sucedeu se deve a dois fatores principais: uma situação drástica de corte de quase metade de salário dos professores, algo que gerou uma indignação enorme; e as manifestações que ocorriam no país inteiro naquele momento, marcadas por uma cultura de resistência bastante diferente.

Sabe-se que os protestos de Junho foram inicialmente organizados por movimentos sociais autonomistas, como o MPL, que se diferenciavam, em sua forma de existência e princípios, das instituições políticas ortodoxas, como partidos ou movimentos sociais verticalizados. Por isto, as manifestações de Junho caracterizavam-se por práticas de manifestação não cristalizadas, não ordeiras e com uso amplo de ações diretas diversificadas. Em si, tais práticas não eram novas ou desconhecidas, muito pelo contrário, eram instrumentos de resistência popular antigos, testados em contextos históricos e políticos diversos, como a Comuna de Paris de 1871, a greve geral no Brasil de 1917, a Revolução Espanhola de 1936, o Maio de 1968, os protestos antiglobalistas de Seattle, Praga, Brasil, só para citar alguns dos exemplos mais conhecidos. A organização horizontal dos movimentos sociais, a diversidade das táticas de resistência, as respostas não passivas à violência policial, a carnavalização dos protestos das manifestações e as ações diretas são alguns dos métodos de protesto comuns, porém vistos com suspeita tanto pelas instituições políticas do espectro de esquerda (pois desestabilizam o centralismo e o fisiologismo destes), quanto pelas corporações midiáticas que procuram não noticiá-los (para não servirem de exemplos de luta

popular) ou os desqualificar sob as insígnias de “vandalismo” ou “baderna” (tirando-lhes seu caráter de “seriedade” e os criminalizando).

Mas em Junho de 2013, devido ao crescimento surpreendente das manifestações organizadas pelo MPL, ficou impossível de ignorá-las, tanto para grandes partidos políticos esquerdistas, quanto para mídia mainstream. As táticas de resistência às forças de segurança, as manifestações libertárias, sem trios elétricos, sem o comando dos líderes, com as práticas de assembleias, de participação democrática efetiva de manifestantes em decisões coletivas, acabaram sendo amplamente noticiadas. Diríamos que naquele momento houve o “rompimento da bolha” pelos movimentos autonomistas e suas ideias e práticas, após longo período de “trabalho de formigas” (difusão das políticas libertárias nos contextos periféricos e entre as organizações populares comunitárias, por exemplo), ficaram conhecidas por amplos setores sociais.

Quem saiu às ruas no Cariri apoiando a greve de professores já sabia naquele Junho, que, sim, era possível se manifestar de forma diferente. Havia certo contágio, uma grande empolgação com os acontecimentos em grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Fortaleza. Existia a esperança na possibilidade de vitória de lutas sociais, dos movimentos populares e as pessoas viam que esta vitória poderia estar relacionada ao uso de táticas de manifestação diferentes.

As práticas de luta, como sabemos, apoiam-se em ideias específicas. No caso do Cariri, existiam alguns grupos, mais ligados ao campo artístico ou às lutas específicas, como direitos das populações LGBTQI+, que difundiam e praticavam os ideários anarquistas e libertários e se organizavam de forma horizontal e autônoma em relação às instituições políticas ortodoxas. No âmbito da greve de professores da rede municipal de Juazeiro do Norte, podemos afirmar que esses grupos se tornaram atores sociais protagonistas e que conseguiram propor a diversificação de táticas de resistência e de luta por seus direitos.

A catarse ou uma armadilha para o Raimundão

O acontecimento histórico que marcou as manifestações de Junho de 2013 no Cariri foi a longa manifestação de 19 de Junho. Uma manifestação absolutamente incomum, que tomou rumos imprevisos e teve desdobramentos surpreendentes. O acontecimento histórico que marcou as manifestações de Junho de 2013 no Cariri foi a longa manifestação de 19 de

Junho. Uma manifestação absolutamente incomum, que tomou rumos imprevistos e teve desdobramentos surpreendentes.

A greve havia sido deflagrada em 12 de Junho e nos dias seguintes já houve manifestações organizadas pelo sindicato. Cada manifestação contava com maior número de pessoas. No dia memorável que recontamos aqui a concentração acontecia de forma habitual, no centro da cidade, ao lado de dois pontos urbanos importantes: a Escola Polivalente de Ensino Básico, uma das maiores da região, e o estádio municipal popularmente conhecido como Romeirão. Na época, uma das autoras trabalhava como professora de história da arte na Universidade Regional do Cariri e o campus também ficava perto, havia muitos rostos conhecidos na pequena multidão que se concentrava para a manifestação – estudantes, colegas professores, amigos, artistas. O clima estava animado, com batucada, distribuição dos panfletos, havia uma empolgação perceptível inspirada no desdobramento das manifestações em outras cidades, falava-se muito disso, de como eram diferentes e pareciam mais legais. A categoria em greve promoveu um trabalho intenso na primeira semana após a deflagração, com os pronunciamentos em redes locais e estaduais de comunicação, com a panfletagem e o envolvimento da comunidade.

Após um tempo longo de concentração foi dada a ordem pelos megafones das lideranças e a marcha partiu rumo à área mais central da cidade, por uma avenida, depois virando para rua mais estreita. A princípio a manifestação seguiu como de costume, um trio elétrico na frente, carros de som berrando as palavras de ordem e pessoas andando atrás. Porém, na virada da avenida para a rua algo inédito! Um par de ativistas senta no meio da rua, na frente do trio elétrico e os carros de som, impedindo-os de passarem. Começa o conflito. Jovens dirigentes de movimentos estudantis mais alinhados com as políticas partidárias descem do palanque e bastante estressados começam a discutir com os ativistas que bloqueiam a passagem. Esta atitude de expressar incômodo com o formato da manifestação guiada e ordeira era muito incomum e os dirigentes foram tomados pelo efeito surpresa; como necessitavam prosseguir com a manifestação, acabaram cedendo à demanda dos ativistas e concordaram em abandonar o trio e o carro do som. Salvo engano, até o não uso de megafones foi acordado naquele momento. A manifestação seguiu em frente, mais leve, mais libertária, juntavam-se a ela mais e mais pessoas pelo caminho.

Acontece que conhecíamos bastante bem o grupo de ativistas que se indispôs com a presença dos carros de som e do palanque, e, na visão destes, a primeira ação direta se deu por causa de um acúmulo de críticas ao modo de como se organizavam os movimentos sociais da

região: com pouco espaço para a participação efetiva das pessoas, com autoritarismo dos dirigentes, com o uso exaustivo das mesmas táticas de manifestação. Houve naquele período muitas discussões entre estudantes, por exemplo, sobre a necessidade de um modo de organização mais participativo, havia propostas de praticar a democracia direta, de montar os centros acadêmicos autogestionários. Além disso, um dos movimentos locais mais interessantes no Cariri surgiu a partir da fusão de ações artísticas do grupo “Bando” com as demandas das comunidades LGBTQI+². Artivistas ligados a estes grupos, geralmente, se identificavam com as táticas de ação direta e as ideias anarquistas e libertárias, inserindo-as, inclusive, no dia a dia, nas vivências cotidianas, organizando em vários momentos as verdadeiras Zonas Autônomas Temporárias (Bey 2011).

O desenrolar da manifestação deu-se em uma confluência peculiar de acontecimentos. Havia a proposta de ocupar o prédio da prefeitura ou a câmara municipal, com intuito de forçar, por meio desta ação direta, o governo local a abrir a mesa de negociações com a categoria. Às pautas dos professores passaram a ser adicionadas, nos comitês de discussão que precederam a manifestação, outras demandas mais diversas ligadas à precariedade das condições de vida em Juazeiro do Norte, e, também, em Crato e Barbalha. Estas demandas abrangiam desde a precariedade da infraestrutura das escolas e das universidades ou do saneamento básico, até as questões ambientais, como a poluição do rio Sobradinho que transpassa o vale do Cariri. É importante ressaltar que neste dia específico da manifestação estava havendo o festival junino JuáForró que contava com um orçamento graúdo, investimento da prefeitura com o dinheiro público. Enquanto cerca de 8 mil professores e professoras lutavam contra a redução do bônus salarial em 40%, e toda a população lutava por melhorias nas diversas questões tratadas aqui, o prefeito pagava a bandas e músicos famosos, priorizando as questões interpretadas pela população, naquele contexto, como secundárias. Tudo isto trouxe ainda mais revolta à população e havia grupos de manifestantes dispostos a realizar ações diretas como ocupação das sedes do poder local. Um destes grupos foi na frente da manifestação para verificar se havia muitas forças de segurança na frente da prefeitura ou da câmara municipal. Havia sim, e a ideia da ocupação foi temporariamente descartada.

E então algo incrível aconteceu. Ao passar pela praça central da cidade, numa esquina, o grupo foi parado pelo carteiro que perguntou se havia a manifestação e se o grupo fazia

² Sobre um dos trabalhos do grupo artístico “Bando” e a região do Cariri ver Autora 2016. AUTORA Título In: XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, XXX, Campinas. Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Arte em Ação, XXX. p. 157-165.

parte desta. Ao receber a resposta afirmativa, o carteiro disse: “Pois o Raimundão (o prefeito da cidade) acabou de entrar naquela agência bancária aí”, apontou pro prédio do lado e foi embora. Corremos de volta para a manifestação que ainda não havia chegado na praça, chamamos o pessoal mais disposto a agir e corremos loucamente para a agência bancária. O prefeito, de fato, estava dentro e podia ser avistado através dos vidros da frente. Fizemos um cordão e bloqueamos a porta. O segurança da agência tentou impedir a ação mas recuou, em grande parte graças ao caráter inédito do protesto. Chegou mais gente e se acumulou na entrada do banco. O prefeito foi conduzido para dentro da agência, não podia ser mais visto. Nestes primeiros minutos que se estenderam na memória em longos períodos muita coisa sucedeu, num movimento caótico. Vinham pessoas muito empolgadas com a situação, felizes por prenderem o prefeito. Foi conferido através de amigos que conheciam esta agência que não havia outra saída: portanto, a “chefia” da cidade estava de fato trancada. A saída da garagem, bloqueamos logo em seguida.

A manifestação se dividiu, uma parte correu para a agência, outra, liderada por dirigentes, seguiu o trajeto pré-planejado para o término da marcha que era a sede da câmara municipal na rua vizinha. Não demorou muito e os dirigentes vieram para a agência, muito incomodados com a situação toda. Houve, até em tom um tanto agressivo, colocações sobre a imprevisibilidade da situação gerada, de perigo de tudo sair do controle, de que não podia, simplesmente, não era concebível realizar qualquer ação política sem o aval da gerência, ops, dirigência. Os ânimos começaram a ficar bastante exaltados. Mas novamente algo extraordinário aconteceu neste preciso momento: os aliados do prefeito tentaram entrar na garagem com um carro cofre, alegando que se tratava de um procedimento de rotina e que a entrada devia ser liberada pelos manifestantes. Observamos com curiosidade como um jovem dirigente de um grupo estudantil, instantes atrás indignado com o protagonismo de ativistas insurgentes foi tomado por certa “pulsão subversiva”, abandonou a discussão e correu pra frente da garagem para junto a outros companheiros, com seu próprio corpo, impedir a passagem do carro blindado.

Após a tentativa frustrada de convencer a pequena multidão empolgada e excitada (havia umas cem pessoas aproximadamente), dirigentes sindicais e dos diretórios acadêmicos estudantis desistiram e se retiraram, não queriam fazer parte daquela “baderna”. Retornaram posteriormente, quando já escureceu e a “tomada do prefeito” ganhou proporções inesperadas, sendo anunciada até pelo Jornal Nacional da Globo. Provavelmente, compreenderam que toda

a situação gerada por ativistas pouco conhecidos poderia ser transformada em capital político e simbólico.

De qualquer forma, ao momento inicial da ação seguiu-se um aumento gradativo de pessoas. A notícia começou a se espalhar, e ativistas, artistas, estudantes, trabalhadores indignados com o prefeito, começaram a vir para o local da “prisão popular” do Raimundão de todas as partes do Cariri³. Era um clima maravilhoso. Moradores da vizinhança traziam lanche para manifestantes, todo mundo ficou sentado no chão, entardecia, o calor diminuía, caiu a noite e com ela veio o frescor aliviador. Pessoas cantavam músicas diversas, trouxeram o violão e outros instrumentos musicais. Mesmo quem ficou desconfiado do movimento inesperado no começo, se acalmou, se empolgou, ficou lá, feliz, comemorando, era uma pequena vitória, uma pequena vingança. Pensar no prefeito acuado era bom, trazia alegria aos corações.

Com a notícia chegando ao Jornal Nacional veio a euforia coletiva. Gritavam: “Raimundão se f...u”, “Fora, Raimundão”, “Raimundão, pague os professores”, “O professor é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo” e outras frases que se intercalavam com as músicas cantadas em coro de forma muito tocante e bonita. O momento era comovente, potente. Éramos ingovernáveis, havíamos arrancado uma pequena vitória, certamente a noite permaneceria na memória de todos que a vivenciaram.

A divulgação do cerco ao prefeito provocou, claro, uma ação policial mais coordenada e incisiva. No começo da ação que acabou durando cerca de seis horas, nem havia polícia. Na realidade, as forças policiais não conseguiam chegar ao lugar, pois o centro da cidade compõe-se por ruas estreitas e a rua da agência bancária estava ocupada pela multidão que no auge devia ter contado com umas duas ou três centenas de pessoas. Havia rumores que muitos policiais foram deslocados anteriormente para a capital Fortaleza, onde aconteciam as manifestações maiores. Num determinado momento veio um dos comandantes das forças de segurança cercado por um grupo pequeno de policiais anunciando que queria negociar com as lideranças da manifestação a “libertação” do prefeito. Só que não havia lideranças e a expressão de perdido do comandante foi incrível. Ganhamos tempo. Vale notar que pessoas participantes desta ação eram, em sua maioria, muito jovens, inexperientes, ganhavam aí seu primeiro batismo de linha de frente, de antagonismo com as forças de segurança.

³ Uma das notas que saiu na imprensa: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/prefeito-de-juazeiro-do-norte-ce-fica-horas-sem-poder-deixar-banco.html>. Acesso em 30 Jul 2023.

Num roteiro premeditado, enquanto o comandante da polícia fazia uso do megafone tentando negociar com manifestantes, alguém se infiltrou na multidão, jogou spray de pimenta, muito rapidamente veio a tropa de choque, posicionada em algum lugar próximo, foram jogadas bombas de gás, a maioria das pessoas fugiu assustada e a tênue linha de frente não conseguiu segurar as entradas para a agência, foi empurrada para trás e se dispersou. Houve resistência por parte de ativistas e, após a dispersão, muitas e muitos de nós, ainda com muito entusiasmo pela situação, foi se reunindo na Praça Padre Cícero para pensar os próximos atos.

Logo nos próximos dias foi aberta a mesa das negociações, a greve perdurou ainda por semanas, professores saíram vitoriosos dela, conseguiram de volta parte dos salários cortada. Houve outras manifestações na sequência mas esta ficou inesquecível, única e incomparável. Na esteira de seus ensinamentos houve, no mesmo ano, a ocupação da câmara municipal de Juazeiro do Norte por movimentos sociais e ativistas, durante a qual praticou-se a autogestão, a democracia direta, a tomada de decisões e a discussão em assembleias. Mas esta já é uma outra história.

O pano de fundo ou algumas palavras sobre o Cariri

Após narrar a história de um dos dias mais marcantes de Junho de 2013 resta contar um pouco sobre as peculiaridades do local do evento.

Geograficamente, a região do Cariri cearense faz fronteira com os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí, e abrange toda a Chapada do Araripe. O Cariri possui uma série de características histórico- culturais marcantes, como passado arqueológico importante, marcado pela produção de notáveis registros rupestres nas encostas da Chapada. Entre os povos originários habitantes daquele território, destacam-se os indígenas Kariri, cujas histórias de resistência à colonização e cosmovisões perpetuam no imaginário coletivo através de múltiplas lendas e narrativas místicas. Além disso, o Cariri é um dos maiores palcos de devoção religiosa da América Latina, tanto devido à herança histórica e simbólica da figura do Padre Cícero, quanto ao milagre vivido pela Beata Maria de Araújo, ou à atual beatificação da menina Benigna em Santana do Cariri. E ainda há a história do cangaço e do banditismo rural que traz consigo o aspecto de revolta protegida pela religiosidade, visto que Padre

Cícero ajudava cangaceiros, seja com rezas, seja negociando com as pessoas poderosas para que “justiças divinas” pudessem ser realizadas em vida⁴.

Nessa mesma região contamos com os nomes notáveis que não podem ser esquecidos: o Beato José Lourenço Gomes da Silva (1872 - 1946) e Bárbara de Alencar (1760 - 1832). O primeiro, paraibano, filho de negros alforriados, chegou à região de Juazeiro do Norte para reencontrar sua família, e, ao se tornar beato, recebeu a missão de Padre Cícero de cuidar de flagelados em um pedaço de terra. O beato arrendou a terra, semeando, cultivando, e construindo uma organização popular horizontal, baseada na fé e na espiritualidade. Tal lugar ficou conhecido por Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, importante experiência histórica de resistência e organização popular, onde todos trabalhavam e produziam conforme as necessidades de cada um, numa distribuição igualitária de alimentos e insumos de uso diário.

O Caldeirão já foi comparado a levantes sociais, como Canudos e Guerra do Contestado, sendo que esta experiência revolucionária durou por volta de trinta anos, tendo seu fim em 1937, no governo de Getúlio Vargas, que deu a sentença de bombardeio aéreo, pois tal organização construída por José Lourenço foi tida como uma organização comunista. Após o massacre, o Beato José Lourenço seguiu para Pernambuco, onde faleceu de peste bubônica em 1946, aos 75 anos⁵.

Já Bárbara de Alencar era uma personagem histórica emblemática, republicana e escravocrata, nasceu em Pernambuco, mas viveu na cidade de Crato, onde lutou pela República contra a monarquia, financiando a revolução pernambucana e a confederação do Equador, passou anos de sua vida sendo perseguida, presa e torturada por governos locais e nacionais, protagonizando além destes movimentos citados, a revolução de Crato contra a coroa portuguesa.

As figuras históricas citadas mobilizam, na atualidade, os movimentos sociais; as lutas do passado se tornam exemplos e inspirações para as reivindicações da atualidade. Assim, a anteriormente citada beata, pobre e negra, de nome Maria de Araújo, mesmo tendo sido menosprezada pela narrativa histórica patriarcal, se tornou símbolo de resistência antirracista e feminista local. A história da beata foi ignorada, negando sua importância, da mesma forma como a própria personagem histórica sofreu diversas perseguições por parte das autoridades religiosas ao longo de sua vida. Sua memória mobiliza nos movimentos sociais atuais a busca

⁴ Para uma história decolonial do Cariri ver Melo Filho (2019).

⁵ Sobre a história do Caldeirão e sobre Beato José Lourenço ver, por exemplo, Cordeiro (2004), Della Cava (1985), Lemuel (2009), Lopes (1991, 2000, 2011 e 2012), Maia (1987), Meneses (2017).

por justiça e verdade. Outro exemplo marcante é a menina Benigna, hoje beatificada, que, no imaginário popular, intercede por mulheres vítimas de violência. As figuras femininas mencionadas tornam-se importantes símbolos de reivindicações feministas, pelo fim da violência de gênero e pelos direitos de mulheres, numa região do Ceará tristemente conhecida pelos maiores índices de feminicídio. Trazer estes fatos históricos, ainda que de forma limitada, importa, pois demonstra que muitas lutas desta população do sul do Ceará são invocadas por aspectos que unem geografia, geologia, arqueologia, mitologias e religiosidades. O Cariri, conhecido como um “oásis nordestino”, de onde vêm as águas sagradas e onde os fluxos migratórios se encontram no entremeio de campos desertos da caatinga, mata atlântica e cerrado formando a Chapada do Araripe, pode ser descrito com interpretações poéticas apelando a seu caráter mágico e lendário, mas, também é marcado por uma série de atritos e violências iniciadas pelo processo colonizador do Brasil. Seu povoamento encontrou campos de ação e libertação num uso “sincrético” de revoltas e organizações populares estabelecidas pela fé.

É diante de uma história colonizada que certas contradições aparecem, assim aquilo que se buscou apagar permanece através da cultura de oralidade, mantém crenças que freiam a exploração dos de cima contra os de baixo. Mesmo que haja forças hegemônicas que buscam modificar os fluxos dos rios, há chapadas e montanhas que se movem para gravar em seus paredões os antepassados que se mostraram resistentes. Mesmo que haja um dirigente para negociar o poder, seja padre ou político, ou ambos, há uma organização que foge ao controle daquilo que lhes foi cedido, e ameaça com a pulsão de vida, que é compor a dança revolucionária pelo olhar autônomo da horizontalidade. Mesmo que haja a mulher negra apagada daquela história pela branquitude patriarcal, há um milagre que cruzou o caminho da bondade e da fé. Sem ela o Padre Cícero não teria tanto poder, e mesmo que este espaço não tenha sido dado à mulher naquele tempo, outras lutas hoje se movem pela memória da beata Maria de Araújo. Mesmo que a menina Benigna tenha sido morta pela misoginia, ela faz justiça noutro plano onde guia outras meninas. E mesmo que muitos movimentos sociais tenham sido tomados por partidos políticos na região do Cariri, o inesperado ronda, criando armadilhas e mostrando o quanto é frágil o poder do Estado.

A Chapada do Araripe nos fala para termos voz e rosto, nos faz perceber que alguns nomes, outrora esquecidos, hoje são mencionados para fortalecer nossas lutas, nos ajudando a construir o amanhã... Pois que lá na Chapada vive o Caldeirão de José Lourenço, vive a Maria de Araújo, vive Benigna, vivem os povos Kariris e tupis...

Referências

BEY, Hakim. TAZ. Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad, 2011.

AUTORA. Título. Campinas. Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Arte em Ação, XXX. p. 157-165.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. Um beato líder: Narrativas memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Imprensa universitária – UFC, 2004.

DELLA CAVA, Ralph. 1985. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

LEMUEL, Rodrigues Silva. O discurso religioso no processo migratório para o Caldeirão do Beato José Lourenço. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

LOPES, Régis. Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ NUDOC-UFC, 2011.

LOPES, Régis. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: Simone de Souza (Org.). Uma nova história do Ceará. ed. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2000.

LOPES, Régis. Caldeirão. Fortaleza: EDUECE, 1991.

LOPES, Régis. O meio do mundo: Território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero – Fortaleza: EDUFC, 2012.

MAIA, Veralúcia Gomes. Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1987. 189f.

MENESES, Sônia e Fátima Pinto. Imprensa, anticomunismo e fé: a destruição do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto nas representações da imprensa brasileira (1936 – 1937). Fortaleza PPGH – UFC, 2017.

MELO FILHO, Edilson Militão de. Alegoria da loucura – processo de criação em performance arte e taxonomias performativas. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Regional do Cariri – URCA. Juazeiro do Norte, 2019. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1rojDSzsVyrZGmVvAWQLkwPt-jIcRSJ0m/view?usp=sharing>

**IMPrensa HEGEMÔNICA E BLACK BLOCS NA
REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL**

**HEGEMONIC PRESS AND BLACK BLOCS IN THE 2013
REVOLT OF THE GOVERNED IN BRASIL**

Isadora Gonçalves França

Doutoranda em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC - IH - UFRJ). Mestre em História Comparada pelo mesmo programa (PPGHC - IH - UFRJ). Integrante e pesquisadora do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL) e do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL), ambos da UFRJ, coordenados pelo Professor Dr. Wallace de Moraes; Possui Pós-Graduação em História do Brasil pela Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP), (2014). Possui Graduação (Licenciatura) em História pela Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP), (2011).

RESUMO

O presente artigo faz uma análise do papel da mídia hegemônica nas manifestações que aconteceram no Brasil em 2013, sobretudo ao noticiar os manifestantes mais radicais, os black blockers. Procuramos desvendar a possível tentativa de criminalização desses manifestantes e um esforço de manipulação da revolta popular, por parte da mídia hegemônica. No intuito de entender a postura dos black blockers, trazemos preceitos da teoria anarquista. Já para investigar a cobertura e o comportamento da mídia hegemônica, trazemos uma reflexão acerca da oligopolização das mídias de massa e uma análise decolonial dessas mídias. Nosso corpus documental conta com notícias de três jornais impressos de grande circulação no país, O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. Após análises de notícias, concluímos que a mídia hegemônica utilizou-se de alguns artifícios para criminalizar manifestantes black blockers, seja com um discurso massivo de condenação que os taxava superficial e rapidamente como vândalos, seja incentivando a criação de leis mais duras para sua punição ou dando voz a outros manifestantes que condenavam a tática Black Block.

PALAVRAS-CHAVE

Anarquismo; Black Block; Mídia Hegemônica; Oligopólio de Mídia; Teoria Decolonial.

ABSTRACT

This article analyzes the role of the hegemonic media in the demonstrations that took place in Brazil in 2013, especially when reporting the most radical protesters, the black blockers. We seek to unravel the possible attempt to criminalize these protesters and an effort to manipulate the popular revolt by the hegemonic media. In order to understand the attitude of black blockers, we bring precepts of anarchist theory. As for investigating the coverage and behavior of the hegemonic media, we bring a reflection on the oligopolization of mass media and a decolonial analysis of these media. Our documental corpus includes news from three major printed newspapers in the country, O Globo, Folha de S. Paulo and Estado de S. Paulo. After analyzing the news, we concluded that the hegemonic media used some devices to criminalize black blockers demonstrators, either with a massive speech of condemnation that superficially and quickly labeled them as vandals, or encouraging the creation of tougher laws for their punishment or giving voice to other protesters who condemned the Black Block tactic.

KEYWORDS

Anarchism; Black Block; Hegemonic Media; Media Oligopoly; Decolonial Theory.

IMPrensa HEGEMÔNICA E BLACK BLOCS NA REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NO BRASIL

INTRODUÇÃO

Junho de 2013 foi um mês marcante pra história dos movimentos sociais no Brasil. Isso porque o aumento nas tarifas do transporte público em várias cidades brasileiras, desde o fim de 2012 desencadeou, naquele mês, uma revolta popular que tomou uma proporção histórica em todo o território nacional.

Ainda que o estopim tenha sido o aumento nas tarifas do transporte público, as causas que levaram multidões às ruas do país se multiplicaram em poucos dias, ameaçando a suposta estabilidade econômica e política que o país vivia. Diversas manifestações sociais trouxeram à tona uma série de insatisfações populares e agendas mal resolvidas, questionando o funcionamento do sistema e evidenciando a necessidade de mudanças estruturais em diversos âmbitos sociais.

Milhares de pessoas foram às ruas em uma revolta popular que durou meses e expôs uma enorme deficiência dos governos municipais, estaduais e nacional na entrega de serviços básicos nas áreas de transporte público, saúde, educação, justiça e vários outros. Além de evidenciar o plano atroz de segurança pública desses governos, vide truculência policial destinada aos manifestantes.

Junto com milhares de pessoas e a grande diversidade de reivindicações, uma pluralidade de táticas e estratégias foram empregadas pelos diferentes grupos de manifestantes. Dentre elas a ação de manifestantes vestidos de preto, declarando-se anarquistas e com os rostos cobertos, característica típica de manifestantes que participam de Black Blocs, foi noticiada continuamente em diversos jornais.

A grande mídia se fez presente de forma significativa durante todo o período em questão, exercendo o papel de noticiar os protestos, mas, sobretudo, trazendo à luz suas perspectivas sobre os atos. Em meados de junho, ainda no início das manifestações, os oligopólios de comunicação de massa enfatizavam nos noticiários ações de deprecação do patrimônio público, violência por parte dos manifestantes durante os atos e caos no espaço urbano por onde passava a manifestação. O ataque direto à símbolos do poder, como prédios legislativos, bancos, ônibus ou estações de metrô, empreendido por eles, foi rapidamente publicado na mídia hegemônica como vandalismo, irresponsabilidade, insanidade ou até

mesmo, terrorismo. A polícia, por sua vez, apenas “reagia” aos atos de violência, com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Paralelo a isso, o trabalho de diversos coletivos midiativistas que participaram das manifestações foi de fundamental importância, tanto para o apoio da população aos protestos, como para a mudança de postura da mídia hegemônica. Coletivos como Mídia Ninja em todo o Brasil, Coletivo Mariachi no Rio de Janeiro, entre outros nas diversas cidades em que as manifestações aconteceram, tomaram força por mostrar em tempo real os “pontos invisíveis” das manifestações nos oligopólios de comunicação. Relatos e cenas de truculência policial vieram à tona e circularam pela internet divulgando aquilo que a grande mídia até então não mostrara, gerando uma enorme comoção popular.

Passados os primeiros protestos e a grande adesão popular a eles a mídia tradicional modificou a postura de condenação dos movimentos como um todo. Os noticiários alteraram seu discurso e começaram a distinguir as manifestações e os manifestantes entre “pacíficos” e “violentos” e adotaram uma posição favorável às manifestações “pacíficas”, levantando bandeiras aparentemente alheias aos atos ou inculcando possíveis reivindicações¹⁶, mas continuaram a pintar uma imagem pejorativa de manifestantes mais radicais, a saber, black blockers e simpatizantes.

Sem dar voz a estes manifestantes, a grande mídia apressou-se em qualificá-los com uma imagem negativa, sempre associada ao vandalismo, violência sem causa, incoerência e irresponsabilidade. O comportamento midiático ao noticiar os protestos de 2013 suscita algumas questões: Houve, durante a revolta popular de junho de 2013 no Brasil, incentivo a criminalização dos manifestantes, de suas táticas ou formas de se manifestar, por parte da imprensa? Qual foi a imagem que a grande mídia tentou criar desses manifestantes? Houve, por parte da imprensa, alguma tentativa de pautar as manifestações, a fim de conduzir os manifestantes a reivindicar determinados assuntos específicos?

Considerando a cobertura que a mídia hegemônica fez, tanto das manifestações, quanto dos manifestantes, propomos realizar uma análise a partir de uma perspectiva anarquista (para nos aproximarmos dos manifestantes que participaram de Black Blocs e se auto-intitulavam anarquistas) e uma perspectiva decolonial (para investigar o comportamento da grande mídia ao noticiar a revolta popular de 2013 no Brasil) e responder tais questões.

Desde já é necessário pontuar que trataremos as manifestações pelo nome de Revolta dos Governados, nome proposto primeiramente por Wallace de Moraes (2018a). Entendemos que a nomenclatura é de inteira importância no cenário de disputa interpretativa em que se

encontra tal revolta. Acreditamos que Revolta dos Governados consiga fazer justiça à luta empreendida pelos trabalhadores precarizados, pelos que sofrem com o racismo, machismo, homofobia e tantas outras formas de opressão da sociedade moderna, por aqueles que são governados de cima para baixo, que não conseguem ter voz na decisão de questões importantes que afetam suas vidas, estão diariamente vulneráveis às violências sociais e institucionais empreendidas através dos governos e do sistema capitalista.

Quanto ao nosso corpus documental, utilizaremos para analisar a narrativa da grande mídia três jornais impressos de grande circulação no país: jornal O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. O recorte temporal desta narrativa serão os meses de junho e julho de 2013, tendo em consideração esses dois meses como o período em que as manifestações sociais estiveram no centro da discussão política no país, sendo um assunto abordado diariamente pelos jornais corporativos.

Ainda que manifestantes de diversas ideologias tenham participado das manifestações e que com o passar dos protestos uma miríade de pautas tenha dividido ainda mais os manifestantes, muitos adotaram uma conduta anarquista desde o início ou empreenderam práticas caras ao anarquismo, como aqueles que formaram os Black Blocs, por exemplo. Portanto, ao olharmos as manifestações a partir de uma lente anarquista e revolucionária, nos aproximamos da narrativa adotada pelos manifestantes mais radicais e, acima de tudo, encontramos outros sentidos e significados para as ações empreendidas por eles, diferentes daqueles apresentados na grande mídia. Além disso, abordaremos também algumas ideias da teoria decolonial, a fim de entender a postura da mídia hegemônica e como o discurso proferido pelos jornais corporativos podem ser inseridos numa lógica de colonialidade.

NOSSAS PREMISSAS TEÓRICAS

O anarquismo, como teoria da sociedade, da revolução e como método de luta, pode ser observado em todo o mundo, não é, portanto um movimento historicista e não se limita a uma visão eurocêntrica de mundo. Para além da teoria, o anarquismo é um movimento de luta e ação que envolve ideologia e práxis social. Como movimento vivo e presente nas sociedades atuais, o anarquismo visa o alcance de uma liberdade plena associada diretamente à igualdade de todas as classes sociais, o alcance do autogoverno (ou autogestão), da auto-instituição social, da horizontalidade, da ajuda mútua, do federalismo e internacionalismo. Também defende mudança estrutural na sociedade atual, através de uma Revolução Social de base

popular, sem líderes ou comandantes, pois só assim seria possível alcançar o status de uma sociedade verdadeiramente livre.

A ideia de liberdade plena implica o desenvolvimento amplo de todas as faculdades humanas, sejam elas intelectuais, morais ou corporais, com total alcance de todos os meios materiais necessários para esse desenvolvimento (BAKUNIN, 2008). Liberdade de autogovernar-se, de se auto- instituir, liberdade em âmbito educacional, liberdade no campo do trabalho, da livre associação, liberdade política e econômica.

Pensada em nível individual, mas também coletivo essa liberdade tem como condicional ser possível apenas com a premissa do respeito ao próximo e da igualdade de condições para todos, ou seja, nenhum indivíduo consegue ser plenamente livre enquanto houver outros escravizados, conforme defendeu Bakunin (2008). Assim, diferentes de teorias liberais, a liberdade individual não acaba quando começa a liberdade do outro, mas encontra sua extensão, sua confirmação e ampliação, pois uma pessoa só pode ser completamente livre se todas as outras o forem igualmente.

Por isso os anarquistas reivindicam igualdade. Mas não a igualdade perante o Estado, a igualdade dos direitos políticos, uma vez que esta foi instituída por uma classe dominante que se considera superior ou capaz de decidir pelo povo. Assim não basta uma participação superficial da população nas eleições, de dois em dois ou quatro em quatro anos, através do voto.

O princípio do autogoverno reforça que os indivíduos nascem na sociedade e são capazes de construí-la voluntariamente, são capazes de se autogovernarem e auto-organizarem social e livremente. Para isto, não precisam de um Estado que lhes dite regras de como viver, que se aproprie de territórios alheios, culturas, línguas, artes, modificando-os, homogeneizando-os em prol de um sistema de interesses políticos e econômicos que priorizam o lucro acima da vida das pessoas.

Quanto à ação direta anarquista, diz respeito a ações realizadas na esfera pública diretamente pelas mãos dos indivíduos envolvidos, com o objetivo de gerar mudanças sociais. São ações promovidas por pessoas comuns, sem a intermediação do Estado. Todos têm liberdade para participar. Mais do que mera desobediência civil, a ação direta é também uma forma de pensar e agir para a criação de uma nova sociedade.

David Graeber (2009) considera que a ação direta “reflete uma visão anarquista muito simples: que não se pode criar uma sociedade livre por meio de disciplina militar; uma sociedade democrática, por meio das ordens; ou uma feliz, por meio de sacrifícios sem

alegria”. O mesmo autor define ação direta como: “uma maneira de se envolver ativamente com o mundo para promover mudanças, nas quais a forma da ação – ou, pelo menos, a organização da ação – é em si um modelo para a mudança que se deseja promover. (GRAEBER, 2009)

Já Peter Gelderloos (2011) defende como legítima a ação direta violenta, uma vez que reconhece que a violência parte primeiramente do Estado, do sistema capitalista, das empresas corporativas, da mídia de massas e todas as instituições que defendem o Estado e o sistema capitalista. Portanto, estar exposto à violência rotineira do Estado e do capitalismo implica uma reação popular que precisa se utilizar da violência para lutar e resistir. Da mesma forma, Gelderloos defende que a não-violência ou o pacifismo protege o Estado. Segundo o autor a ação não violenta garante e assegura que a única força violenta venha do Estado, ou seja, garante que apenas o Estado tenha o monopólio da violência (GELDERLOOS, 2011).

Abordar essas ideias nos permite compreender a revolta popular a partir de uma perspectiva contra-hegemônica. Em 2013, durante a Revolta dos Governados no Brasil, muitos manifestantes entenderam o lugar privilegiado ocupado por aqueles que defendiam a não-violência, as manifestações pacíficas e ordeiras. Por outro lado, manifestantes que defendiam o uso da força não se submeteram a um pacifismo letárgico e colocaram em prática o lema bakuninista de que “é preciso destruir a sociedade atual, para que se construa uma nova sociedade”.

Segundo o cientista político e pesquisador da tática Black Bloc, Francis Dupuis-Déri, a mensagem política que um Black Bloc passa está exatamente no alvo que esses manifestantes atacam. Black blockers não atacam pequenas empresas independentes ou negócios locais, nem bibliotecas públicas ou centros comunitários, eles também não agridem pessoas aleatoriamente na rua, por exemplo, mas sim grandes corporações e multinacionais. Seus alvos são símbolos do poder, geralmente relacionados ao Estado e ao Capitalismo (DUPIS-DÉRI, 2014).

Se, em alguma medida, defender o pacifismo significou também defender a permanência de violências históricas empreendidas pelo Estado e pelo capital, podemos dizer que os jornais corporativos estavam em pleno acordo com isto. Mas porque a mídia hegemônica se apreçou em esvaziar o sentido político das ações empreendidas pelos manifestantes mais radicais em 2013 e os taxou rapidamente de vândalos?

Para responder a esta questão, vamos tentar entender, ainda que brevemente, o contexto de oligopolização das mídias no Brasil, no qual os jornais corporativos estão

inseridos. A imprensa no Brasil foi estruturada seguindo padrões ocidentalizados, impostos desde o colonialismo, o que pode ser percebido quando se observa a concentração de meios de comunicação de massa nas mãos de poucos empresários, formando oligopólios de comunicação que se valem da lógica do mercado capitalista altamente competitivo no país.

Nelson Werneck Sodré (1999) assinala que a imprensa teve origem junto com o sistema capitalista e, particularmente no Brasil, quando se fala em mídia, a concentração econômica deu ensejo à concentração de veículos de comunicação nas mãos de poucos empresários, gerando o processo de oligopolização que conhecemos hoje. Dessa forma, um jornal de grandes proporções se transformou numa empresa capitalista de grandes proporções (SODRÉ, 1999).

Lima (2004), do mesmo modo, defende que a mídia no Brasil se estabeleceu oligopolisticamente também devido às brechas legais da Constituição Brasileira 1988. Segundo o autor, não existem normas legais que estabelecem limites para que haja concentração da propriedade de mídia no país. Entre os fatores que contribuem para essa concentração está a ineficácia das leis em impedir que “entidades” de radiodifusão participem como sócios em emissoras de televisão, facilitando o agrupamento de mídia e fortalecendo a propriedade cruzada.

Além disso, favorece a venda de pequenos jornais e emissoras para os grandes proprietários, ao estabelecer uma carência legal de apenas cinco anos para a venda de concessões de radiodifusão. E, por último, não há nenhuma norma ou restrição na lei que impeça a “afiliação” de emissoras de radiodifusão, facilitando o aparecimento de redes nacionais e regionais. Tudo isso propicia a concentração em diferentes níveis: horizontal (dentro de um mesmo setor), vertical (quando uma mesma empresa de mídia possui o domínio de todas as etapas de produção e distribuição dos conteúdos), cruzado (controle de diferentes mídias como jornal, revista, tv e rádio) e em cruz (reprodução local e regional dos oligopólios de propriedade cruzada) (LIMA, 2004).

Os políticos se beneficiam dessas “brechas” na lei, uma vez que boa parte deles ou suas famílias são sócios ou donos de empresas de radiodifusão. Prefeitos, deputados, governadores e senadores possuem vínculo direto e oficial com os meios de comunicação, permitindo a eles ter uma relação direta com o eleitorado. As emissoras de TV fabricam e promovem a publicidade de governantes políticos, lançando candidaturas novas e os elegendo. Ademais, governantes dessa classe podem beneficiar amigos e afetos políticos promovendo a concessão de outorgas em seus respectivos Estados.

Para além do contexto nacional, Noam Chomsky também defende que a propaganda é utilizada para “construir consenso” da população e que hoje, não vivemos em uma democracia em que o povo “dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (CHOMSKY, 2019). A mídia hegemônica, por meio da propaganda, busca justificar e legitimar preconceitos e opressões sociais já praticadas por governantes políticos e econômicos, “pois vende a ‘propaganda’ como mercadoria, justamente, aos governantes econômicos e políticos. Em razão disso, é comum que esteja unida a eles e, normalmente, os apoiem, em suas demandas.” (MORAES, 2018b).

O poder de “construir consenso” da propaganda midiática opera em prol dos governantes políticos e do mercado capitalista, ignorando ou inferiorizando todos aqueles que destoam dessa lógica, provocando o epistemicídio.

Boaventura de Souza Santos determina o epistemicídio como o “processo político cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados como via para manter ou aprofundar essa subordinação” (SANTOS, 1998). Passam por epistemicídio hoje todos os conhecimentos de origem popular, indígena, negra, camponesa e todos aqueles que não estejam baseados nos postulados da ciência ocidental.

Em resposta a essa concepção excludente (pois se pretende universal) de conhecimento, Santos e Maria Paula Menezes nos lembram que todo conhecimento é oriundo de práticas e atores sociais que se desdobram sempre no interior de relações sociais e que diferentes tipos de relações sociais geram diferentes epistemologias. As relações sociais são, em sentido mais amplo, culturais e políticas, nesse sentido toda epistemologia é sempre contextual, ou seja, todo conhecimento está em diálogo com seu contexto. (SANTOS & MENESES, 2014).

O termo epistemicídio foi ampliado por Wallace de Moraes que pontuou o caráter estadolátrico do conceito ao reconhecer que não apenas o conhecimento e saberes populares são excluídos e ignorados, mas também todos aqueles saberes que fazem uma crítica ao Estado e ao capitalismo como estruturas necessárias para a humanidade, mesmo aqueles provindos da Europa, como é o caso no Anarquismo (MORAES, 2020). Segundo o autor, a Estadolatria (adoração ao Estado) impõe atualmente a forma oficial de organização social, além de provocar o epistemicídio, impedindo o povo de planejar e praticar “outras organizações societárias para além dos limites do capitalismo e da ideia de representação política” (MORAES, 2018a).

Considerando que a mídia hegemônica é uma instituição ocidentalizada, uma vez que endossa e corrobora discursos ocidentalizados surgidos no colonialismo e presentes atualmente na sociedade moderna, ela também pratica o epistemicídio dos saberes não hegemônicos. Ademais, influencia formações ideológicas da sociedade. Em 2013, quando milhares e milhares de pessoas foram às ruas do Brasil, se mobilizando de forma horizontal, rejeitando hierarquias ou qualquer privação de sua liberdade, revoltando-se contra a ordem estabelecida, o Estado e o sistema capitalista, se auto-organizando, a mídia hegemônica noticiou caos, congestionamento no trânsito, vandalismo e irresponsabilidade.

A atitude popular teve o duplo movimento de destruir a ordem estabelecida pelo sistema e construir/praticar uma nova organização social, diferente daquela imposta desde os tempos do colonialismo e perpetrada pelas instituições que aqui permaneceram seguindo a mesma lógica, a de concentração de poder em torno de um Estado, que estabeleceu uma organização social hierárquica entre as pessoas. A grande mídia mostrou não só seu apoio aos governantes econômicos e políticos como também praticou o epistemicídio dos saberes populares que se manifestavam para a construção de uma nova sociedade.

Além de defender pautas que não questionavam o sistema, a grande mídia defendeu também manifestações e formas de se manifestar que não modificavam efetivamente as estruturas e instituições moderno-coloniais da sociedade, desvalorizando e criminalizando as mais radicais. Também lançaremos mão do conceito de Racismo Epistêmico (GROSFOGUEL, 2007). O conceito nos ajuda a localizar exatamente aquilo que não quer ser localizado, pois se vende como universal, o saber hegemônico. A ideia de um Racismo Epistêmico denuncia aquilo que os discursos jornalísticos tentam esconder, seu “lôcus de enunciação”.

O Racismo Epistêmico funciona privilegiando e naturalizando políticas identitárias (identity politics) formuladas por homens cis, brancos, héteros e ocidentais, grupo que alcançou poder máximo durante o processo de colonialismo. Tais políticas se tornaram hegemônicas e foram tão normatizadas que não se reconhecem como políticas identitárias, mas como um saber “neutro e objetivo”. A omissão do lócus de enunciação desses saberes e discursos dão a ideia de que eles partem de um “não-lugar”. Um “não-lugar” que não sofre influências de experiências espaço-temporais, de contextos específicos, sendo ele um discurso neutro, imparcial, isento (GROSFOGUEL, 2007).

Durante a revolta dos governados de 2013 a mídia hegemônica praticou racismo epistêmico contra os manifestantes que questionaram o Estado, o sistema capitalista e todas as

outras estruturas e instituições moderno-coloniais. Eles levaram às ruas propostas e práticas de organização social que rompem com os princípios imperiais, patriarcais, coloniais da sociedade atual. Os manifestantes foram reprimidos fisicamente durante os protestos, mas também ideologicamente ao lutar por uma sociedade livre de opressões sociais históricas praticadas desde o colonialismo.

REVOLTA DOS GOVERNADOS DE 2013 NA MÍDIA HEGEMÔNICA BRASILEIRA

Por parte da grande mídia houve um movimento de desqualificação das manifestações e dos manifestantes, posteriormente a tentativa de pautar e conduzir os protestos. Depredação de patrimônio público e privado e congestionamento do trânsito tinham foco central nesta narrativa, que pouco citava as causas políticas dos protestos, quando citavam. Somente após uma enorme adesão popular aos protestos, que se deu por volta do dia 13 de junho quando imagens da truculência policial circularam na internet, veiculadas em grande medida por redes de mídia alternativa (como o Mídia Ninja, por exemplo), os jornais corporativos modificaram seu discurso. Como nas manifestações deste dia e dos dias posteriores muitos manifestantes e jornalistas foram agredidos e atingidos por balas de borracha, spray de pimenta e bombas de efeito moral, os jornais se viram no dever de criticar a violenta repressão policial.

Nesse momento a grande mídia passou também a instigar pautas aos manifestantes. Um episódio específico chamou a atenção nesse sentido, o comentário feito por Arnaldo Jabor na TV Globo, no dia 12 de junho. Depois de depreciar os manifestantes chamando-os de “organização criminosa” com “imensa ignorância política” e uma “burrice misturada a um rancor sem rumo”, afirmar que eram de classe média e não precisavam dos R\$ 0,20 centavos e dizer que a causa pela qual os ativistas lutavam era uma “ausência de causas”, Jabor deu a sugestão para que os manifestantes lutassem pela Proposta de Ementa Constitucional 37 (PEC37)⁶. Uma semana após ter chamado os atos de “ignorância política” pediu desculpas, mas insistiu vigorosamente na causa da PEC 37⁷.

As primeiras passeatas foram noticiadas com foco no congestionamento do trânsito e caos no espaço urbano por onde os manifestantes passavam: “Grupo interdita ruas em novo

⁶Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2631566/#:~:text=Jornal%20da%20Globo-,Arnaldo%20Jabor%20fala%20sobre%20onda%20de%20protestos%20contra%20aumento%20nas.%C3%B4nibus%20%2D%2012%2F06%2F2013&text=%22A%20grande%20maioria%20dos%20manifestantes.apedrejados%20que%20ganham%20muito%20mal%22>>

⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2640269/?s=0s>.

dia de tensão em SP” (O Globo, 08/06/2013, p. 8). O foco no congestionamento do trânsito e a construção de uma imagem perigosa dos manifestantes foi sendo construída nas páginas dos jornais: “Manifestantes causam medo, param Marginal e picham ônibus” (Folha de São Paulo, 08/06/2013, p. A1). A reivindicação pela revogação do aumento da tarifa do transporte público, ainda que citada, não foi tratada como tema central na narrativa dos jornais corporativos, chegando a ser descredibilizada. O jornal Estado de São Paulo lançou o editorial “Puro vandalismo”, onde fica clara a posição do jornal no que diz respeito à ação dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas. Esse é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daquele em que a maior cidade do país ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. (...) Encapuzados, os integrantes dos grupos mais violentos puseram fogo em sacos de lixo no meio dessas vias, para interromper o trânsito e aterrorizar os passantes (Estado de São Paulo, 07/06/2013, p. A3).

Muito longe de questionar o porquê dessas ações ou cogitar um sentido político a elas, os jornalistas esvaziaram qualquer significado presente na propaganda pelo fato e nas ações diretas empreendidas pelos ativistas, taxando-os de forma simples e superficial de vândalos.

A repressão policial foi narrada desde o início como reação ao “vandalismo” praticado pelos manifestantes e à ocupação de vias públicas pelos mesmos. Uma notícia publicada no jornal Estado de São Paulo, no dia 13 de junho, trouxe a perspectiva de policiais feridos, como vítimas, durante as manifestações: “‘Mantive controle para não atirar’: Seis PMs ficaram feridos no protesto de terça”, no texto o jornalista afirmou: “Foi a missão mais difícil para muitos policiais militares. A manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) de anteontem se espalhou pelo centro e acabou encurralando alguns PMs. Eles contam ter sido alvo de paus, pedras, garrafas, skates e até fogos de artifício.” (Estado de São Paulo, 13/06/2013, p. A24).

A modificação do discurso dos jornais corporativos começou a aparecer de forma mais intensa após a manifestação do dia 17 de junho, quando a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) foi tomada por manifestantes. Quando relatos da violenta repressão policial nas manifestações anteriores, em especial na manifestação do dia 13 de junho, circularam pela internet, a população começou a aderir aos protestos, os oligopólios de comunicação modificaram seu discurso e o ato de ocupar as ruas passou a ser narrado nos jornais da grande mídia como sinônimo de atitude por parte do povo.

Após esta manifestação a grande mídia passou a defender fortemente a legitimidade de manifestações “pacíficas” e continuou investindo em causas pelas quais os manifestantes deveriam lutar, numa tentativa de guiar e pautar a revolta popular. Por outro lado, passaram a criminalizar os manifestantes radicais. Notícias como “Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo” (O Globo, 19/06/2013, p. 9) se tornaram comuns.

Nos jornais que investigamos, apenas no dia 3 de julho foi feita a primeira menção aos Black Blocs. A notícia intitulada “PM: vândalos usariam bombas mais potentes no Maracanã” saiu no jornal O Globo e identificava como Black Bloc o grupo que estaria produzindo coquetéis molotov modificados nos protestos “contra policiais e prédios públicos” e que a polícia já estava investigando os materiais “para tentar identificar os vândalos” (O Globo, 03/07/2013, p.10). O jornal taxou rapidamente os participantes de Black Blocs de vândalos, como vinha fazendo anteriormente com os ativistas radicais.

Black Blocs e seus participantes foram apresentados nos jornais sempre com termos como “grupo responsável pelo quebra-quebra”, “grupo que causa animosidades durante o protesto”, “marginais travestidos de manifestantes”, “jovens irresponsáveis”, “vândalos”, além de outros termos dessa natureza. Outra acusação comum feita nos jornais corporativos foi a de que os participantes de Black Blocs são jovens com o único desejo de quebrar e destruir tudo o que vêm pela frente.

No jornal O Globo uma notícia os descreveu da seguinte forma: “Com roupas pretas e máscaras para garantir o anonimato, esse grupo tem levado para os atos um clima de animosidade, explorado nas redes sociais, em que prega a ‘desobediência civil’ e a violência como resposta à truculência policial.” (O Globo, 12/07/2013, p. 6). Em outra notícia, intitulada “Black Blocs: violência como tática e referências confusas”, o jornalista Sérgio Ramalho traçou um perfil de participantes dos Black Blocs a partir de consultas em redes sociais, mas sem dar voz a nenhum deles. Os participantes de Black Blocs tiveram suas ações resumidas a “hostilidade com os demais manifestantes”, “jovens que fumam maconha”, além do habitual “vândalos” (O Globo, 14/07/2013, p. 7).

Outro artifício que o jornalista usou no sentido de descredibilizar os ativistas e manipular o leitor foi o discurso de que Black Blocs tem referências confusas e contraditórias: “Por trás das máscaras, capuzes e roupas pretas, uma miscelânea de referências, muitas delas contraditórias, ditam o comportamento do grupo, majoritariamente formado por homens.” (O Globo, 14/07/2013, p. 7).

A acusação de que Black Blocs são infiltrados nos protestos, que seus participantes não fazem parte do movimento, apareceu frequentemente nas páginas dos jornais, juntamente com a defesa de manifestações pacíficas e a condenação da violência por parte dos ativistas radicais. Essas críticas acabam por fortalecer a ideia de que apenas as forças estatais podem e devem ter monopólio da violência. Foi exatamente o que a jornalista Dora Kramer, defendeu em um artigo de opinião, escrito para o jornal Estado de S. Paulo, quando alegou, entre outras coisas, que “O uso legítimo da força é prerrogativa do Estado e, quando dirigido dentro da lei a quem promove a desordem, não pode ser visto com desaprovação (...)” (Estado de São Paulo, 19/07/2013, p. A6).

No Jornal O Globo, do dia 13 de julho, uma notícia referente às manifestações chamadas pelas centrais sindicais no Rio de Janeiro no dia 11 de julho, apesar de trazer a fala do professor universitário do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ), Manuel Sanches, explicando que a violência vinda dos Black Blocs são engendradas por motivos políticos, uma vez que consideram o Estado opressor, o jornalista afirma que “De acordo com a polícia, no entanto, as ações violentas são sempre desencadeadas por um grupo infiltrado entre os manifestantes pacíficos”. Mais à frente, o jornalista transmite a fala do presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, que afirmou: “Sou radicalmente contra a violência. Movimentos pacíficos têm o poder e vigor de pressionar os governos. Essa violência tem aparecido de forma proposital, são grupos organizados. Isso desperta um pavor nas pessoas. (...) Nem os anarquistas fariam isso, eles sempre mostraram a cara” (O Globo, 13/07/2013, p. 4).

Essas afirmações mostram o quanto porta vozes de movimentos da esquerda institucional estão inseridos no sistema estatal ao acreditar que “movimentos pacíficos” tem capacidade para “pressionar os governos” e alcançar resultados que realmente favoreçam a população. Outro porta-voz, desta vez da Anistia Internacional, Átila Roque, seguiu a mesma narrativa e também chamou os black blockers de “vândalos infiltrados no protesto pacífico” durante a manifestação do dia 11 de julho (O Globo, 13/07/2013, p. 4). Além de tudo, esta acusação omite o fato de que não existe uma massa homogênea de manifestantes que devem obedecer ou ser guiados por líderes, mas sim uma grande diversidade de pessoas com reivindicações diferentes e táticas diversas.

Além disso, aproximação de manifestantes radicais e black blockers a grupos fascistas e nazistas também foi uma inverdade e uma forma de depreciação propagada nos jornais. Numa reportagem publicada no O Globo, um professor da UFRJ, chamado para explicar o

fenômeno Black Bloc disse que as ações mais violentas nas manifestações podem ser praticadas por três grupos de pessoas: os que seguem uma política ideológica, formada por anarquistas, trotkistas, leninistas e partidos de oposição; o grupo de natureza sociocultural, que inclui os funkeiros, skinheads e Black Blocs, punks e torcidas organizadas; o terceiro grupo é composto por pessoas ligadas ao crime, como traficantes, milicianos e bandidos comuns (O Globo, 18/07/2013, p. 9).

No mesmo tom, Felipe Santa Cruz, presidente da OAB/RJ alegou que as ações empreendidas pelos Black Blocs beiravam o fascismo. Para o advogado, o protesto começou “legítimo” e depois “desbordou para uma manifestação com traços de fascismo” (Estado de São Paulo, 19/07/2013, p. A17).

Durante a Revolta dos Governados de 2013 no Brasil, a tentativa de reger os demais manifestantes pode ser constatada principalmente por parte de manifestantes da esquerda institucional, como sindicalistas e membros de partidos políticos progressistas. Nos jornais corporativos esses porta-vozes de movimentos institucionais tiveram suas “exigências” de manifestação pacífica publicadas em diversas notícias.

A questão da legitimidade das manifestações foi discutida diversas vezes nos jornais corporativos que começaram a defender que manifestações legítimas, eram apenas as pacíficas. Nesse caso, podemos constatar não apenas o esvaziamento do sentido político das ações diretas como também a ideia de que existe apenas um tipo de democracia, a democracia do Estado e do capital, e apenas um tipo de manifestantes que podem ser considerados legítimos, aqueles que respeitam estas instituições. Ao perceber que um grupo não age assim, sua ação é descredibilizada e seus corpos merecem apanhar.

A declaração do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral foi publicada no jornal Estado de São Paulo (no dia 19 de julho), onde a fala do governador teve espaço. Sua declaração evidencia que o único sentido de democracia entendida por ele é aquela que concebe o Estado e a proteção ao patrimônio capitalista dos ricos como legítimos: ““(…) O governo reitera a sua posição de garantir, por meio das forças de Segurança Pública, não só o direito à livre manifestação, como também o de ir e vir e a proteção do patrimônio público e privado.”” (apud Estado de São Paulo, 19/07/2013, p. A17).

Nesse momento, podemos perceber também uma cobrança cada vez maior dos jornalistas, editores e até mesmo leitores no sentido de intensificar da repressão policial. Muitos sugeriram que a polícia se especialize para não punir “manifestantes legítimos”

enquanto os “vândalos” e “bandidos” quebram tudo. Outros propuseram ainda que a polícia se especialize em distinguir os manifestantes “legítimos” daqueles que “não são legítimos”.

Mas, quando se fala em infiltração policial nos protestos, a grande mídia teve outra postura. Policiais se infiltraram nos atos com o claro intuito de culpar e prender black blockers e demais manifestantes radicais. Somente depois que imagens explicitando que certos ataques gratuitos a policiais, carros da imprensa e a outros manifestantes partiram de outros policiais, que estavam infiltrados dentro das manifestações, circularam na internet, é que os jornais corporativos começaram a conceber a ideia de que podiam mesmo ser policiais infiltrados.

No protesto ocorrido no dia 22 de julho, no Rio de Janeiro, por ocasião da visita do Papa Francisco ao Brasil e seu encontro com a então presidente do Brasil Dilma Rousseff e o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, ainda que alguns policiais infiltrados na manifestação tenham sido reconhecidos e colocados pra fora do protesto, outros permaneceram e lançaram coquetéis molotov na direção de outros policiais, como mostra um vídeo do feito pelo coletivo midiativista Mídia Ninja⁸.

Nos jornais da grande mídia a narrativa foi escrita de modo a fazer acreditar que o confronto teria começado pelos manifestantes. Não há menção a armas de fogo que foram utilizadas nesse dia pelos policiais, nem à forma como os manifestantes foram brutalmente presos pela polícia⁹. No dia 23 de julho o jornal O Globo noticiou que “O tumulto começou sob as ordens de um manifestante com o rosto encoberto” após um telefonema, sem mencionar que na verdade se tratava de um policial infiltrado (O Globo, 23/07/2013, p.3). Apenas dias depois o jornal cogitou a possibilidade de os atos de depredação terem sido engendrados por policiais infiltrados.

A atitude policial durante a Revolta dos Governados foi uma demonstração de como age o braço armado do Estado para controlar e punir os governados quando questionam e se revoltam contra o establishment. Tudo isso denuncia o quanto esses jornais tiveram um importante papel de legitimar a criminalização dos ativistas radicais, manifestantes revolucionários e dos Black Blocs.

⁸ A imagem pode ser vista no link: <https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=43s>. Acesso em 24 ago. de 2023.

⁹ Com destaque para o manifestante Bruno Telles que foi imobilizado e tomou choque elétrico no coração, antes de ser arrastado pelos policiais até o carro de polícia. Vários vídeos, no entanto, mostram que Bruno Telles sequer portava algum objeto que pudesse lhe incriminar. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=5s>>. Acesso em 24 ago. de 2023.

CONCLUSÃO

Historicamente os meios de comunicação de massa nacionais cresceram juntamente com o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Os pequenos jornais sumiram ou foram comprados por aqueles que se transformaram em grandes empresas capitalistas, moldadas pelos princípios da colonialidade, justificando e mantendo os projetos coloniais, imperiais e patriarcais de poder, ainda que não tenham surgido durante o processo do colonialismo. Seus discursos se tornaram hegemônicos a partir da concentração dos veículos de comunicação e dos diferentes suportes nas mãos de poucos empresários. Empregando um *modus operandi* hierárquico, capitalista, estadolátrico e opressor, capaz de assassinar saberes populares e não estadolátricos.

Como vimos na cobertura da Revolta dos Governados de 2013 no Brasil, com os jornais nacionais, a narrativa utilizada para noticiar manifestantes radicais deixa nítida essa tendência. Por isso, definir manifestantes radicais como “vândalos”, “jovens irresponsáveis”, “jovens com o único objetivo de destruir tudo” de forma rasa e superficial foi uma constante, esvaziar o sentido político de suas ações também.

A defesa de manifestações pacíficas foi feita em cima da depreciação dos ativistas radicais por meio de diversas declarações. Nesse sentido pudemos ler afirmações que aproximavam os manifestantes de terroristas e incentivavam punições, prisões e leis mais rígidas que não permitissem aos “vândalos” sair após pagar fiança. Visitas a sites e redes sociais foram o suficiente para os jornalistas traçarem um perfil dos black blockers e chamarem especialistas e acadêmicos que rapidamente colocaram eles no mesmo grupo dos skinheads, por exemplo, por terem como único objetivo (segundo suas declarações) a violência e destruição de propriedade.

Porta-vozes de movimentos progressistas, líderes de partidos políticos e de centrais sindicais fizeram as mesmas afirmações e se desassociaram dos ativistas radicais, acordando inclusive com as autoridades policiais a denúncia deste ativistas, formando uma espécie de fiscal da paz. Na narrativa dos jornais a prioridade em noticiar o trânsito congestionado, notada inicialmente nas notícias, caos urbano e depredação de patrimônio é uma forma de apagamento ou esvaziamento das causas reivindicadas. Além de tentar tirar o foco das manifestações os jornais promoveram e motivaram o epistemicídio dos saberes e formas de reivindicação populares. Quando enfim reconheceram as manifestações, novamente

mostraram seu racismo epistêmico ao promover e incentivar o apagamento dos saberes e formas de se manifestar populares ao fabricar pautas a serem reivindicadas nas ruas e usar os manifestantes para exigirem causas genéricas.

As narrativas em torno das manifestações de junho de 2013 revelam o quanto aqueles acontecimentos tiveram interpretações e significados distintos para os diferentes atores em ação. A narrativa dos oligopólios de comunicação esteve sempre criminalizando os Black Blocs. A tática Black Bloc possui sentido político, é uma forma de ação direta, “uma forma de se comportar nos protestos de rua” a partir da qual os manifestantes ganham visibilidade oferecendo uma crítica radical ao sistema. Depredar propriedades corporativas ou atacar a polícia, representante do Estado, é uma forma de mostrar ao “público” que nem o Estado nem a propriedade privada são sagrados, intocáveis (DUPUIS-DÉRI, 2014). Ao atacar fisicamente as estruturas do poder a tática Black Bloc balança os alicerces da certeza de que é impossível viver numa sociedade sem Estado ou sem capitalismo.

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail. O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2008.

CHOMSKY, Noam. Mídia, propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF, 2019.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. São Paulo: Veneta, 2014.

GELDERLOOS, Peter. Como a não-violência protege o Estado. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GRAEBER, David. DirectAction: AnEthnography. Oakland: AK Press, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. Ciência e cultura, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

MORAES, Wallace dos Santos de. 2013 Revolta dos Governados ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2018a.

MORAES, Wallace dos Santos de. Estadolatria, Plutocracias, Governanças sociais e institucionais: Preâmbulo de um paradigma anarquista de análise. Otal, abr. de 2018b.

Disponível em: <<https://otal.ifcs.ufrj.br/estadolatria-plutocracias-governancas-sociais-e-institucionais-preambulo-de-um-paradigma-anarquista-de-analise1/>>. Acesso em 28 mar. 2023.

MORAES, Wallace dos Santos de. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. Revista Teoliterária, v. 10, nº 21, p. 54-78, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. La Globalización del Derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza.; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. Cortez Editora, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

LIMA, Venício A. de. “Sete teses sobre mídia e política no Brasil”. Revista USP, São Paulo, n. 6, p. 48-57, 2004.

FONTES

AMORIM, Claudia, et. al. Mais um confronto no Palácio Guanabara. O Globo, Rio de Janeiro, 23 jul. 2013. Disponível em: <

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130723>>. Acesso em 30 mar. de 2023.

ARAÚJO, Vera. Entre manifestantes há até criminosos, afirma sociólogo. O Globo, Rio de Janeiro, 18 jul. 2013. Disponível em:

<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130719>
>. Acesso em 28 mar. 2023.

BERGAMIM, Giba. Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus. Folha de São Paulo, São Paulo, 8 jun. 2013. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19519&anchor=5876493&origem=busca&>>. Acesso em 28 mar. 2023.

COSTA, Ana Claudia. PM: vândalos usariam bombas mais potentes no Maracanã. O Globo, Rio de Janeiro, 03 jul. 2013. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJZyRMweGrRR0i0&cid=3DA482AE8E0B6C20&id=3DA482AE8E0B6C20%2134216&parId=3DA482AE8E0B6C20%213135&o=OneUp>>. Acesso 28 mar. 2023.

FERNANDES, Letícia; RAMALHO, Sérgio. Anistia critica violência da PM e acende discussão sobre o tema. O Globo, Rio de Janeiro, 13 jul. 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130713>
>. Acesso em 28 mar. 2023.

GOMES, Marcelo, TOSTA, Wilson. Cabral some após noite de quebra-quebra. Estado de São Paulo, São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-16-cid-a17-not>>. Acesso em 28 mar. 2023.

HERDY, Thiago. Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP. O Globo, Rio de Janeiro, 8 jun. 2013. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130608>
>. Acesso em 28 de mar. 2023.

JABOR, Arnaldo. Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude - 17/06/2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2640269/?s=0s>. Acesso em 28 mar. 2023.

JABOR, Arnaldo. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus – 12/06/2013. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/#:~:text=Jornal%20da%20Globo-,Arnaldo%20Jabor%20fala%20sobre%20onda%20de%20protestos%20contra%20aumento%20nas,%C3%B4nibus%20%2D%2012%2F06%2F2013&text=%22A%20grande%20maioria%20dos%20manifestantes,apedrejados%20que%20ganham%20muito%20mal%22.>>. Acesso em 27 mar. 2023.

KRMAER, Dora. Joio do Trigo. Estado de São Paulo, São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-6-pol-a6-not>>. Acesso em 28 mar. 2023.

MÍDIA NINJA, Vandalismo de Estado - Policiais Infiltrados Começam Violência nos Protestos do Rio #EagoraCabral?. Youtube, 25 jul. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=5s>. Acesso em 24 ago. de 2023.

MÍDIA NINJA. Vandalismo de Estado - Policiais Infiltrados Começam Violência nos Protestos do Rio #EagoraCabral?. Youtube, 25 jul. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4&t=43s>. Acesso em 24 ago. de 2023.

MUITOS PMs estavam sem etiquetas nas fardas. O Globo, Rio de Janeiro, 13 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=20102013071>>. Acesso em 28 mar. 2023.

NO Centro, vândalos e policiais se enfrentam com violência. O Globo, Rio de Janeiro, 12 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=20102013071>>. Acesso em 28 mar. 2023.

PURO Vandalismo. Estado de São Paulo, São Paulo, 8 jun. 2013. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130608-43698-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RAMALHO, Sérgio. Black Blocs: violência e referências confusas. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130714>>. Acesso em 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Artur. ‘Mantive controle para não atirar’. Estado de São Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130613-43703-nac-1-pri-a1-not>>. Acesso em 28 mar. 2023.

SCRIVANO, Roberta, et. al. Em mais um dia de protesto, São Paulo se divide entre paz e atos de vandalismo. O Globo, Rio de Janeiro, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130619>>. Acesso em 28 mar. 2023.

THOMÉ, Clarissa; TOSTA, Wilson. Para OAB, ato começou legítimo, mas ‘desbordou para o fascismo’. Estado de São Paulo, São Paulo, 19 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130719-43739-nac-16-cid-a17-not>>. Acesso em 28 mar. 2023.

Manifestações no Brasil entre 2010 e 2020: um recorrido das ruas, redes e instituições

Protests in Brazil between 2010 and 2020: a journey through the streets, networks, and institutions

Lara Sartorio

Doutora e mestra em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio (UNIRIO) e Especialista em Epistemologías del Sur, pelo Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br

Mariane Silva Reghim

Doutora e mestra em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). E-mail: marianesreghim@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das dinâmicas de contestação política da última década no Brasil, relacionando eventos pontuais e contextuais na política institucional e nos movimentos sociais. Consideramos quatro momentos como inflexões do cenário político nacional: as manifestações de junho de 2013, o impeachment da presidenta Dilma em 2016, a eleição de Bolsonaro em 2018 e a pandemia de COVID-19 no ano de 2020. Recorremos às sistematizações próprias, a partir da observação participante, à memória de participantes, aos registros midiáticos e próprios aos movimentos (nas redes sociais e outros canais virtuais). A partir da experiência da cidade do Rio de Janeiro, identificamos os episódios como constituintes de um processo que contribuiu para a conformação dos campos na atual polarização política de modo a oferecermos uma abordagem cronológica desse processo histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Polarização política; Junho de 2013; Movimentos sociais

ABSTRACT

This article presents an analysis of the dynamics of political contestation in the last decade in Brazil, relating specific and contextual events in both institutional politics and social movements. We consider four moments as inflections of the national political scenario: the June 2013 demonstrations, the impeachment of President Dilma in 2016, the election of Bolsonaro in 2018 and the pandemic of COVID-19 in the year 2020. We resort to our own systematizations, from participant observation, the memory of participants, media and movements records (on social networks and other virtual channels). From the experience of the city of Rio de Janeiro, we identified the episodes as constituents of a process that contributed to the conformation of the fields in the current political polarization in order to offer a chronological approach to this historical process.

KEYWORDS

Political polarization; June 2013; Social Movements.

Manifestações no Brasil entre 2010 e 2020: um recorrido das ruas, redes e instituições

Introdução

A crise sanitária da pandemia de Covid-19 modificou a percepção sobre a normalidade em 2020. As respostas governamentais e populares evidenciam semelhanças e diferenças nos bastidores do mundo globalizado. A situação trouxe à superfície debilidades sistêmicas que, se antes permitiam algum grau de camuflagem, agora exigem respostas. Ainda que a doença tenha demandado medidas de isolamento social, junho de 2020 foi também marcado pela efervescência de mobilizações sociais. A desigualdade, acentuada pela recessão econômica decorrente das crises, o racismo desvelado na emergência de fechamento de fronteiras, policiamento, vigilância e repressão com o maior controle social, a falta de acesso à moradia e a decadência dos serviços de saúde pública tornaram-se insustentáveis.

Neste artigo, recuperamos elementos que marcaram as dinâmicas de contestação política recentes no Brasil de modo a oferecer uma abordagem cronológica que contribua com a análise do processo histórico. Partimos da experiência da cidade do Rio de Janeiro por ser o local desde onde acompanhamos e participamos do processo e dadas as particularidades por ser a cidade anfitriã de grandes eventos, como Rio+20, Copa do Mundo, Copa das Confederações e Olimpíadas. A intenção é observar a mobilização de movimentos e contra movimentos no Brasil no período de 2010 a 2020, considerando quatro momentos como inflexões do cenário político nacional: as manifestações de junho de 2013, o impeachment da presidenta Dilma em 2016, a eleição de Bolsonaro em 2018 e a pandemia de COVID-19 no ano de 2020.

Apesar de controversas e disputadas, as interpretações de junho de 2013 configuram uma inflexão na política brasileira, que versa sobre alterações contundentes no modo de protestar, nos repertórios e nas gramáticas dos atores presentes à época. Não cabe aqui estabelecer relações causais entre os acontecimentos naquele momento e nos posteriores, senão observar elementos de continuidade. Significa que empreendemos uma ótica dos fenômenos como parte de um processo em diálogo com o contexto geopolítico global.

Sugerimos que os movimentos não surgem do vazio e de maneira espontânea. Organizações e movimentos pertencentes a campos opostos já estavam articulados nas ruas,

redes e na política institucional antes da atual hegemonia de uma narrativa polarizada, o que fica demonstrado pela cronologia das experiências históricas mais recentes.

Primeiro, o abalo sísmico

O abalo sísmico se refere às manifestações de alta capilaridade nacional que fizeram emergir uma diversidade de agendas, em suas contradições e paradoxos. Fissuras foram introduzidas a partir de projetos políticos em jogo, recalcados desde a redemocratização. Em escala global, a Primavera Árabe, a revolta na Turquia e a Ocupação Wall Street, no início dos anos 2010, inspiraram e repercutiram nacionalmente, como a greve da Educação e as ocupações em várias praças e universidades.

No Brasil de 2010, eclodiram os primeiros protestos contra a Copa das Confederações e a Copa do Mundo nas cidades-sede dos eventos enquanto passávamos por uma disputa eleitoral para os cargos de presidência, governo dos estados e senadores. Para o cargo presidencial, a disputa se dava em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), com a candidata Dilma Rousseff e, na oposição, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com José Serra. Dilma, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, assumiu uma postura de continuidade das políticas do PT.

Com a aproximação da Copa do Mundo de 2014, os anos anteriores anteciparam nas ruas movimentos contra as medidas adotadas para a realização dos grandes eventos. Protestos foram organizados pelos Comitês Populares, em dez cidades brasileiras, criticando o “modelo excludente de política urbana implementada motivado, pela construção de uma imagem de cidade global para os chamados megaeventos esportivos”¹⁰.

Já em 2011, cerca de 200 estudantes, artistas e ativistas ocuparam a praça da Cinelândia, em correspondência com o *Occupy Wall Street*. Sob o chamado de “OcupaCinelândia”, realizaram discussões e atividades diversas de cunho anticapitalista. Ocupações similares ocorreram em outras localidades do Rio, como o “OcupaAlemão”, “OcupaCanecão”, “OcupaRio” e, posteriormente, o “OcupaCabral”.

Nos movimentos estudantis, em escala nacional, embates questionavam a presença massiva de partidos políticos. Uma ascensão crescente de coletivos que reuniam a direita liberal e conservadora passaram a disputar narrativas no meio universitário, muitos dos quais financiados por *think tanks*, destacadamente o Instituto Millenium, nesse primeiro momento,

¹⁰ Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>

concorrendo a diretórios estudantis pelas universidades públicas do país (Rocha, 2017). Na sequência das intensas atividades no setor educacional, o ano de 2012 foi de grande mobilização social. Foi registrado o maior número de greves desde 1997, contabilizadas em 873, incluindo a Greve Nacional na Educação que contou com a adesão de 57 das 59 instituições federais de ensino (DIEESE, 2012).

A cidade experimentava mudanças estruturais com o investimento bilionário em estruturas para receber a Copa do Mundo e Olimpíadas, contexto que faz do Rio de Janeiro síntese dessas contradições. Em 2010, foi anunciado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) a remoção de 119 favelas até 2012, deixando centenas de milhares de famílias desabrigadas, conforme apontam os dossiês realizados pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

Em outubro de 2012, ações policiais foram conduzidas diante do projeto de demolição do Museu do Índio para aumentar a área de dispersão do Estádio do Maracanã, com a construção de estacionamento e shopping. O espaço estava ocupado desde 2006 por grupos de diferentes comunidades originárias, notadamente a aldeia Marakanã. Até 2012, mais de 70 famílias viviam no local e resistiam às ameaças.

Nos primeiros dias de 2013, foram organizados atos contra o aumento da passagem em Porto Alegre, Natal, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, pelo Movimento Passe Livre (MPL) e outros movimentos ligados à causa, como o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens (FLCAP) do Rio de Janeiro e a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte. Comitês Populares davam continuidade às suas atividades contra os Megaeventos. Nas cidades onde havia a presença desses dois grupos, muitas vezes um participava dos atos do outro.

Práticas e territórios foram simultaneamente apropriados por campos ideológicos antagônicos. Veremos, contudo, que os campos em disputa não podem ser reduzidos a dois pólos homogêneos de direita e esquerda, dada a necessária diferenciação intracampos¹¹.

Quando a combustão ocorre: junho de 2013 como estopim

¹¹ Bringel (2018) identifica a coexistência de quatro campos de ação desde Junho de 2013: liberal conservador, autoritário-reacionário, democrático-popular e alter-ativista.

As manifestações de Junho caracterizaram-se pela amplitude, capilaridade nacional e pela célere difusão. O uso frequente de ação direta¹², com intenções de furo do tradicional bloqueio midiático e aumento da capacidade de poder de impacto na esfera pública são marcas do período. O fenômeno pode ser entendido como um momento de inflexão entre um ciclo social e político que se iniciou na década de 1980, bem como suas consequências, no que se refere ao modo de organização e participação, possui alcance político até os dias atuais (Mota, 2019, Bringel, 2018).

Temos, por um lado, interpretações de Junho de 2013 como evento revolucionário. Destaca-se o caráter anti-sistêmico das manifestações, características de autonomia dos movimentos sociais diante das rígidas estruturas partidárias, a organização por redes, a ocupação multitudinária do espaço público, a emergência de demandas legítimas pela desmercantilização e desmilitarização da vida nas grandes cidades (Lima, Sawamura, 2016). São elementos importantes, mas não esgotam seu sentido.

Há, por outro lado, o viés que rejeita Junho como um processo progressista. Essas perspectivas sugerem que as manifestações eram marcadas por grande superficialidade, dado que o Brasil caminhava em um momento histórico de estabilidade social e econômica. E que conformaram eventos performáticos e miméticos de uma agitação global que não condizia com o momento brasileiro. Ou ainda que tratava de uma reação conservadora com aparência de luta anticorrupção, mas que na verdade era um projeto de derrubar o PT do poder.

Nesse artigo, entendemos que Junho se revelou a partir de processos que transcorriam de forma latente, desigual e combinada, que foram levados a cabo por movimentos preexistentes, responsáveis por acender a chama da insurgência, mas que logo foram disputados por outros setores de distintas orientações político-ideológicas (Bringel, 2017; Tatagiba, 2014; Alonso e Mische, 2016).

Foi estabelecido o aumento da tarifa de ônibus na cidade do Rio de Janeiro, de R\$2,75 para R\$ 2,95, no primeiro dia de Junho de 2013. No dia 6 de junho, ocorreu um ato na Avenida Presidente Vargas, convocado pelo FLCAP. Apesar de o aumento da passagem ser a pauta central, demandas relacionadas ao fim da dupla função do motorista de ônibus também foram identificadas.

¹² Tomaremos aqui por “ação direta” uma rejeição aos instrumentos de mediação, em que se preze por ações que não sejam filtradas pelas instituições. Elas situam-se no campo da desobediência civil e do confronto direto com as forças repressivas do Estado [...] passa por causar danos à propriedade privada de multinacionais e outras empresas, saques de lojas, pichações de muros, quebra de vitrines e ocupações de espaços públicos” (Sartorio, 2014).

Nos dias 11 e 13 de junho, marchas ocorreram no centro da cidade, e foram as fagulhas do que se conformou como Junho de 2013. Com cerca de duas mil pessoas presentes em cada dia, mantiveram evidente a pauta do transporte público, mas com outras bandeiras incorporadas, como a PEC 37. As ações diretas, que ocupavam a pauta midiática enquanto "vandalismo", foram intensificadas com reações violentas desproporcionais por parte da polícia. Contudo, foi com o ato do dia 13 de junho em São Paulo, mais duramente reprimido pela polícia, que os protestos ganharam visibilidade nacional. O dia marcou a importante alteração da narrativa midiática, que passou a apoiar o movimento, inclusive divulgando os atos seguintes.

A mudança explica, em parte, a massificação dos protestos em 17 de junho, em que milhões de brasileiras/os se manifestaram em cerca de 350 municípios. A repercussão foi internacional, e se desdobrou em manifestações de solidariedade em 55 cidades ao redor do mundo. As pautas já haviam se expandido. Criticavam os gastos públicos com os megaeventos esportivos, a violência policial nas periferias, a má qualidade dos serviços públicos, a corrupção política, entre outros.

No Rio de Janeiro, no dia 17 de junho, havia dezenas de milhares de manifestantes na Avenida Rio Branco, exigindo o cancelamento do aumento das tarifas. O número de pessoas nas ruas era um fenômeno surpreendente. Mas causou ainda mais impacto a vitalidade das ações diretas: quebra de vidraças de bancos e lojas, lixeiras públicas usadas como barricadas e ateamento de fogo nos lixos de modo a bloquear passagens nas ruas, queima de guarita de segurança e viatura policial.

Esse dia marca o início de um estranhamento mais violento entre a diversidade de orientações político-ideológicas presentes. As manifestações, antes dispersas, de antipartidarismo ("Sem partido!" e "O povo unido não precisa de partido!"), aos poucos ganharam força. Constituíram um bloco que fazia uso de símbolos pátrios, como a bandeira nacional, o rosto pintado de verde e amarelo e camisas da CBF, convocando a uma unidade em torno da ideia de Brasil.

O conflito presente no ato se estendeu pelas redes, em especial o *Facebook*, arena de grandes discussões e disputa das convocatórias dos atos seguintes. A discussão sobre atrelamento ao autoritarismo e fascismo daqueles que se colocavam contra a presença de bandeiras partidárias emergiu. Grupos anônimos de direita convocaram nas redes para o enfrentamento daqueles que vestissem vermelho na manifestação (uma associação do vermelho com o petismo, alvo daqueles que se indignavam). A princípio, os atos foram

vitoriosos: em 19 de junho o aumento das passagens foi revogado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Porém, as pautas já extrapolavam há muito os 20 centavos.

Com o clima de tensão instaurado, muitos grupos foram às ruas no dia 20 de junho temerosos ou preparados para a violência física que parecia latente dentro do próprio movimento, a despeito da esperada repressão policial. A passeata contou com cerca de um milhão de pessoas nas ruas (Avritzer, 2016), das quais “38% reivindicavam temas relacionados ao transporte público, 30% apresentavam reivindicações em relação ao ambiente político, com 49% de menções à luta contra a corrupção (IBOPE, 2013)”. Muitos foram detidos, mas ganhou notoriedade o caso de Rafael Braga, que não era manifestante, apenas havia improvisado local para dormir no centro. Ainda assim, Rafael foi o único que permaneceu preso, símbolo da seletividade penal, dado que é negro e pobre, conforme argumenta a *Campanha pela Liberdade de Rafael Braga*.

A hostilidade e violência entre os manifestantes foi geral, agora já divididos pela narrativa midiática como "ordeiros", de um lado, com referência aos *patriotas*, e "vândalos", de outro, como categoria que incorporava os militantes organizados, "vermelhos", bem como os anarquistas ou indivíduos que privilegiavam as ações diretas. A passeata terminou sob dura repressão da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Após junho, 2013 seguiu marcado por manifestações com diferentes pautas, das quais podemos destacar a Marcha das Vadias, passeatas dos professores e o ato Fora Cabral. A reação do governo foi a repressão, a falta de diálogo e até a criminalização dos movimentos. Houve seja pela proibição do uso de máscaras em manifestações e a edição e tramitação em caráter de urgência da Lei Antiterrorismo. Em setembro, tivemos os chamados "bailes de máscara", protesto em forma de festa pública contra a proibição do uso de máscaras. A greve dos professores, marcada para o Dia do Professor, um ato convocado pelo Sindicato Estadual de Professores levou 100 mil pessoas às ruas, contando com violenta repressão policial.

Segundo os dados do DIEESE, foram contabilizadas 2050 greves no ano de 2013, um aumento de 133,8% em relação ao ano de 2012. As mudanças que ocorreram nesse ano marcaram a oposição na política institucional protagonizada pelo PT e PSDB. Mesmo sendo velhos conhecidos da disputa presidencial, o ano de 2014 foi marcado pelo seu acirramento e culminou com a diferença de apenas 3 pontos percentuais entre Dilma (PT) e Aécio (PSDB) no segundo turno. Antes dessa disputa, ainda haveria a Copa do Mundo.

Em janeiro, houve manifestação em São Paulo contra a Copa, que contou com a participação de *black blocs* e reação violenta por parte da polícia. Nos meses seguintes e

principalmente em maio, às vésperas dos jogos, manifestantes continuaram indo às ruas levando palavras de ordem contra a Copa e em defesa de recursos para a educação e saúde. A pauta contra a Copa, ao contrário do aumento das tarifas, não mobilizou uma grande parcela da sociedade. Nesse meio tempo, a Greve dos Garis obteve grande impacto ao se eximir de sua tarefa de recolher lixo em luta por salários mais dignos e pelo aumento do ticket refeição, que foram conquistados.

Conforme argumenta Resende (2019), o caso, que desencadeou as manifestações "Cadê o Amarildo?"¹³, foi um divisor de águas no cenário político nacional com ressonância internacional, dado que denunciava a celebrada política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), responsáveis pelo assassinato e desaparecimento do pedreiro Amarildo. Nesse momento, os campos autonomistas e socialistas críticos ao PT, territorializaram suas mobilizações, com especial atenção às periferias e favelas.

Como reação às manifestações, tanto de 2014 quanto de 2013, Dilma anunciou o endurecimento das penas aplicadas em virtude de manifestações políticas. Mesmo com todos os atos, em junho a Copa ocorreu da maneira programada, e paralelamente a ela, algumas manifestações. No final de julho, teve fim a disputa esportiva e o início da disputa política.

A internet permaneceu central na disputa presidencial, batendo recorde de interações no Facebook e sendo a mais comentada na história da rede social¹⁴. O ambiente online foi eficaz em sua popularização e também na difusão de ideias cada vez mais distanciadas daquelas presentes nas disputas anteriores. Ainda em 2014, no âmbito jurídico, foi lançada a operação Lava Jato. Pautada no discurso anticorrupção, serviu como disparador incriminador e de perseguição de políticos do PT. Se o PT passa a ser perseguido juridicamente, a esquerda nas ruas também o é com o seu aval.

Com os discursos acirrados e uma vitória apertada de Dilma Rousseff (PT) e de seu vice Michel Temer (PMDB), Aécio Neves (PSDB) coloca a lisura do processo em questão. Após um pedido de auditoria das eleições apresentado pelo PSDB, manifestantes saíram às ruas em São Paulo com cartazes de "Fora Dilma" e pedido de impeachment defendendo intervenção militar; as cores da bandeira nacional marcaram presença.

¹³ No dia 14 de julho de 2013 Amarildo de Souza foi levado da porta de sua casa na Rocinha para a UPP ali localizada e nunca mais foi encontrado.

¹⁴

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/eleicoes-brasileiras-foram-mais-comentadas-da-historia-do-facebook.html>

Da polarização ideológica à separação física

Conforme observamos, expressões multifacetadas representaram um descontentamento geral da população. As pautas de direito à cidade, que envolvia custo de vida, transporte público, acesso à saúde e educação foram contrastadas com conteúdos conservadores, como o antipartidarismo, nacionalismo exacerbado e a atualização de uma extrema-direita (Iasi, 2013). Em 2014, as mobilizações anunciavam uma ocupação diferenciada do território segundo viés ideológico. Os setores progressistas passaram a atuar mais ativamente por orientação dos movimentos de favelas, contra as remoções e contra a ocupação militar no Conjunto de Favelas da Maré, convocando muitos de seus protestos para as periferias da cidade ou seguindo o tradicional trajeto do centro do Rio de Janeiro. Já os grupos orientados pelas pautas antipartidárias e anticorrupção deslocaram muitas de suas mobilizações para a Zona Sul do Rio de Janeiro.

O que 2014 ensaiava, 2015 observou como efetivo. As ruas deixaram de ser compartilhadas pelos setores conflitivos, que passaram a organizar atos que não coincidiam em local, dia e horário. Como um jogo de ação e reação, a disputa girava em torno da capacidade de mobilização, quantidade de pessoas nas ruas e estética apresentada. Nesse ano, alguns setores não se reconheciam nessa polarização e optaram por não participar dos movimentos: anarquistas, autonomistas e socialistas críticos ao PT.

A crise política instaurada com os escândalos de corrupção denunciados pela Operação lava-jato, somada às fragilidades no cenário econômico, com aumento substantivo do desemprego e inflação, foram fatores importantes de mobilização em torno da insatisfação popular (Costa, 2019).

Nos dias 13 e 18 de março, manifestações em apoio ao governo, contrárias ao *impeachment*, foram organizadas por movimentos sociais. A primeira ocorreu ao redor de vinte e cinco estados do Brasil, e ainda que menos expressivas, somaram 175 mil pessoas nas ruas. A segunda, contou com pelo menos 120 mil manifestantes somente na Avenida Paulista e ocorreu em sete estados. Outras manifestações foram registradas durante todo o ano de 2015, nos dias 7 e 15 de abril, 20 de agosto, 26 de setembro, 3 de outubro, 8 e 16 de dezembro (Galinari, 2017, p. 82).

Os protestos contra o governo Dilma Rousseff, mais expressivos em quantidade de manifestantes, ocorreram nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015. Também no dia 6 de agosto, muitas cidades do país se manifestaram em oposição ao

governo com vaias, gritos e "panelaço" durante a apresentação do programa eleitoral do PT em rede nacional de rádio e televisão. O apelo à participação popular foi de caráter moral, contra a corrupção e nesse momento, os protestos foram separados entre apoiadores e opositores do governo de Dilma Rousseff (Gohn, 2016).

O Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (VPR) destacaram-se como organizadores e mobilizadores desses protestos, com forte apelo e difusão midiática pela internet. O VPR é um grupo político criado em outubro de 2014 que se autodetermina como suprapartidário e tem como projeto político a luta contra a corrupção e a disseminação de valores liberais. O MBL foi criado em novembro de 2014 como um grupo político-ideológico em rápida expansão pelas redes sociais, mais voltado aos jovens e universitários com posicionamento antipetista e de valores liberais.

Ao mesmo tempo, com o Congresso mais conservador desde a ditadura militar, os deputados se articularam para aprovar o projeto de redução da maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos. Inspiradas/os na campanha "No a La Baja", que ocorreu no Uruguai, um grupo de jovens cariocas se organizou a fim de demonstrar sua insatisfação e ocupar as praças com intervenções lúdicas. Do dia 28 para o dia 29 abril de 2015, aproximadamente 400 praças em mais de 200 cidades de todos os estados do Brasil *Amanheceram Contra a Redução*.

O pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff foi protocolado no dia 15 de outubro de 2015 e foi acolhido pelo Presidente da casa em 2 de dezembro. Os denunciadores argumentaram que a Presidenta cometeu crime de responsabilidade e utilizaram as massivas manifestações como parte do argumento. Após a admissibilidade do processo, foram registradas oito manifestações organizadas pelos grupos pró-impeachment, entre março e agosto. A mais expressiva delas, dia 13 de março, reuniu cerca de 3 milhões de pessoas (Galinari, 2017). Nesse momento, o número de manifestantes nas ruas passou a funcionar como termômetro das vontades políticas, bem como medição de força.

Seguindo a onda de protestos de 2016, o impeachment de Dilma Rousseff ocorreu em agosto do mesmo ano. Devido à frágil acusação de pedalada fiscal, o processo pode ser configurado como golpe parlamentar (Avritzer, 2018). Assim, o vice Michel Temer (PMDB) assumiu, como parte de um notório "acordo nacional" permeado por jogo de interesses políticos do grupo conservador que compunha o Congresso Nacional.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grande instabilidade política e mobilização de campanhas de enfrentamento às políticas adotadas pelo Temer, como também frentes organizadas que mobilizaram os atos de pedido de afastamento do presidente interino,

através da bandeira "Fora Temer". Apesar de Dilma Rousseff e Michel Temer terem sido eleitos com o mesmo voto, as oposições que encabeçaram os *Fora Dilma* e *Fora Temer* foram de setores distintos da sociedade.

Ainda em 2016, as ocupações de escolas promovidas pelos movimentos secundaristas que vinham ocorrendo desde 2015 em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, se expandiram por todo o Brasil. As ocupações tiveram início depois do governador do estado de São Paulo anunciar um plano de reorganização da Rede Pública que previa o fechamento de 93 escolas, além da restrição de ciclos educacionais a 754 escolas. A literatura (Losekann, 2019) estima que mais de 60 escolas foram ocupadas em 2016, mobilizando discussões sobre modelo de educação, feminismo, racismo, violência policial e a bandeira do "fora Temer".

Em 2017, as manifestações de rua foram majoritariamente vinculadas às pautas progressistas. Podemos mencionar a chamada à Greve Geral contra a Reforma Trabalhista, que registrou paralisação de diversas categorias ao redor do Brasil, no dia 28 de abril. Na ocasião, houve bloqueio de vias e rodovias e confronto entre policiais e manifestantes.

É notável o aumento de operações militares nas favelas do Rio de Janeiro, destacadamente a Cidade de Deus, onde um helicóptero militar foi derrubado em novembro de 2016 e, como reação, a favela foi ocupada e um extermínio foi impetrado pela polícia contra os moradores.

Eleições de 2018 e o magma da polarização

É possível dizer que uma escalada de violência caracterizou 2018. O ano inicia com o decreto de 16 de fevereiro que determinava a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Movimentos sociais se mobilizaram contra as primeiras ações da Força Nacional nas favelas e periferias ocupadas pela Intervenção, denunciando os abusos e violência. Partidos de esquerda constituíram uma Frente contra a Intervenção Federal. Dentre as/os parlamentares ativos nessa mobilização estava a vereadora Marielle Franco (PSOL).

Em 14 de março desse ano, Marielle e seu motorista Anderson Gomes foram brutalmente assassinados. O caso, ainda sem solução, mobilizou não apenas o Brasil, mas sensibilizou o mundo para a escalada de violência no país, que havia culminado no simbólico assassinato de uma vereadora favelada, mãe, bissexual, negra e socialista.

A reação à execução de Marielle preencheu massivamente as ruas do país. Manifestantes marcharam emocionados entoando "Marielle, presente", "Anderson, presente"

e “Marielle perguntou eu também vou perguntar ‘quantos mais têm que morrer pra essa guerra acabar?’”. Uma sequência de atos ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 15, 18, 20 com manifestações inter-religiosas e políticas. As manifestações ocorreram no centro da cidade e na favela de origem da Marielle, a Maré, incorporando pautas de fim do extermínio da população negra, fim da polícia militar e da Intervenção Federal e justiça para o caso de Marielle; outros países também realizaram atos contra o crime. O levantamento realizado pela Diretoria de Análises de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAAP) demonstra também a expressiva mobilização nas redes sociais. “Das 22h de quarta-feira (14), quando o assassinato aconteceu, até às 18h de sexta-feira (16) ocorreram 84,6 mil tuítes em inglês e 133 mil em espanhol de apoio a Marielle”¹⁵.

O caso Marielle foi um ensaio importante da relevância das redes sociais, dada a difusão viral de boatos difamatórios relacionados à vida pessoal da vereadora. O monitoramento realizado pela FGV-DAPP demonstrou que menos de 48 horas após o crime, já haviam se difundido boatos sobre suposto envolvimento da vereadora com traficantes. O estudo mostrou ainda que, no período analisado de 14 a 18 de março¹⁶, o grupo que difundiu as respostas contra notícias falsas naquela rede social foi majoritário: 73% do total (Almeida, 2018).

No mês seguinte, dia 7 de abril (último dia de filiação partidária no cronograma das eleições), ocorreu a prisão do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT). O país ficou dividido entre os campos - que se manifestaram majoritariamente pela internet - em que houve a celebração da prisão do Lula (MBL e o VPR, já mencionados) e grandes marchas e vigílias de longa duração articuladas sob o chamado “Lula livre!”. Em dimensões internacionais, houve a campanha “Stay with Lula”. Houve também um dia internacional em que atos ao redor do mundo, em frente às embaixadas brasileiras, pediam “Lula livre!” e denunciavam a parcialidade da justiça brasileira. Com a prisão, o ex-presidente foi impedido de concorrer ao cargo, sendo Fernando Haddad o escolhido para disputar pelo PT.

Assistimos, em 2018, à acentuação da polarização política que vinha se desenhando nos últimos anos, inclusive nas redes sociais. O candidato Jair Bolsonaro apostou no não comparecimento aos debates dos presidencialistas ao longo do processo como forma de

¹⁵

<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/03/30/manifestacoes-em-solidariedade-a-marielle-franco-acontecem-no-pais-e-no-mundo>

¹⁶

<http://dapp.fgv.br/reacao-boatos-superou-difusao-de-informacoes-contramarielle-no-twitter-aponta-estudo-da-fgv-dapp/>

denunciar a mídia oficial; de não se expor às contradições próprias ao enfrentamento dos outros candidatos e de falar diretamente com seu público por canais próprios, mobilizando recursos de apelo populista. Foi expressiva a proeminência de discursos violentos disseminados através de mídias sociais, com uso em larga escala de informações falsas (*fake news*).

Os discursos nas redes sociais dos apoiadores de Bolsonaro e anti-bolsonaristas foram marcados por uma disputa emocionada e raivosa. O próprio candidato Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) usou como símbolo de sua campanha uma "arminha" gesticulada com as mãos e usava como narrativa reiterada a disjunção entre "nós" e "eles", eles como os "vermelhos", inimigos a serem "metralhados" ou "varridos" do país. Em uma atividade de campanha em Minas Gerais, em 6 de setembro, Bolsonaro é agredido com uma facada no abdômen. O caso de violência marca o teor do processo eleitoral. Bolsonaro foi hospitalizado e precisou passar por uma cirurgia. O evento foi de grande relevância para o aumento de sua popularidade¹⁷.

O cenário, atrelado ao histórico de populismo na região, fomentou posicionamentos que voltaram à uma polarização vinculada às imagens de Jair Bolsonaro e Lula, como símbolos condensadores de ideias. O antipetismo e antilulismo eram vias incontornáveis para se chegar à defesa do voto em Bolsonaro, bem como ser anti-bolsonaro reunia os que defendiam o voto no PT. No primeiro turno, alguns setores buscaram deslocar a polarização por meio dos votos em torno da candidatura de Ciro Gomes (PDT), do João Amoedo (NOVO) ou mesmo o voto nulo. Contudo, a escalada para o segundo turno, entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, constituiu o ápice da polarização que vinha sendo traçada pelas narrativas da cena política brasileira desde 2013.

Representante da "Bancada da Bala e da Bíblia"¹⁸, Jair Bolsonaro, desde sua pré-candidatura, reforçou alinhamento ao militarismo. O discurso linha dura com forte viés moral e cristão, do ponto de vista dos costumes, obteve eco na opinião pública e capitalizou a grande insatisfação popular, especialmente em torno da questão da violência e falta de segurança pública. O alarde a partir de notícias falsas, quanto ao chamado *kit gay*, também

¹⁷ Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/efeito-facada-bolsonaro-sobe-no-ibope-e-mel-hora-ate-desempenho-no-2-turno-7c47y6qwjoafjj98b34vgge/>

¹⁸ É o nome utilizado para localizar deputados que defendem a comercialização e legalização de armamento no país e também mobilizam a fé na Bíblia e a crença em Deus e dos valores cristãos como modo de angariar votos.

obteve centralidade no processo eleitoral, mesmo depois de desmentido por setores responsáveis da Educação.

A violência aberta e autorizada contra determinados grupos instaurou medo e aumento da percepção de violência contra a população LGBTQIA+. Uma pesquisa realizada pela *Gênero e Número* apontou que mais de 50% das pessoas pesquisadas afirmaram ter sofrido pelo menos uma agressão no contexto político-eleitoral¹⁹. Os discursos expressos através das redes sociais aumentaram o sentimento de insegurança para esses grupos, dado que o processo eleitoral se tornou uma arena de narrativas impulsionadas por paixões em torno de pautas morais e figuras de idolatria, como o "mito" (forma como os eleitores de Bolsonaro se referem a ele). Por outro lado, os anti-Bolsonaro organizaram-se massivamente em torno da *hashtag* "Ele não", levando às ruas marchas de dezenas de milhares de mulheres e LGBTQIA+ por todo o país.

A violência do processo, quando deslocada das redes para a realidade física, foi tragicamente marcada pelo assassinato do mestre de capoeira Moa do Katende²⁰ por um eleitor do Bolsonaro, após afirmar que havia votado no PT. A polarização das eleições seguiu ativa e distanciou familiares e amigos dado que seus canais de campanha, difusão de ideias e viralização de notícias, muitas vezes falsas, ocorriam privilegiadamente por grupos de *WhatsApp*, incluindo "grupos de família", *Facebook* e *Twitter*. Por fim, foi eleito o candidato Jair Bolsonaro, com 55% dos votos.

De junho a junho: 2020 da Pandemia

No dia primeiro de janeiro de 2019, Bolsonaro vestiu a faixa presidencial cercado de muita expectativa sobre como seria seu mandato. A marca do seu primeiro ano como presidente foi o desapego aos ritos institucionais, decisões voltadas para os interesses das elites, submissão voluntária aos Estados Unidos e o uso da máquina pública para proteger seus filhos e a si mesmo das investigações judiciais acerca de atos ilícitos, principalmente relacionados a milícias do Rio de Janeiro.

¹⁹

<http://violencialgbt.com.br/em-pesquisa-sobre-violencia-contra-lgbt-no-contexto-politico-eleitoral-mais-de-50-di-zem-ter-sofrido-pelo-menos-uma-agressao/>

²⁰<https://extra.globo.com/casos-de-policia/mestre-de-capoeira-morto-com-12-facadas-apos-dizer-que-votou-no-pt-em-salvador-23139302.html>

Dando continuidade ao *modus operandi* de sua campanha, o uso das redes sociais é eleito como o canal oficial entre presidente e população, numa situação inédita no país. A divulgação de vídeos semanais em sua página do Facebook e o anúncio de medidas institucionais através do Twitter alteram a distribuição e o alcance das redes.

As ruas e as redes, por sua vez, não se calaram ou se intimidaram. Cada medida, cada pronunciamento e cada fala antidemocrática foi questionada, apontada e disputada, por um lado, ou entusiasticamente defendida, por outro. O clima de debate nas redes entre perfis pró e contra bolsonaristas permanece constante durante todo o seu mandato, ainda que as forças tenham se alterado ao longo do tempo.

Apesar da dinâmica das ruas requerer uma temporalidade diferenciada, houve momentos nos quais ela teve seu protagonismo. O dia 8 de março, celebrado todos os anos como o Dia da Mulher, no ano de 2019 foi um espaço utilizado para denunciar todo o aparato machista, racista, classista do presidente e seus aliados que ameaçavam a vida das mulheres. Em maio, após o anúncio de corte de verba para a educação, estudantes saíram às ruas em mais de 200 cidades do país, orquestrando os primeiros grandes atos contra o presidente e o seu então Ministro da Educação Abraham Weintraub.

Também em maio são organizados os primeiros atos em defesa do presidente nas ruas, em mais de 100 cidades. A organização veio como uma resposta aos protestos estudantis, mas também como uma vontade de sair dos espaços virtuais e demonstrar o apoio nas ruas. As divergências da direita começaram a aparecer. O apoio ao presidente começa a ser matizado; defender e concordar com todas as suas falas começa a ter um custo alto. Com as denúncias de corrupção dos filhos, as alianças passam a ser mais custosas e menos lucrativas. Ministros, deputadas/os, governadores e apoiadores que fizeram campanha foram sendo excluídos do projeto do presidente e formando um grupo dos ressentidos.

A desfiliação do presidente do PSL em novembro de 2019, a busca por uma legenda própria, a ruptura de peças centrais como Janáina Paschoal, Carla Zambelli e MBL são momentos marcantes. De acordo com as pesquisas de opinião, em janeiro de 2019 o presidente contava com 40% de aprovação e 20% de rejeição, passando para 34% de aprovação e 35% de rejeição em junho e fechando o ano com 30% de aprovação e 34,50 de rejeição²¹. O que chama a atenção nos dados, além da lealdade dos 30% por cento que permanecem avaliando a presidência de maneira positiva, é o aumento da avaliação negativa.

²¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisas_de_opini%C3%A3o_sobre_o_governo_Bolsonaro

O ano de 2020 é marcado pela maior pandemia do século a Sars-CoV-2 (também conhecida como Covid-19 ou novo coronavírus). O vírus foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o surto como pandemia e se iniciam as mortes oficiais no Brasil.

Entre março e junho houve um aumento exponencial de vítimas da doença. Em meio à crise sanitária, o Brasil vivenciou também uma crise política e econômica. Teve início uma disputa sobre o caráter da pandemia, sobre as medidas adotadas para amenizar seus efeitos, bem como sobre sua possível cura quando ainda não conhecíamos a vacina.

Grupos bolsonaristas denunciaram que o vírus nada mais era que uma arma biológica comunista cujo fim seria implantar o comunismo no Brasil e no mundo, o "comuna vírus". O isolamento e o distanciamento social não fariam sentido, tendo justificativa a crise econômica. Defendeu-se o uso da hidroxicloroquina, um medicamento de produção impulsionada pelas Forças Armadas como capaz de curar a enfermidade, ainda que sem evidência científica²².

A crise de Covid-19 também foi tomada como emergência que requeria cuidados preventivos. Defendeu-se o isolamento social, o auxílio emergencial para que aquelas pessoas sem emprego formal poderiam ficar em casa até que resultados confiáveis acerca da cura ou vacina fossem identificadas.

Ficou evidente a falta de alinhamento entre o executivo nacional, estadual e municipal. A primeira abordagem, promovida pelo Presidente, resultou na falta de uma política nacional capaz de lidar com o vírus na seriedade requerida. Os governadores e prefeitos acabaram adotando medidas que fossem de acordo com seus entendimentos, muitas vezes causando confusão na população. Inexistiu no país um fechamento total, dando margem para que cada estado e cidade adotasse as medidas de isolamento em maior ou menor grau.

No âmbito político institucional, passamos por duas trocas de ministro da Saúde. Até 20 de junho de 2020, contabilizamos mais de um mês sem um nomeado para a pasta. Dois nomes centrais também saíram do governo: o ex-juíz Sérgio Moro, um dos maiores responsáveis pela operação Lava Jato e Abraham Weintraub, ministro da Educação.

22

https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/ministerio-publico-pede-apuracao-sobre-superfaturamento-de-cloroquina-pelo-exercito?fbclid=IwAR3XeXbaRZliiRPR7MvpcSKhgSY1pgNyOGEnd4T_Bh0KWFx43Tnj_xumVqI#.XuwEMuxjd0s.whatsapp

Nas ruas, as direitas negacionistas²³, reivindicaram a abertura do comércio, que nunca esteve completamente fechado, respondendo aos pronunciamentos do presidente em defesa da economia. Carreatas foram organizadas em escala nacional, convocando os cidadãos "à guerra pelo Brasil" e fim da quarentena. Houve também manifestação contra governadores e prefeitos que não adotaram o discurso do presidente e até contra a China. Até maio de 2020, as esquerdas se esquivaram de ocupar as ruas em nome do isolamento social e como um modo de evitar o contágio em massa. Foram usadas outras gramáticas de ação, como bater painéis nas janelas, tuitos e uso das mídias sociais a fim de demonstrar insatisfação.

Somado à pandemia e ao descaso do presidente, a política genocida e racista permaneceu funcionando normalmente no estado do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. O assassinato de George Floyd pela polícia dos Estados Unidos, mais as recorrentes mortes de jovens negros nas periferias das cidades do estado do Rio de Janeiro, como João Pedro, assassinado dentro de casa, tornou impraticável a ausência das ruas. No final de maio, muitos movimentos de esquerda, protagonizado pelo movimento Vidas Negras Importam, foram para as ruas em busca de justiça, contra o genocídio da população negra e contra o fascismo.

Se no primeiro ano do governo Bolsonaro as ruas foram fundamentais para medir a distribuição de forças, sendo a rua usada como um recurso estratégico que requer mais organização e previsibilidade, durante a pandemia de covid-19, a distribuição entre ruas e redes foi ainda mais matizada. Com as recomendações da OMS de praticar o isolamento social e evitar aglomerações, a rua além do lugar para onde as pessoas iam manifestar, passou ela mesma a ser questionada.

Considerações finais

A análise em retrospectiva pode afetar o peso atribuído a determinados acontecimentos, uma vez que seu desfecho já é conhecido, mas nem por isso é menos necessária. Um dos objetivos do trabalho foi traçar continuidades e propor uma interpretação sobre os acontecimentos situados, o que acabou por manter lacunas quanto aos diálogos geopolíticos. As transformações ocorridas na última década nas orientações político-ideológicas, atores e práticas ocorreram, reservadas suas particularidades, em escala

23

<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/21/O-AVESSO-DO-NEGACIONISMO-ARMADILHAS-IDEOLOGICAS-NA-HISTORIA-DAS-CIENCIAS>

global. A partir da crise no modo de produção econômica capitalista, que implica em simultaneidade de crise político-social-institucional, os efeitos são estendidos à relação globalizada. As tendências e saídas, que pareciam uníssonas no século XIX, foram popularmente confrontadas e disputadas em antagonismos.

A particularidade no Brasil, nesse cenário, corresponde ao mercado isolamento do governo de Bolsonaro face às medidas internacionais, buscando afirmar uma postura autêntica pela roupagem de "nova política". A crise pandêmica foi tomada como uma disputa ideológica pelo presidente, que insuflou a população para que não fossem "covardes" e saíssem "à guerra", a fim de retomar as atividades econômicas do país.

Os eventos e práticas que apresentamos na última década denotam que campos políticos distintos disputaram - simultaneamente- repertórios de ação política. Contudo, é preciso destacar dois caminhos analíticos que o tratamento cronológico nos permite oferecer. O primeiro diz respeito à definição dos campos em ação e, com isso, os limites implicados na narrativa da polarização. O outro versa sobre as dimensões/espacos em disputa e como pensá-los separadamente pode contribuir para um olhar mais acurado dos campos, frequentemente tomados como um todo uniforme.

Sobre o primeiro aspecto, ficou demonstrada a insuficiência das categorias generalizantes de *direita* e *esquerda*, dado que as nuances internas não são meros detalhes. Ficou demonstrado que é preciso pensar noções que abarquem não apenas a diversidade intra campos, mas que preveja a dinamicidade do deslocamento de atores entre os campos a partir das conjunturas.

Por exemplo, os atores que, em Junho de 2013, aliaram-se àqueles que gritavam "sem partido" e "O Brasil unido não precisa de partido", fizeram uso de símbolos pátrios para manifestar naquele momento, movidos por um descontentamento com a política institucional, mas que não fizeram coro com as pautas de armamento e redução da maioria penal. Ou mesmo aqueles que integraram o movimento "Fora Dilma", mas também fizeram parte do "Fora Temer" e foram contrários à candidatura de Bolsonaro, por serem contrários à declarada violência contra grupos socialmente marginalizados (negros, LGBTQIA+ e mulheres). Ainda que seja possível identificar campos amplos de ação, conforme já elaborado por analistas (Alonso, Mishe, 2016; Bringel, 2018) há de se conjecturar que os atores eventualmente transitam entre eles.

Ainda nesses termos, dois questionamentos perpassam nossa análise: quais sujeitos a polarização deixa de fora? E, ainda: em que medida a própria narrativa de polarização passa a

incorporar sujeitos que antes não se identificavam com nenhum dos lados? Ao longo do processo, verificamos a crescente postura reativa por parte dos grupos políticos. A realidade apresentada a partir de disjunções - "nós" e "eles", "aliados" e "inimigos"- acentuou um cenário bélico para política em que era preciso posicionar-se de um lado ou outro do conflito. Nessa dinâmica, a ação está concentrada no adversário, o que orienta a política para o ataque e defesa das ações circunscritas ao embate. Pouco espaço resta para construir projetos alternativos e transversais a um confronto que assumiu tamanha centralidade na política brasileira.

Quanto à segunda direção analítica, notamos que as disputas se territorializam em diferentes dimensões. Junho de 2013 evidenciou a *disputa das ruas*. Elas abrigaram desde a multiplicidade de ideias e atores como também passaram a espacializar a partir de orientações ideológicas, seja nas transições centro-periferia, asfalto-favela, zona sul-subúrbios. Em termos estéticos, as ruas possibilitam usos de recursos simbólicos (bandeiras do Brasil e de partidos de esquerda, camisas vermelhas ou da seleção brasileira), de práticas (ações diretas - saques, incêndios, ocupações e confrontos; ações mediadas - abaixo-assinados e interlocuções com as instituições; carreatas e trios elétricos ou gritos em coro, jograis, megafones).

Outra dimensão foi a *disputa nas redes*. A conjuntura favoreceu sua expansão dada a ampliação do acesso à internet, sua inclusão no cotidiano das atividades das pessoas e, mais ativamente, no contexto de pandemia em que as interações aí ocorreram privilegiadamente. Por meio delas, são forjadas padronizações de recursos linguísticos e cognitivos, núcleos de confiança para difusão de informação (que garantem eficiência de convencimento por afinidade, o que favoreceu o fenômeno das *fake news* - agora sob inquérito), temporalidade (imediatez e celeridade viral) e relação algorítmica que contribui para manutenção retroalimentada de linhas de pensamento com pouco acesso a controvérsias.

Por fim, temos o terreno das disputas em *instituições políticas*. De quantos "foras" e negações é feita uma política que afirma? Como já indicado, as polarizações são acentuadas em tempos de eleição, pelas próprias características de nosso sistema político-eleitoral, mas também pelo formato que a representatividade assume com a experiência histórica do populismo e personalismo latino-americano. Na última década, vem surpreendendo as tendências organizadas a partir da perspectiva anti sistema, por conter nela mesma a polarização que experimentamos hoje (ambos os pólos partem desse paradigma).

Outras decorrências podem ser atreladas a esses fatos: o anticientificismo, a anti-intelectualidade e a insubmissão a organismos internacionais. As tradicionais tendências

de luta contra o sistema, com orientação de esquerda, se veem em dinâmica de contenção de derrotas, fazendo inclusive defesa das instituições, constituição, organismos internacionais e da ciência.

Importa observar como o próprio deslocamento ou presença simultânea dos campos nas dimensões traz contradições à tona e podem acentuar diferenças, desmembrar agrupamentos, constituir novas alianças ou alterar a identificação dos pólos. Essa interação viva e dinâmica complexifica a análise, ao passo que nos ajuda na percepção dos processos de modo a compreendê-lo por ótica ampla. Com isso, oferecemos menos conclusões e mais indicadores que contribuam com a necessária efervescência analítica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann (2016), Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests, *Journal of the Society for Latin American Studies*, Oxford.

ALMEIDA, Raquel (2018), *Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018*. *Cienc. Cult.* vol.70 no.2 São Paulo abr./jun.

AVRITZER, Leonardo (2016), *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____ (2018), O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise 2013-2018. *Novos estud. CEBRAP*. Vol.37, n.2, pp.273-289.

BARREIRA, Irllys (2014), *Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”*: notas para uma sociologia das manifestações. *Revista Contemporânea* ISSN: 2236-532X v. 4, n. 1 p. 145-164

BRINGEL, Breno (2018) “De las protestas de junio de 2013 al golpe de 2016”. In: BRINGEL, Breno, DOMINGUES, José Maurício. *Brasil cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos*. Madrid: Catarata

DIEESE.(2012), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Balanco das greves em 2012*. Estudo e pesquisas, número 66, maio de 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.html>

GALINARI, Fabiana Flores de Carvalho (2017) *Ativismo na internet e o impeachment de Dilma Rousseff: (as estratégias de convocação dos movimentos pró e contra a presidenta do Brasil, 2014-2016)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre - UFRGS

GOHN, Maria da Glória (2016) *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena*. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), pp. 125-146.

IASI, Mauro (2013), *A rebelião, a cidade e a consciência* in MARICATO, Ermínia et al (orgs), *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

LIMA, Pedro, SAWAMURA, Mateus (2016), *O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013*. *Leviathan Cadernos de Pesquisa Política* N. 13, pp.91-119.

LOSEKANN, Cristiana (2019), Ocupações de escolas no Espírito Santo e interações com o sistema de justiça: a importância dos jogos de subjetivação na dinamização do protesto. In: Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo (Org.). Ocupar e Resistir - Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). 1ed.São Paulo: Editora 34, p. 244-270.

MOTA, Henrique, ZUCATTO, Giovana Esther, CLOSS, Marília, NUNES, Raul, GONZALEZ, Vitória (2020) *Uma interpretação cíclica da história do Brasil*. No prelo

REGHIM, Mariane, SARTORIO, Lara, BACHINI, Natasha, REZENDE, Rafael (2020), *Cronologias das Jornadas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro*. No prelo

RESENDE, Leandro (2019), *Cadê o Amarildo? – O desaparecimento do pedreiro e o caso das UPPs*. Editora Baioneta.

ROCHA, Camila. “Passando o bastão : a nova geração de liberais brasileiros”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloques*, outubro, 2017.

SARTORIO, Lara (2014), *Entre telas e espectros: uma análise da relação entre anarquistas e comunistas nas Jornadas de Junho de 2013*. Monografia (Graduação em Ciência Política)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

TATAGIBA, Luciana (2014), 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracias no Brasil. *Revista Política e Sociedade, UFSC*, vol. 13, n. 28.

TRANSCRIÇÕES

DEBATE “2013: A REVOLTA DOS GOVERNADOS 10 ANOS DEPOIS”¹

Fhoutine Marie

Fhoutine Marie é formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Pará e tem mestrado e doutorado em Ciência Política pela PUC/SP. Coletiva Anarcofeminista Insubmissas (CAFI)

A apresentação que pensei em fazer hoje tem a ver com uma análise que publiquei na semana passada, no dia 13 de junho, sobre aquele dia que mudou a narrativa, foi um dia em que a imprensa amanheceu pedindo porrada para os manifestantes, “precisamos liberar a paulista”, e foi dormir dizendo que tinha havido um grande exagero. Eu sou paraense, moro em São Paulo faz vinte anos, e eu estava presente naquela noite. Neste texto que publiquei recentemente, fazendo uma análise das jornadas de junho - eu escrevo para um site chamado *Interesse Nacional* e o texto chama-se *Em defesa das jornadas de junho* -, eu não coloquei essa questão pessoal. Então hoje acho que nesse espaço, já que estamos entre anarquistas, com uma visão libertária, cabe falar um pouquinho dessa experiência de como foi aquilo. Temos muita análise e acho que, quando trabalhamos com análise política, acabamos esquecendo que a política é feita de pessoas. Sabemos disso como militantes, mas, quando estamos neste outro lado, como professores, como jornalistas, como pessoas que escrevem, acabamos pensando muito num jogo de forças, como se este jogo de forças fosse feito de abstrações e não seres humanos.

Bem, no dia 13 de junho de 2013, eu saí da minha casa. Moro em Santo André, no ABC Paulista. Saí para somar com o ato das manifestações contra o aumento das passagens de metrô e de ônibus. Naquela ocasião, eu já vinha participando de alguns atos que estavam acontecendo aqui na capital. Eu fazia parte de outro coletivo, que chamava-se Ativismo ABC, que mantinha a Casa da Lagartixa Preta; foi um espaço de convivência libertária aqui, com 15 anos de vida aqui em Santo André. E algumas pessoas que faziam parte dos coletivos estavam participando das manifestações em apoio ao MPR, à luta pela mobilidade urbana. Aqui, na região do ABC, o PT é muito forte. Mas o coletivo já vinha sentindo um descontentamento com a política partidária, principalmente por parte das gerações mais jovens. Aquele *boom*

¹ O presente artigo é resultado da transcrição da fala da autora durante uma live transmitida pelo canal no Youtube CPDEL/UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4sRPiQTOa8Q&t=1s>. A REL agradece a transcrição voluntária realizada pelo aluno Cello Latini e a revisão da mesma realizada pela autora para essa publicação.

das commodities, aquele crescimento... O governo Lula estava estacionado, talvez começando a entrar em declínio. E algumas pessoas decidiram aderir às manifestações. Outros deram um apoio fazendo aquele monitoramento de segurança, vendo onde estavam as tropas. E já tinham ocorrido alguns ataques por parte da polícia sobre os manifestantes. Eu sempre acho curioso a gente falar de confronto entre polícia e manifestantes, pois não existe confronto quando você tem um cartaz e uma lata de tinta e o outro lado tem o cavalo e balas de borracha, e tudo aquilo. Nunca houve confronto, sempre houve intimidação e ataques gratuitos sobre os manifestantes. E eu já tinha passado por situações de balas de borracha, de agressões, mas eu acho que ninguém naquela noite estava preparado para o que nos surpreendeu. A concentração do ato foi na frente do teatro municipal daqui de São Paulo. O objetivo era subir pela Rua da Consolação até a Paulista, e, quando chegamos na Rua da Consolação, demos de cara com um batalhão de choque e a organização do ato começou a conversar com a polícia e algumas pessoas tentaram buscar vias alternativas para subir. É engraçado que quem estava no ato, nesse dia, na concentração, era o Plínio de Arruda Sampaio.

Vejam só como são as coisas. Um colega disse assim: “nossa, o Plínio está do nosso lado, vamos ganhar”. A gente não imaginava o tamanho cacete que íamos tomar. Chegamos na Consolação e a polícia disse que não ia subir. As pessoas tentaram subir pela Rua Augusta, e aí percebemos que estávamos em uma ratoeira, pois, aonde íamos, havia batalhão de choque, polícia, e eles fecharam os manifestantes e começaram a jogar bomba de gás na multidão. E aí não tinha para onde correr. Não dava para ir embora. Se você quisesse correr para uma rua em direção ao metrô, você dava de cara com a cavalaria ou com os escudos do choque. E as pessoas desesperadas começaram a entrar em alguns lugares.

Eu recebi uma mensagem do meu companheiro, que estava monitorando o que estava ocorrendo e mandando mensagem para algumas pessoas, dizendo “não vá para a Paulista, pois a cavalaria está lá”. Eu estava com um grupo que subiria para a Paulista. Não tinha para onde correr. Esse grupo entrou em um bar e ficou lá. O dono fechou as portas e as pessoas dentro do bar ficaram dizendo “esses vagabundos, esses vândalos, quebrando tudo”, e nós apavorados. A polícia não entrou pois não pode violar propriedade privada, então ficou lá fora batendo o cacete no escudo do choque, e as pessoas chorando, descabeladas, e aí, quando saíram, precisavam entrar... Tinha um monte de gente com a cara na parede. A polícia já revistando. Depois me chegou uma informação de que, se você estiver com vinagre, joga fora porque a polícia está prendendo quem está com vinagre. Foi anunciado, neste dia, que a fiança

para quem fosse preso nas manifestações era 20 mil reais. A minha primeira manifestação, quando eu morava lá no Amapá, também era relacionada ao aumento das passagens, e minha mãe me disse “tu não vai ser presa que eu não vou te tirar”.

Nesse dia, minha mãe disse “ó, tu não vai ser presa, que eu não vou pagar 20 mil pra te tirar”, e eu apavorada pensando na minha mãe. Nessa hora em que a polícia te coloca de cara na parede, você pensa assim... Eu sabia que ela iria me tirar, mas eu só fiquei um tempo lá, que, na verdade, eles queriam apavorar as pessoas, então as colocaram de cara na parede, deram aquela revista e ficaram esperando, mas algumas pessoas foram levadas de ônibus e eles não avisavam aonde estavam levando. Foram momentos de terror, pois não conseguíamos ir embora dali. Quando a polícia libera, tudo está cercado. Então estavam todos com medo. Depois de alguns dias, todo mundo lembra o que aconteceu. O tom da imprensa virou, e é uma coisa que eu abordo neste artigo...

Como acertaram uma bala de borracha no supercílio de uma jornalista, então no dia seguinte ela estava com o rosto coberto de sangue. Então os mesmos meios de comunicação que tinham pedido para retomar a Paulista, para fazer o uso da força com aqueles vândalos baderneiros, estavam reclamando dos acessos. E eu estou dando um curso sobre ditadura militar e é sempre isso: quando atinge o jornalista, alguém que não era para atingir, é que a coisa muda de tom. Junto com essa mudança de tom da cobertura, começou a pipocar muita gente na internet apoiando os manifestantes, dizendo que não havia sido por apenas 20 centavos... E muita gente quis ir participar, pegar carona na coisa. Não acho - e é algo que escrevo nesse artigo - que a direita só veio e surfou na onda. Isso não foi um processo imediato. Acho muito importante frisar que, entre o surgimento do MBL, entre a rejeição ao PT, que veio muito forte depois, ou o processo de apoio ao impeachment da Dilma, isso transcorreu pelo espaço de alguns meses, e isso não foi desprovido de disputa. Existiam pessoas... Quem mora no ABC sabe que os “carecas do ABC”, os nazi, os facho... Eles sempre estão aí, eles nunca dormiram. É uma galera que sempre esteve aí e sempre esteve à espreita de uma oportunidade.

Outro ponto que tento explorar neste artigo é que existem várias coisas em curso na política brasileira. O autoritarismo é algo que está presente na história da nossa República, desde a revolta das linhas verdes... E nós sempre temos uma esquerda institucional que tenta colocar panos quentes e fazer conciliação... Durante a pandemia, vem as torcidas e os entregadores antifascistas para dizer “vamos para cima”, e temos uma esquerda que diz “não, calma aí, vamos esperar eleição”... Tem um jogo de forças acontecendo. E hoje existe essa

tentativa de dizer que foram as jornadas de junho que criaram um efeito borboleta que criou o fascismo brasileiro, o antipetismo, fazendo com que o Brasil caísse nas mãos do Bolsonaro. E eu sempre digo assim: “na minha conta, não”. Primeiro, o antipetismo não foi inventado nem na década de 2010; ele praticamente existe junto com o PT. Mas, se quisermos localizar o antipetismo, precisamos voltar para o movimento Cansei do João Doria, que já reunia pessoas de verde e amarelo falando “lula ladrão, teu lugar é na prisão”; que já mobilizava esse ódio da classe média aos programas de inclusão. E olha a situação que o Brasil coloca, a ponto de ter que defender o PT e a política. Vamos localizar as coisas direitinho.

Outra coisa: as próprias ambições presidenciais do Bolsonaro, que sempre teve um discurso abertamente nazista, isso não ganhou a imprensa após 2013. Era algo que já vinha antes com os programas de televisão, mas, antes disso, na década de 1980, ele já tinha uma entrada midiática com esse mesmo discurso fascista com o qual ele se elegeu. Então diversos acontecimentos, diversas coisas atribuídas às jornadas de junho, são fruto de processos que já estavam rolando, e que, mesmo assim, demoraram meses para acontecer. Acho esse um ponto muito importante para se frisar quando estamos fazendo essa disputa. O segundo ponto é que: quem pagou a conta de 2013 foram os movimentos sociais; as pessoas que pretendiam dar um ar de maior radicalidade. E aí foi conveniente para os meios de comunicação estabelecer um discurso que era de uma politização vazia: os jovens de verde amarelo, bom manifestante, que não quebrava nada, que não atrapalhava o trânsito, que queria saúde, educação, queria lutar contra a corrupção... Isso está muito afinado com o discurso midiático que criminalizada pessoas que usavam táticas mais radicais durante as manifestações.

Então temos, a partir de junho de 2013, a construção desse discurso midiático do “bom manifestante”, e então vem uma massa despolitizada, não necessariamente fascista, mas que os fascistas conseguem trazer para o seu lado, com esse discurso de que estamos “protestando certo” aqui. Por outro lado, vem uma intensa criminalização de grupos com propostas mais radicais de militantes com propostas mais radicais, tanto que - não vou citar legendas - sabemos de casos de lideranças de partidos que pegaram militantes que eram black blocs e entregaram direto para a polícia, ou que agrediram... Então os movimentos ficaram disputando e apanhando na rua durante bastante tempo. E aí nós, hoje, temos essa ideia, essa narrativa de que o junho criou o neofascismo brasileiro, que é uma ideia muito perigosa. Porque, se você pensa... A gente precisa reafirmar que não é ir para a rua que cria fascismo. Quando a gente não vai, deixamos a rua livre para eles. O fascismo se combate, e, por mais

que tenha sido um *slogan* de campanha “vencer o fascismo nas ruas”, eu tenho vontade de me suicidar... Vencer o fascismo nas urnas...

É preciso estar presente nas ruas, como os entregadores antifascistas fizeram, como as torcidas antifascistas fizeram durante a pandemia. Porque senão a gente deixa a rua para eles. Agora, isso daí, esse discurso dominante, da Boitempo... O Reinaldo Azevedo estava falando sobre isso esses dias e concordando com o discurso que está no site do Partido dos Trabalhadores também. E eu fico pensando: tudo bem que o Reinaldo Azevedo ali no momento, mas vocês não precisam ficar concordando com tudo pelo resto da vida. Eu tô pensando junto com o Reinaldo Azevedo... Talvez eu devesse re-examinar as minhas crenças, né. Eu acho que é mais ou menos por aí. Acho que se trata de reivindicar a memória dos rebeldes. Neste artigo, citei o livro *O homem revoltado*, do Camus, que diz que todo revoltado está fadado a um destino: ou vai morrer como herege, ou como oficial. Se a gente pensa na esquerda no poder, era vira o policial, o funcionário, e aí ela vai para cima de quem? Do herege. E acho que preciso proteger a memória dos hereges, de quem estava lutando, porque os movimentos sociais que não são institucionalizados, que não são partidarizados, eles não só continuaram lutando como, em diversas frentes, se fortaleceram. Mas, quando não obedecem aos interesses dessa esquerda partidarizada, parece que nunca houve nada. O que aconteceu em janeiro, aquela tentativa de golpe de Estado lá em Brasília, cria um precedente. Nos 10 anos de 2013, tentam dar um golpe de Estado no PT. Já há, no horizonte, a construção de um discurso que vai dizer que toda manifestação de rua é potencialmente uma manifestação que visa derrubar o PT. Vamos dormir com esse barulho? Não, não vamos. Acho que é só, por enquanto.

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS

A gente é de uma geração que viu o PT como oposição, não como governo. E realmente era uma grande novidade, atos que não tinham carro de som... Não era uma negociação. Eu moro no ABC, né, então o PT é muito forte aqui na região. As pessoas mais velhas aqui viram o pulo do PT. Então eu estava pensando nisso. E na questão de ser muito paulisto-cêntrica... Claro que os grandes jornais do Brasil estão aqui, então acaba repercutindo mais o que ocorre aqui. São Paulo ganha uma visão mais central. Tem aquele prédio da FIESP horroroso, o símbolo do MASP, a cavalaria em cima dos manifestantes... Mas eu acho que tem uma outra coisa que é interessante para a gente observar que tem a ver

com esse centro da cobertura e da análise política, que é como a recomposição da ordem opera aqui a partir de 2013. Em 2013, a gente teve Fernando Haddad e Geraldo Alckmin sentados juntinhos, anunciando a redução do preço da passagem. E aí a gente teve um período em que os protestos não eram malditos... Tanto que, em meu artigo, digo que a eleição de 2014 recuperou a imagem de uma guerrilheira. Era um coração valente, a foto dela dando o depoimento... A ideia de que os protestos vieram depois, de que eles eram contra o PT, isso também foi construído depois quando se tornou útil. Não foi uma interpretação daquele momento no partido. Mas a gente vê como os acontecimentos de São Paulo, os dois que estavam lá juntinhos, é como se a gente construísse um fio narrativo que pega esses dois que estavam negociando ali com os baderneiros e hoje eles estão juntinhos fazendo parte do mesmo governo, que é um governo que pacificou a sociedade brasileiro depois que vencemos o golpe terrível. Então acho que tem isso também nessa centralidade.

Queria falar sobre criminalização, porque isso é meio que minha área de trabalho. Minha tese de doutorado é sobre processos de criação de leis antiterroristas ao longo de 100 anos de história. Nesse trabalho que fiz no doutorado, eu pegava os primeiros grupos que foram chamados de terroristas, que foram quem? Nosotros. Os anarquistas. Alguns se reivindicaram terroristas. Os ataques do final do século XIX na Europa, mas também nos Estados Unidos, histórias bastante inspiradoras... A partir da atuação de anarquistas ao final do século XIX na Europa e nos EUA, a gente tende a um processo de produção de criminalização. E esse processo vai atingindo outras lutas sociais, geralmente lutas socialistas, lutas de caráter emancipatório. Então temos a Irlanda, a Espanha, a Palestina, até chegarmos no pós-2001. Estou fazendo toda essa volta pra dizer o que? Que não; não acho que a criminalização das manifestações de 2013 tenha afetado o que veio depois. Estou pressupondo que o que veio depois foi essa escalada do fascismo mostrando a cara sem ter a menor vergonha. Acho que foram coincidências, porque esse tipo de criminalização vinha sendo elaborado. É o tipo de lei que o processo de elaboração dela, para passar nas casas legislativas, ser votada, passar por todas as comissões pelas quais precisa passar, ela leva um tempo. Então já tínhamos um tempo de gestação antiterrorista no Brasil, com influência da ONU. Isso aconteceria mais cedo ou mais tarde; talvez um pouquinho mais tarde, porque havia uma pressão internacional muito grande para uma criação de lei antiterrorista, que, na prática, implica na criminalização de movimentos sociais, que fosse posta em vigor para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Sobre o que veio depois, é essa escalada da extrema direita; é algo que já vinha em curso. Não tinha uma esquerda na rua para combater a direita,

porque estava sendo criminalizada. A saída de diversos grupos autônomos da rua tem um pouco a ver com a criminalização, mas tem muito a ver com o fato de que a polícia compartilha dos ideais dessas pessoas que apoiaram o crescimento da extrema direita. Tá muito relacionado a isso também.

Eu dou aula para um curso de alunos estrangeiros sobre o Brasil. E aí imagina explicar isso para estrangeiros! Eu estava falando sobre ditadura militar e conversei com outros professores, e disseram “fala um pouco sobre a Velha República para eles...”, e eu disse “você falou de anarquistas?”. Ele disse que participaram... E eu disse “participaram não! Que não haveria greve se não fosse a gente, não venha com palhaçada, que a gente não estava lá passando não”. Praticamente, o anarquismo não existe na historiografia oficial brasileira. Se a gente não procura pesquisa de anarquistas, a gente não entende... Eu pensei muito nisso, Ellen, quando você estava falando, sobre o que é nosso, o que a gente fez e o que a gente pode... Nós fizemos o Brasil pegar fogo. A gente é capaz de fazer isso. Só que, o tempo todo, essa história ou é difamada, ou é arrancada de nós. E eu vejo ela arrancada pois vejo gente falando da Maria Lacerda sem citar que ela era anarquista. Já vi coletânea citando Luiza Michel sem citar que ela era anarquista também. É algo que nos cabe lembrar, porque, se a gente souber que a gente já fez, a gente sabe que é possível fazer novamente. Esse exercício de lembrar da jornada de junho, da gente se organizar, dos locais onde a gente está, da promoção da autodefesa, da gente se educar, da gente registrar nossa produção de conhecimento... Essa produção de conhecimento, a respeito das situações que a gente vive, sobre as lutas populares, é uma tradição do anarquismo a gente registrar não só que participamos, mas o modo como vemos esses momentos e esses processos históricos. Aí, bom... Lembrei de uma historinha enquanto vocês contavam as experiências mais regionalizadas. Lembrei de uma experiência regionalizada que eu tive aqui no ABC. Pensando em várias coisas, porque essa convocação de centrais sindicais, eu lembro quando foram prender o Lula. Tinha tanta gente aqui. Eu pensei “porque não junta essa gente toda para fazer outra coisa?”. Bolsonaro já estava no poder, já tinha um monte de coisa horrível acontecendo, várias chacinas, e não chocava toda essa gente que vinha tratar o Lula como a Daenerys, filha da Tempestade. O que aconteceu? Logo após o ato de 2013, a gente, os anarquistas do ABC, pensamos “e agora, o que a gente faz? Como é que a gente vai acolher quem está chegando?”. O momento de 2013 foi um despertar político para muita gente. Tem alguma coisa acontecendo e eu vou procurar informação. Isso é tratado pelas grandes narrativas como se fosse uma massa alienada que aderiu automaticamente ao fascismo, e não

peças que foram direcionadas para os movimentos autônomos. A gente preparou um panfletinho dizendo “sem partido é a ditadura. Você não precisa se organizar no partido, mas querer que não exista partido também não é bom”. Fizemos panfletinhos para distribuir dizendo “olha, esquerda e direita, e falar do anarquismo”... A gente tentou entrar na disputa. E aí vamos fazer reuniões com outros grupos. E quem estava lá? Eles mesmos, os partidos com as bandeirinhas. Aí, não dá... Não foi pra frente essa conversa de construir algo coletivamente, porque não vai dar para construir... Essa narrativa da antipolítica, que diz que tudo o que não for partidário não faz parte da política, não vai dialogar com a gente. Para essas pessoas, é inconcebível pensar em algo que não tenha autoridade, hierarquia. Então a crítica passa porque se choca com a nossa concepção de organização política. É uma crítica que diz que era um movimento que não tinha liderança, que não tinha um objetivo. É sempre a ideia de estabelecimento de prioridades. Não tinha liderança, não tinha prioridade... E, conversando agora, realmente não tinha liderança, mas tinha muita coisa acontecendo. Tinham grupos de pessoas LGBTQIA+, pessoas negras organizando, diversos grupos de organizações de mulheres... Só que essa galera toda, dona da crítica, vai chamar essas pessoas de identitárias, e que são os grandes divisores da classe, que vão dizer “ah, porque agora tudo é identidade e ninguém liga mais para a luta de classes”. Eu nem acredito nessa categoria “luta de classes” porque acho ultrapassada. Agora, até parece que quem é preto, quem é indígena, quem é mulher, quem é LGBTQIA+ estão todos andando no avião do Elon Musk, como se não estivessem todos no mesmo ônibus super caro e que fomos quebrar em 2013. Gostaria de agradecer o convite. Agradecer a esta mesa. Foi uma honra estar presente dialogando com vocês. E gostaria de pedir para o pessoal seguir a CAFI, que é a Coletiva Anarco Feminista Insubmissas. A gente está no Instagram (@cafí_insubmissas). E é isso aí. Viva a anarquia!

DEBATE “2013: A REVOLTA DOS GOVERNADOS 10 ANOS DEPOIS”²

JESSICA ELLEN DA ROCHA SILVA

Professora e Militante da FOB/Terra Liberta - Ceará

Eu sou militante da FOB. Construo a TERRA LIBERTA, que é uma organização que luta por terra e liberdade, construindo ocupações urbanas e rurais. Estamos hoje protagonizando um processo de ocupação no sertão cearense, no município de Massapê. O nome da ocupação é Nestor Makhno, em homenagem ao anarquista revolucionário. Creio que todos nós conheçamos. Essa ocupação está hoje ameaçada de despejo. Se iniciou em abril e agora, fazendo dois meses, ela recebeu uma ordem de despejo. Não é nem uma ordem, é uma liminar, que é mais difícil ainda por não ter uma data estabelecida. Aproveito esse espaço para pedir a colaboração, a solidariedade, o apoio mútuo para essas famílias que estão enfrentando os jagunços, o descaso do Estado burguês. Essa é uma luta que cada apoio, cada solidariedade fortalece e faz com que a gente continue na batalha para conquistar a terra para que essas famílias possam viver de seu trabalho com dignidade.

A primeira coisa que tenho para dizer é: movimentos são feitos por pessoas. Quando eu comecei a participar das manifestações de 2013, eu tinha 14 anos, então esse foi um espaço que me formou enquanto sujeita, enquanto pessoa; que, inclusive, me orientou para o caminho em que estou hoje enquanto anarquista, militante, pessoa que entende que é a gente organizada que vai conseguir fazer alguma coisa, construir caminhos para a classe trabalhadora. Junho de 2013, para mim, não é só um momento histórico do país, um momento emblemático, um momento que está em disputa, mas também é algo que faz parte da minha história enquanto pessoa. Foi justamente a partir daí que eu conheci e experienciei muitas coisas que me formaram. E acredito que várias pessoas também entendem as manifestações de 2013 como um processo importante, relevante para a sua formação, e esse é o ponto de partida que eu queria colocar. Compreender esse momento histórico não só a partir de um viés teórico, mas também suas outras dimensões, suas contradições, os sentimentos, as sensações que ele despertou. Uma coisa que ninguém pode tirar de junho de 2013 é a ideia de que a

² O presente artigo é resultado da transcrição da fala da autora durante uma live transmitida pelo canal no Youtube CPDEL/UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4sRPiQTOa8Q&t=1s>.

“gente pode”, a ideia de que a gente consegue, a ideia de que a gente tem a possibilidade de fazer as coisas acontecerem com as nossas próprias mãos. Foi um marco histórico repleto de experiências, organizações, estratégias, formas de atuação, e esse momento, nos mostrou que a “gente pode”! E que o povo tem a capacidade de transformar, tem a capacidade de pensar seus caminhos, de elaborar saídas, de construir estratégias. Tem a possibilidade de fazer. E, por muito tempo, a gente não tinha esse sentimento, essa ideia tão formada, junho de 2013 ensina isso para a gente.

Depois que passamos por esse processo e ele acaba temos a prova prática de que é possível, que pode acontecer de novo. O que existia antes era exatamente o oposto, diversas amarras das burocracias sindicais, estudantis, populares, que monopolizavam o controle dos movimentos, o controle das manifestações, dos protestos, de todas as possibilidades de mobilização. Então, quando junho de 2013 vem, rompe justamente com essas amarras com as quais, por muito tempo, nós vínhamos vivendo. Quem estava lá sabe que foi exatamente nesse momento em que conseguimos sentir que somos, sim, sujeitos históricos, políticos e agentes de transformação. Somos pessoas que temos essa capacidade. Isso ninguém tira do legado das jornadas. Exatamente por entender isso, por entender que houve esse rompimento com essas amarras, que a gente percebe que existe todo um processo justamente dessa ala mais reformista da esquerda de construir narrativas que distorcem o que aconteceu de fato, a composição dos atos, o que a gente estava reivindicando, o que a gente queria... E coloca diversas análises extremamente cínicas, de mau-caráter, e tentam tirar a todo custo tirar esse caráter popular das revoltas, das jornadas de 2013.

No Ceará, nós vimos - e acredito que diversos lugares também - que as próprias mobilizações já vinham ocorrendo antes de 2013. Alguns locais no Rio de Janeiro, em cidades mais para a região do Sul, no Rio Grande do Norte... Tiveram várias mobilizações que antecederam as jornadas de junho, a gente vê que junho de 2013 foi também fruto de um caldo de mobilizações que já vinham acontecendo pelo meio estudantil, pelo passe livre, por outras pautas em variadas regiões do país. E aqui, no Ceará, tínhamos o Fórum Permanente Pelo Passe Livre (FPL), que atuava desde 2011, 2012, que somou nesse processo, tendo influenciado de forma direta ou indireta. Outro ponto que também é importante ser colocado: que as manifestações de 2013 beberam de outras mobilizações, de outros processos que estavam ali se formando e atuando naquele contexto.

Compreendendo tudo isso, é possível perceber que existe o medo de determinados setores que “novos junhos” surjam e, justamente por isso controem narrativas desonestas

sobre o que foram as manifestações de 2013, tentando a todo custo desvirtuar, deturpar o seu legado. Ou seja, todo um processo que a gente evidenciou - o rompimento de tutelas, com essas burocracias sindicais, estudantis, populares - e a gente vê que essas narrativas têm finalidades. **A primeira é evitar que isso aconteça novamente**, ou seja, o movimento da proporção que teve, com a capacidade que teve e ainda por cima fora do controle das direções desses movimentos hegemônicos. Alinhado com a primeira finalidade **a segunda é justamente arranjar um “culpado” para limpar a sua barra**, ou seja, tudo o que ocorreu no Brasil nos anos seguintes foi culpa das jornadas de 2013 (claro, que tudo de ruim), Bolsonaro foi eleito por conta disso, o fascismo existe por conta dessas manifestações - essa é uma análise que não condiz de forma alguma com a realidade. As pessoas que vivenciaram sabem disso. E os “intelectuais”, a galera dos gabinetes fazem isso para tirar o seu da reta... É muito mais cômodo colocar que junho de 2013 foi responsável por tudo do que assumir os diversos atos, as diversas traições que ocorreram, os acordos que fizeram, inclusive os mesmos que os colocam hoje no poder. Não há como a gente considerar que junho de 2013 não teve um caráter popular. Teve sim um caráter popular!

Teve um momento do Ceará que chamamos de “Batalha da Serrinha”, que foi num bairro periférico de Fortaleza, esse momento, inclusive por ter sido onde foi, teve uma forte repressão e quem tava lá sabe nitidamente qual era a composição social dos atos. Era uma galera de setores das torcidas organizadas, eram estudantes, pessoas do comércio local do bairro que fechavam as portas e iam para a rua. Naquela época eu tinha uma curiosidade de saber o porquê das pessoas estarem ali e ficava perguntando: “o que você tá fazendo aqui, nesse protesto?”, e elas respondiam “eu estou aqui porque eu quero isso, quero mudar aquilo”, pessoas que diziam “vim aqui, tava na TV, vim ver o que estava acontecendo aqui”. Então era muito perceptível qual era a composição destes protestos, que era uma composição popular. E negar isso é ter uma visão extremamente mal-caráter da história. Esse ponto era um dos que eu queria muito frisar hoje.

Outro ponto que comprova isso é analisar os desdobramentos das manifestações de 2013. Aqui no Ceará, por exemplo, tivemos o “Ocupa Aquário”, uma ocupação em protesto contra uma mega obra do governo do Estado, que basicamente era para construir um aquário perto da praia, pros turistas verem, uma obra milionária que nunca aconteceu, até hoje nunca aconteceu. As próprias pessoas que participavam das manifestações foram as mesmas que fizeram este ato em protesto à construção do aquário, que tinha destinado milhões para um buraco, que é o que existe hoje, cavaram um buraco imenso, e não tem nada lá. Depois vemos

o movimento que teve no Ceará da ocupação do Cocó. O Cocó é um parque ecológico que tem aqui e estava sendo ameaçado, onde parte do parque seria destruída para se construir um viaduto. Então teve toda uma mobilização de vários setores, de vários grupos ali. E aí, também com caráter autônomo, independente de outras organizações trabalhando ali. Então a gente vê que junho de 2013 foi se desdobrando aqui em Ceará em outros processos com características particulares, envolvendo problemas locais e expondo várias contradições. Com uma forte presença de grupos e organizações autônomas, independentes, que não possuía amarras nem com governo A, nem com governo B.

E depois a gente vê o movimento de greve dos professores e, em seguida, o movimento de ocupações de escola. A gente sabe quem é quem. Então quando vemos, na composição de todos esses processos, pessoas que participaram de junho de 2013 também participando das ocupações de escolas, de outras movimentações... O legado de 2013, pelo menos aqui no Ceará e acredito que em outros lugares também, é exatamente essas sucessivas mobilizações que o sucederam, e que foram formando pessoas, criando organizações, fortalecendo movimentos, construindo outras formas de atuação. Citei vários exemplos: ocupação do aquário, ocupação do Cocó, greve dos professores, ocupação das escolas secundaristas; em seguida, em 2016, a ocupação nas universidades. A gente vê o saldo das manifestações de 2013 ligado com esses processos, seja uns mais influenciados, outros menos, mas teve essa caminhada, esse ciclo de lutas que se formou. Colocar junho de 2013 como algo que gestou o fascismo não condiz com a realidade, não condiz com o concreto, com os fatos que se desenrolaram depois. Não tem como apagar isso.

Um dos pontos que mais me faz ter reflexões sobre as manifestações de 2013 é: como nossa capacidade de mobilização também tem que estar alinhada com a nossa capacidade organizativa. Eu fico pensando: Imagina se a gente, no momento de ocupação de escolas, tivesse criado uma articulação permanente com as escolas que participaram para manter vivo todo aquele processo de organização, e quem sabe até ter tido outras mobilizações a partir dali. Vamos imaginar as potencialidades, os caminhos que poderiam ter surgido, se a gente tivesse tido um salto organizativo durante esses processos. Aprendemos valiosas lições, e acredito que a necessidade de estarmos cada vez mais organizados é crucial, para que consigamos saltar dessas mobilizações para algo mais concreto, para algo mais duradouro. Para que a gente consiga realmente ter transformações mais radicais, que é o que todos nós queremos. Acho que junho de 2013 ensina muito.

Aqui no Ceará, passamos por inúmeros processos de repressão, de perseguição, de judicialização, com inquéritos e prisões, assim como em outros lugares, o próprio caso do Rafael Braga, o próprio caso também dos 23. Então, além de tudo isso o que aconteceu, há a necessidade da gente pensar que futuras mobilizações vão acontecer e que junto a isso é preciso dar esse salto organizativo. Eu fico sempre pensando nas potencialidades do que a gente tinha ali e no poderia ter gerado, o que poderia ter acontecido depois, para que isso não acabasse de qualquer forma. E eu sei que não acabou porque a gente está aqui colhendo os frutos disso, mas acho que vocês entendem meu ponto. É basicamente isso o que eu queria falar. Agradeço novamente pelo espaço.

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS

A gente internalizou tanto esse junho de 2013 que às vezes não refletimos sobre isso, e realmente faz total sentido quando falamos que houve organização antes. Citei o FPL (Fórum Permanente pelo Passe Livre), que surgiu em 2011, 2012, organizando seminários, protestos, enfim... Mobilizando principalmente os secundaristas. Se a gente for esmiuçar cada localidade, há uma raiz que não necessariamente se iniciou naquele dia determinado em junho de 2013. Nós temos um histórico até pelas próprias ocupações de escolas. Apesar de terem se iniciado no contexto de São Paulo, não se resumem a ele, e às vezes ficam retidas em São Paulo apenas. Quando vamos ver, por exemplo, ocupações que aconteceram aqui no Ceará, elas possuem um contexto diferenciado. As ocupações aqui ocorreram junto à greve dos professores, então de certa forma foi uma greve geral, em que tivemos tanto os estudantes paralisados como também os próprios professores em greve. Há uma característica diferente.

Você me pediu para falar sobre a Ocupação Nestor Makhno. Aqui no Ceará, desde o final do ano passado, nós estamos em um momento “nadando contra a maré”. Estamos em um período nacional de refluxo das lutas, e aqui nós construímos, desde o final do ano passado e no início desse ano, dois trançaços, fechamos várias rodovias simultaneamente, no Ceará, em uma articulação com povos indígenas, tradicionais, ocupações urbanas e rurais. Essa mobilização toda para conseguir uma audiência com a governadora, que na época era a governadora Izolda Cela, que era do PDT, mas se desfilou e agora segue dentro do Governo Lula, como Secretária Executiva do Ministério da Educação. E agora temos o Elmano de Freitas, do PT. O Elmano veio dos movimentos sociais, era advogado do MST, e inclusive ele não dialogou e não nos recebeu, mais um caso bárbaro de omissão, enquanto facilmente é possível se conseguir uma reunião com ele se você for um empresário. Esses trançaços

demandaram mobilizações intensas, porque todos os movimentos hegemônicos estavam voltados para as eleições e nada mais importa, nenhuma luta, nenhuma comunidade, nenhum povo é mais importante do que isso para eles. Nadando duplamente contra a maré. Nesse caldo de luta iniciamos o processo da Ocupação Nestor Makhno. Dentro desse contexto em que não vemos o surgimento de muitas ocupações rurais, principalmente ali na região do Sobral, de Massapê, onde tá localizada a ocupação... É essa necessidade que temos: de buscar a solidariedade, o apoio mútuo, para que esses processos não fiquem isolados e nem escondidos. Principalmente a gente que se identifica enquanto anarquista, revolucionário, e trabalha para que isso aconteça, a gente precisa estar junto nesse processo. São famílias lutando por uma terra que há 30 anos não possuía função social, estando totalmente improdutiva. Inclusive, não há a própria regularização da terra, é muito difusa, com vários “donos”... Todo esse processo de grilagem de terras que a gente conhece... É realmente muito importante nos solidarizarmos e mostrarmos nosso apoio. Para quem quiser conhecer mais, peço que vá ao nosso Instagram (@terraliberta.ce) ou da FOB (@lutafob), e também ajudar nessa luta!

A gente, enquanto anarquista, não vai ficar descolado do povo. A primeira coisa que me vem à cabeça é que a gente é povo! É uma ideia assim que... Beleza quem está organizado, todo o processo que a gente experienciou e tudo, mas eu lembro lá da época. Eu trabalhava até na C&A. Eu ia da C&A pro protesto. A gente faz parte disso. O que caminha para isso tudo que estamos falando aqui, o que me vem à cabeça e que é mais e mais latente a necessidade da gente estar organizado, seja como for. O trabalho no sentido do campo acadêmico é importante, o trabalho que é desenvolvido nas ruas, o trabalho que é desenvolvido em ocupações, o trabalho nos mais variados cantos... Essa é a lição mais crucial de 2013 para mim. Se vierem outros protestos, outras jornadas de luta, a gente precisa ter uma maior capacidade organizativa. A gente precisa aprender com esses processos. O que eles nos ensinam? Um outro grande ensinamento é a própria questão da autodefesa popular. A gente vê a partir das jornadas todo um debate que não existia, ou, se existia, era muito localizado. Não era tão amplo com relação ao que é autodefesa popular, o que é black block, o que é essa necessidade de criar os instrumentos para a nossa própria saída das contradições que falamos no decorrer do debate. Por exemplo, aqui tivemos a experiência, em outros lugares também, de comitês de autodefesa das mulheres, comitês de autodefesa pensados para a comunidade LGBT. Todo um processo que a gente foi acumulando e foi se desdobrando também em

formas organizativas. As mobilizações, todos os protestos não aconteceram no vácuo. Eles aconteceram por esse processo construído no dia-a-dia, nos nossos locais de atuação, seja sindical, seja popular ou estudantil. A gente tá disputando palmo a palmo o futuro do que é que vai ser; se virão outras jornadas, outros protestos, o que vai surgir estará também nossas mãos, e, quando digo nossas mãos, é nós enquanto povo. Daí a necessidade de nos organizarmos e fazermos crescer esse sentimento de autodefesa popular, de que o povo pode fazer com suas próprias mãos, que pode construir saídas vitoriosas. Não só são soluções paliativas. E tudo isso a gente vem amadurecendo desde 2013 e antes também. É cumulativo. Que a gente continue e faça crescer, e faça nascer novas jornadas. Novos protestos virão! Que esses protestos não morram, e sim ultrapassem essas barreiras e construam algo maior.

E com relação às torcidas, ficou muito visível: o mesmo sentimento que tu colocou foi o que eu senti. A gente tem duas grandes torcidas organizadas, do Ceará e do Fortaleza, que estavam lá juntas. É um negócio que não tem como apagar da história. Aconteceu. Houve organização de setores que, há muito tempo, não se viam nesses lugares. Há muito tempo, as manifestações eram um círculo fechado dessas burocracias sindicais, estudantis, desse movimento institucionalizado, e aí é nessa lógica que as jornadas ropem. “Rapaz, vamos aqui se juntar e fazer uma manifestação por conta de um B.O. que está acontecendo no nosso bairro”, “vamos nos organizar para resolver uma situação que está acontecendo no centro da cidade”... Isso daí, esse rompimento dessa tutela, meu chapa, não tem ninguém que tire não, desse processo que a gente experienciou. E tudo isso precisamos debater, desenvolver, aprofundar, porque está em disputa, mas é nosso, as jornadas são nossas! Não é da direita, não é da esquerda hegemônica, dessa esquerda traidora - a verdade é essa -, é nossa, é do povo. É de quem tava ali nas ruas, levou porrada, também deu, enfim... É de quem fez as coisas acontecerem.

Eu fico muito impressionada como os discursos produzidos por essa galera mau-caráter sobre as jornadas de 2013 estão se espalhando. Por exemplo, quando vemos uma notícia da BBC, ou de jornais mais conhecidos, você vê os comentários nesse tom. A gente precisa disputar, não podemos abrir mão de uma parada que é nossa. A gente não pode abrir mão do significado do que foi 2013. Entender que é nosso! Não é dessa galera que está produzindo um monte de mentira, um monte de balela para esconder as suas próprias traições. Quem é o vice-presidente hoje, pelo amor de deus? Todos esses acordos que eles foram construindo no decorrer de anos se voltou contra eles. A gente está falando de uma política burguesa, racista, escrota. Então vai se voltar, meu chapa. E foi isso o que aconteceu. Eles

estão construindo essas narrativas totalmente errôneas sobre junho de 2013. E a gente sabe: olhando um pouquinho, percebendo a composição, os resultados, a gente sabe que isso é mentira. Não precisa nem se aprofundar, nem ser especialista, é só parar um pouquinho. Eu acho que essa é a palavra final: dizer que é nosso, é do povo, de quem participou. Não é dessa galera, que inclusive não participou. Se participou, foi muito tortamente. E reforçar esse chamado: A gente precisa se organizar, estar preparado, estar fortalecendo, não deixando essa galera crescer. E como não deixamos ela crescer? Indo disputar os espaços nas escolas, nas universidades, nos locais de trabalho, no movimento popular. É disputando sim. Porque a gente, enquanto povo, precisa construir respostas frente às misérias e às barbáries que a gente vive. Então precisamos romper com isso. E deixando eles continuarem com esse domínio, só perpetuamos nossa própria miséria, nossa própria morte!

Revolta dos governados de junho de 2013 - debate sobre as experiências de Brasília, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas³

Clayton Preto Rodrigues

Anarco-individualista, abolicionista penal, ativista do amor livre, docente de Humanidades da UFOB.

Victor Khaled

Militante da FARJ e coordenador do ITHA.

Vicente Mertz

Doutorando em Antropologia na Universidade de Lisboa.

Wallace de Moraes

Prof. do DPTo de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e de História Comparada (PPGHC) todos da UFRJ. Pesquisador do INCT/PPED. Membro do Quilombo do IFCS/UFRJ e do Coletivo de Docentes Negras(os) da UFRJ. Líder do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ) e do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL/UFRJ).

³ O presente artigo é resultado da transcrição de uma live transmitida pelo canal no Youtube CPDEL/UFRJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=3Ibcn51F4rU>. A REL agradece a transcrição voluntária realizada pelo aluno Pedro Vianna Said e a revisão da mesma realizada pelo prof. Wallace de Moraes para essa publicação.

Wallace de Moraes: Salve, salve! Saudações anarquistas e decoloniais. Boa noite a todas, todos e todes. Estamos aqui hoje para fazer um segundo debate sobre os protestos de 2013 no Brasil. Primeira live foi semana passada onde discutimos as experiências de Goiás, Ceará e São Paulo e hoje a ideia é discutir as experiências de Porto Alegre, Florianópolis, Pelotas e Brasília.

O Vicente falará sobre a experiência de Porto Alegre; o Clayton Preto Rodrigues sobre a experiência de Pelotas. O Khaled, apresentará sua interpretação sobre os protestos em Florianópolis. Sejam bem-vindos ao nosso debate. Começemos com a experiência de Porto Alegre.

Vicente Mertz: Meu nome é Vicente, atualmente moro em Lisboa, estou na metade do meu doutorado em antropologia e 2013 tem uma importância muito grande, enfim, para toda a história do Brasil contemporâneo, para minha vida porque querendo ou não foi determinante para minha imigração e para que eu esteja nos lugares onde estou hoje, bem como para quem acabei me tornando. A minha experiência com 2013 foi muito particular e minha perspectiva sobre tudo que aconteceu diante de todas essas análises que estou vendo agora que se completam 10 anos não se encaixa, eu acabo não conseguindo me rever muito, pois a partir de onde a gente construiu e travou toda essa luta em Porto Alegre os fatos se desenvolveram de uma maneira muito diferente, muito específica. Então é muito interessante que a partir das nossas particularidades lá a gente tem muito essa tendência tipo “umbigocentrismo”, né? “Não, foi aqui que começou, foi a partir desse caso” – Eu resolvi trazer um pouco esse preâmbulo para ajudar a construir essa história então sobre o que foi o 2013 para nós. Eu acho importante que para nós em Porto Alegre o 2013 começou em 2012. Na verdade, começa muito antes, mas essa formação e construção de lutas pelo transporte público foi a nossa organização, a nossa frente, uma organização tipo frente ampla que acabou conduzindo e chamando e articulando todos os processos que foram se massificando cada vez mais. Essa frente começa em 2012 e vem de várias outras lutas que já estavam rolando na cidade. Na época, 2012, a frente tinha uma tendência de ocupação de espaços públicos muito forte e de questionamento da privatização das praças. Na altura tinha um movimento que tinha começado no final de 2011/início de 2012 chamado “Largo Vivo” que era composto basicamente por estudantes lutando contra a concessão de uma praça central de Porto Alegre para a Coca-Cola. Era um movimento contra a privatização do espaço público, mas também pelo direito às cidades, então isso também envolve muitos movimentos relacionados a bicicletas e coisas que podem

parecer bobagens, poucas, mas isso tudo foi criando uma fauna, uma floresta mesmo de lutas que acabou desenrolando em 2013.

Dentro desses casos que aconteceram sobre a privatização do espaço público teve um caso muito marcante que ficou conhecido como “A Revolta do Tatu” em Porto Alegre, que foi em outubro de 2012 e foi a primeira vez que tivemos um confronto com a polícia. Apanhar da polícia é algo que acontece desde que me conheço como militante, mas essa foi a primeira vez que a polícia bateu e a população respondeu. Foi quando quiseram botar um boneco gigante da copa, o Fuleco, depois conhecido como “Fureco” na praça Central do Mercado Público de Porto Alegre, e chamaram uma manifestação, um grupo bem heterogêneo da chamada esquerdista festiva de Porto Alegre – o nome inclusivo era “Defesa Pública da Alegria” – eles chamaram uma manifestação contra a privatização do espaço público e a polícia gaúcha, famosa pela sua truculência, simplesmente desceu a porrada na galera que respondeu e o lance virou uma batalha campal que resultou na morte do tatu, né, que a gente fala sobre quando o tatu (Fuleco) foi furado, então isso foi bem interessante e gerou um efeito repetição em várias outras cidades do Brasil, das pessoas indo lá e furando, esfaqueando o tatu na noite. Esses tatus acabaram virando um símbolo da copa com a Coca-Cola. Então isso foi bem emblemático e para nós abre o que viria a ser o 2013.

Já no final de 2012 os grupos autônomos da cidade convocam uma reunião para já discutir as próximas manifestações contra o aumento da passagem e em Porto Alegre. Eu participava de manifestações contra aumento de passagem desde 2005/2006 – não sei ao certo – quando já tentávamos engajar a partir de várias tentativas para a construção do MPL (Movimento pelo Passe Livre) em Porto Alegre e de várias outras organizações com foco na luta pelo transporte público a exemplo do que ocorria em Florianópolis, em Brasília, em São Paulo, em Salvador, mas a luta nunca vingava na medida do potencial que acreditávamos que tinha. Então a gente fez o chamamento – porque eu fazia parte de um espaço cultural em Porto Alegre – para essa reunião com várias organizações, entre elas a “Utopia e Luta”, que inclusive é uma ocupação no centro da cidade de Porto Alegre que foi muito importante em todas essas lutas, inclusive, hospedou essa primeira reunião. Os partidos de esquerda da cidade também participaram.

Nessa reunião foi fundado o Bloco de Lutas pelo Transporte Público – ainda dentro desse prédio da Utopia e Luta. Isso se somou a outras coisas que aconteciam na cidade, nessa altura tinham muitos grupos e coletividades autônomas de jovens, de pessoas bem mais jovens que eu na época, que tinha por volta de 23-25 anos. Estavam vindo esses jovens

porque ocorria também o OCUPY, essa onda que trouxe muito a juventude para o movimento que estava caindo e se desarticulando.

Naquela altura, uma coisa também emblemática, através da minha perspectiva, é que nós ganhamos – eu fazia ciências sociais na UFRGS – o diretório acadêmico que era dominado pelo PSTU em uma coligação PSTU-PSOL há mais ou menos 15 anos, e nós conseguimos com uma chapa autônoma e com um programa totalmente voltado para utilizar o centro acadêmico para uma luta nas ruas vencer as eleições. Isso, desde onde eu vi, mobilizou muito a luta dos estudantes da universidade para com as pautas fora da universidade.

Estava fervilhando também a luta quilombola. Tinham vários quilombos urbanos em Porto Alegre que lutavam pela titulação, aldeias urbanas – destaque para a Frente Quilombola que fazia a articulação de tudo isso.

Todos esses diferentes atores estavam lá nessa reunião de fundação do bloco de lutas pelo transporte público onde a gente fez um programa que tentava abarcar todas as lutas inclusive a pelo passe livre dos estudantes. Havia muito debate sobre alternativas: estatização, cooperativas... e fomos para rua.

As primeiras manifestações ainda em janeiro e fevereiro de 2013 não deram muita gente. Estávamos fazendo manifestações a cada duas semanas até que em março – éramos muito criativos – resolvemos fazer um escracho na prefeitura de Porto Alegre onde nós jogaríamos frutas pobres que coletamos no mercado de rua que fica (ou ficava) junto a prefeitura como uma vaia ou uma denúncia ao prefeito que estaria vendido às empresas de transporte. Todos se reuniram na prefeitura, tinham inclusive grupos de teatro – o teatro é muito forte em Porto Alegre – sempre presentes nas manifestações agitando e coordenando os grupos de tambor, até que quando a gente pega todas as frutas podres e começa a jogar na prefeitura de uma forma totalmente inocente, a gente não percebe que as frutas começaram a quebrar os vidros da prefeitura que terminou com todos os vidros quebrados e a tropa de choque em cima de nós com balas de efeito moral e balas de borracha vindo enquanto todos correndo feito loucos enquanto alguns grupos mais atizados tentavam destruir qualquer porta de banco que vissem no caminho... foi uma loucura.

No dia seguinte dessa mobilização tivemos nosso episódio de “Datena Regional”. Sabe aquele programa em que o Datena pergunta “com vandalismo ou sem vandalismo?” – Ocorreu no Jornal do Almoço da filial da Rede Globo de lá, a RBS. O repórter pergunta no meio da multidão para um velhinho branco porto-alegrense morador do centro (todo mundo já esperava uma posição mais reacionária): “O que você acha dessas ações de vandalismo na

prefeitura?” – E o cara responde: “Eles que paguem a conta com o dinheiro que nos roubaram do aumento da passagem de ônibus”, fazendo o repórter pular para outro entrevistado: “Minha senhora, o que você acha desses vândalos...” e a senhora responde: “Eu acho muito bom porque já estava na hora...” – e o repórter sai novamente e “Não, não, estou vendo que realmente o povo está indignado, esse aumento não dá, mas também vandalismo não é a resposta”.

Bom, na assembleia seguinte já tínhamos a postura de um movimento legitimado, com as ações radicalizadas legitimadas por um povo muito cansado e era um momento de estarmos ousando mais. Depois dessa mobilização o tamanho da manifestação aumentou exponencialmente. Se antes fazíamos manifestações beirando as 1000 pessoas, depois chegou a 10.000. E foi tendo uma série de manifestações que sempre finalizavam com alguma destruição simbólica de alguém símbolo da exploração do povo através do transporte público.

Destaco uma que teve na frente da ATP – o sindicato patronal dos transportes públicos, que ficava a 8km do centro de Porto Alegre. Fizemos uma caminhada até lá e os manifestantes que estavam na caminhada invadiram aquele prédio, destruíram, jogaram todos os computadores para fora, foi uma loucura. Isso depois de 8km de caminhada.

Tudo isso que acontecia, claro, sem nenhum controle da organização dos protestos que era, de modo geral, muito ampla e com todos os partidos da esquerda mais coxinha até uma galera mais pretensa à revolucionária. Acontecia a despeito da vontade, era realmente a população fazendo o que queria fazer. Dito isso, começou a ter um movimento muito grande.

O bloco se organizava através de duas frentes, tinha a comissão de organização onde havia uma pessoa de cada coletivo/entidade/partido/movimento de base e outras comissões, como de segurança, comunicação, etc. Veio essa demanda por parte da esquerda da ordem de nós estarmos segurando a mobilização, segurando a vontade popular pela destruição e por uma crítica mais enfática, digamos assim, pelo capitalismo, e nós criamos uma oposição interna chamada frente autônoma reunindo várias organizações anarquistas e autonomistas (Porto Alegre tem uma cena autonomista mais expressiva do que em outros estados) para estar fazendo frente a essa tendência reacionária dentro do bloco de lutas.

Nós basicamente fazíamos a defesa do direito da população de se expressar do jeito que queria, e que não seríamos nós dentro do bloco de lutas a fazer o papel de polícia. O povo quando destrói, quebra e saqueia uma loja da Nike para roubar o tênis da Nike ele tem razão em fazer isso. Ele pode até não saber que ele tem razão em fazer isso, mas ele tem, e é justamente o nosso papel estar construindo e estar explicando o porquê de ele ter razão em

fazer isso ao invés de comprar toda aquela ladainha de que ele precisa trabalhar 8h por dia para então comprar um tênis superfaturado feito na China.

Enfim, todas essas ações foram criando uma repressão cada vez maior, porém fazendo o movimento se massificar cada vez mais. Ao mesmo tempo, isso foi acontecendo em todo país. Nós fomos vendo o que estava acontecendo em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília de uma forma muito periférica porque estávamos completamente imersos naquele processo de Porto Alegre.

Um adendo: acredito que foi em março ou em abril, após uma manifestação muito grande em que teve a depredação de algum símbolo da exploração do transporte público que o governo municipal recuou no aumento da passagem e ainda abaixou o valor por volta de R\$0,15. A notícia veio em uma manifestação que aconteceu depois.

Essa é outra coisa: enquanto antes a gente fazia uma manifestação a cada 15 dias, quando o ritmo acelerou, a gente fazia duas, três manifestações por semana. Era uma coisa muito doida, a gente terminava uma manifestação já em assembleia combinando sobre a próxima manifestação. Sempre tinha uma galera que dizia: “Loucura fazer uma manifestação daqui a dois dias!” – E outros respondiam: “Não, temos que fazer, vamos fazer com ou sem vocês!” – Daí se aceitava. Então quando a gente teve essa vitória do recuo do aumento da passagem, isso serviu muito até de propaganda para o resto do Brasil. Até lembro de uma das primeiras manifestações grandes que teve em São Paulo, onde tinha uma faixa: “Vamos repetir Porto Alegre” – foi uma coisa muito emblemática. Agora nosso objetivo era o passe livre geral, irrestrito, coletivização do transporte público por cooperativas de trabalhadores, comitativas de bairro organizando... a gente achou que estava em 1936 e agia como se fosse.

Em junho que foram as grandes mobilizações, época que a mídia começou a entrar no jogo e começou a chamar também mobilizações. Foi se formando uma disputa sobre o que eram as mobilizações. Nessa época também as redes sociais eram outras, o próprio facebook mudou radicalmente depois de 2013. Eu lembro que nessa altura era muito fácil tu sozinho fazer um evento lá e convocar muitas pessoas, mobilizar muitas pessoas, tanto que tinham aqueles casos como o do menino que fez uma festa de aniversário para o seu irmão mais novo e apareceram milhares de pessoas na festa porque ele selecionou “convidar todos”. Era uma outra coisa, então começou a ter muitas pessoas convocando manifestações por conta própria e o bloco de lutas passou a ser como um fiador – “Ah, isso foi decidido em assembleia do bloco” – passou a se ter o bloco como um lugar de autoridade frente esse monte de

manifestações que estavam sendo convocadas aleatoriamente com muitas pautas alheias às pautas iniciais.

Então a gente entrou nessa situação muito esquisita, começou a passar helicóptero fazendo propaganda e distribuindo folhetos daqueles 10 pontos e com isso também começou uma repressão muito violenta internamente no bloco de lutas. Foram quando surgiram os primeiros processos: tem os Seis de Porto Alegre, que foi um processo em que eu fui elencado com mais cinco companheiros do bloco de lutas, eles pegaram eu, que na época já estava fazendo parte da FAG (Federação Anarquista Gaúcha), outros dois companheiros do movimento autonomista, depois duas pessoas do PSTU e uma pessoa do PSOL – eles tentaram pegar uma pessoa de cada grupo e nos acusaram de formação de milícia armada.

O interessante é que tem uma lei cuja história eu pesquisei, feita por um congressista do PSOL do Rio de Janeiro – contra as milícias, de fato – e que até então não tinha sido usada contra milícia nenhuma e estava sendo usada pela primeira vez contra um movimento social. Diziam que estávamos organizando manifestações para desequilibrar, por motivos políticos, e que dentro das manifestações usávamos explosivos, molotovs, e que isso configuraria uma milícia armada cuja pena seria em torno de 20 anos de cadeia.

Pegaram então dois, três dias de protesto e disseram que a gente foi responsável por tudo que aconteceu naquele protesto na condição de organizadores – todos os carros quebrados, todas as lojas saqueadas, isso em uma altura na qual os protestos já reuniam cerca de 200, 300 mil pessoas, tinha uma galera que vinha em peso para saquear as lojas, então a revolta se supergeneralizou e nós não estávamos preparados para lidar com essa “disputa de narrativas” – esse que virou o termo da moda por 10 anos no Brasil depois disso.

Então esse processo nos afetou muito, afetou o bloco de luta como um todo, a minha casa foi atacada, a sede da FAG foi atacada, a casa da minha mãe foi invadida e revistaram tudo, de vários militantes também. Isso criou um efeito de medo nas pessoas que estavam mais ou menos perto de nós. Eu na época inclusive era estagiário da secretaria de justiça de direitos humanos do Piratini – palácio do governo do estado. O governo era petista e teve uma assembleia em que a gente expulsou o PT e todas as suas colaterais da composição do bloco de lutas, afinal de contas eles estavam com a polícia na mão e estavam invadindo as nossas casas e no dia seguinte eu fui demitido.

Foi isso, esse foi o nosso 2013 de modo geral. Depois foi uma decadência do bloco, com muitos rachas internos, desarticulação, paranoia e medo, além do crescimento de outros

grupos que começaram a tentar se apoderar até 2014 quando foi a decadência final e mais acentuada do que foi o bloco de lutas pelo transporte público e toda essa experiência.

O processo judicial foi finalizado ano passado e nós fomos absolvidos. Ele começou porque eles pegaram um menino roubando um secador de cabelo de uma loja – um menino negro, de 18 anos, morador da periferia de Porto Alegre, que já tinha uma passagem por roubo qualificado, ou seja, estava sendo pego de novo e ia ser preso. Fizeram então toda uma montagem policial e o fizeram dizer que o que ele estava fazendo era porque fora instruído por nós sobre quais lojas saquear. Foi uma típica montagem policial onde dizia-se que partidos políticos radicais aliados com traficantes estavam instrumentalizando jovens da periferia para roubar. Esse jovem pego corroborou com a história e reconheceu a nós em fotos dizendo que nós teríamos instruídos eles a fazer aquilo. Obviamente, eles não tinham nenhuma prova além desse menino, de um policial militar e de um repórter da Rede Globo que estavam ambos infiltrados no bloco de lutas e frequentando as assembleias (descobrimos depois).

O policial se aposentou durante o processo e então disse que não queria se envolver e não se lembrava de nada e o repórter também voltou atrás, de modo que o processo caiu e fomos absolvidos.

Mas os efeitos disso tudo são muito vivos e eu sinto que o que aconteceu depois foi uma desmoralização muito grande do movimento em Porto Alegre. Eu acredito que só agora que está conseguindo se reerguer, levantar a cabeça de novo.

(Victor Khaled): Primeiramente, queria agradecer ao Professor Wallace e ao CPDEL pelo espaço, pelo convite, para um debate super importante. Bom, o Vicente falou um pouco disso, mas para além da disputa de narrativa, é a gente cultivar a memória das nossas lutas. Por isso, que é tão importante falar sobre junho de 2013 sob a perspectiva de quem estava nas ruas, não de quem estava no governo, de quem estava como chefe da polícia, da brigada militar, enfim... dos partidos da ordem que a gente sabe os interesses quando constroem esse tipo de narrativa.

Para falar de junho de 2013 em Florianópolis/SC, a gente não consegue entender o que acontece aqui sem falar nas revoltas da catraca, que ocorreram em 2004 e 2005 aqui. Foram duas revoltas populares de grande proporção, que pararam a cidade durante semanas justamente contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. Foram duas revoltas

vitoriosas, onde tanto em 2004 como em 2005 a população foi às ruas e conseguiu revogar o aumento das tarifas do transporte coletivo.

Esse processo foi fundamental para a constituição do Movimento Passe Livre, então a gente pode falar com tranquilidade que o embrião do MPL enquanto movimento nacional nasceu em Florianópolis inspirado na Revolta do Buzu, que aconteceu em 2003 em Salvador/BA que foi a primeira grande revolta popular contra aumento de tarifas e a precarização do serviço de transporte coletivo do século XXI.

Temos um histórico de revoltas populares em torno do transporte coletivo que remetem à revolta do Vintém, no início do século XX; tivemos a Revolta das Barcas em 1959... essa é uma questão que estimula revoltas populares já há bastante tempo. É uma questão muito viva nas nossas cidades, o que tem a ver com o modelo de urbanização brasileiro. Então as revoltas populares contra tarifas do transporte coletivo estão presentes e são constituintes da nossa história, da história do urbanismo brasileiro e das nossas cidades.

Em 2003, houve essa primeira grande revolta em Salvador que foi gigantesca, porém não foi vitoriosa no sentido de revogar o aumento da tarifa. Contudo, houve várias conquistas do movimento, o que chamou a atenção da campanha do passe livre que existia aqui em Florianópolis.

Além da luta pelo passe livre estudantil havia um potencial intenso de você massificar e radicalizar essas lutas se mobilizando contra aumentos de tarifa. Mais tarde, o Movimento Passe Livre foi resgatar isso com um projeto do Lucio Gregório, que foi secretário de transportes de São Paulo no início da década de 90, e chegar à proposta da tarifa zero. Mas a primeira formulação da campanha do passe livre que foi gerar o MPL foi construir uma grande luta contra o aumento da tarifa que desembocou nas Revoltas da Catraca de 2004/2005.

Falo isso porque, em 2013, tivemos um contexto aqui em Florianópolis bastante diferente do que estava acontecendo em algumas das cidades, por exemplo, o que o Vicente relatou que ocorreu em Porto Alegre. Por quê? Ao mesmo tempo que um movimento se desenvolve, desenvolve novas propostas e táticas de luta, as forças de repressão também aprendem como se defender, fazer uma contraofensiva a esse tipo de movimento. Então eles aprenderam, a polícia de Florianópolis já em 2005 foi fazer cursos nos Estados Unidos sobre contenção de grandes mobilizações, manifestações, de povo na rua; o aparato repressivo foi criando várias estratégias para conter os protestos. Não que eles não voltassem a ocorrer,

ocorreram em 2007, em 2010, sempre com mobilizações - algumas maiores, outras menores, mas não se conseguiu vitórias que foram marcos como as de 2004/2005.

Mas o MPL já era um ator de destaque na cidade desde 2004, sempre foi reconhecido, então quando ocorreu 2013 uma das táticas dos governos e dos empresários foi a de passar a implementar os aumentos em janeiro. Eles aprenderam com as revoltas aqui que janeiro é o melhor mês para você implementar aumento de tarifa porque isso dificulta a mobilização, porque sabemos que essas mobilizações tem um destaque de protagonismo estudantil. Então se você faz em um mês de férias você diminui nossa capacidade de mobilizar esse setor de estudantes – seja os secundaristas, seja os universitários.

Então, em 2013, o aumento já tinha ocorrido em janeiro. A gente se mobilizou, mas não teve capacidade, força para revogar esse aumento e quando estourou o processo nacional de junho a gente já estava muito distante do aumento da tarifa. Mas havia todo esse caldo se construindo e aqui o chamado começou a partir em grande medida pela grande mídia. Então eles tentaram virar o jogo, sequestrar as mobilizações e isso aconteceu com bastante força aqui.

Quando isso correu, o MPL resolveu tomar a frente do processo se colocando como o movimento social que pautava. O MPL sendo movimento popular, horizontal, independente, autônomo e que é um movimento que tem legitimidade para discutir a pauta. Quando os protestos começaram esse grande movimento nacional, que teve como estopim as mobilizações do MPL em São Paulo, a gente tinha essa legitimidade. Então não tinha como se falar nas mobilizações sem reconhecer o MPL enquanto esse ator.

Apesar das investidas e da tentativa de sequestro, o MPL conseguiu colocar como foco – apesar das pautas genéricas que surgiam para esvaziar o sentido dos protestos, como a PEC do MP contra a corrupção – a questão do transporte coletivo, pautando a revogação do aumento e principalmente a tarifa zero.

Os protestos foram muito grandes, reuniram dezenas de milhares de pessoas, principalmente, no dia 20 de junho, tivemos antes um ato no dia 18, e esse processo foi seguindo até julho. Tinha também o bloco autônomo da tarifa zero que atuava nas manifestações exatamente para preservar e dar um caráter combativo das manifestações, e apesar de não ter uma conquista material como a gente viu em São Paulo e em mais de 100 cidades, foi um movimento que serviu para legitimar as manifestações de rua, porque até 2013 toda manifestação era acusada de as pessoas estarem atrapalhando a cidade e a partir do

momento que a mídia estimulou as pessoas a irem para as ruas, criou-se uma outra cultura de mobilização.

Aqui na cidade, toda vez que se fala em marcar uma manifestação você não tem que lidar mais com esse tipo de movimento estapafúrdio, tendo de se justificar o porquê de ser legítima uma manifestação. Então os protestos passaram a ser mais legitimados.

Em segundo lugar, eu gostaria de apontar a importância, porque a gente pautou a questão da revogação do aumento, mas pautou sobretudo a tarifa zero e a ideia da tarifa zero que a gente está pautando há dez anos – desde junho de 2013 – ganhou um corpo que não existia até então. Hoje, a gente tem 75 cidades no Brasil que já adotaram essa política. É uma política que serve justamente para democratizar o direito, o acesso às cidades, para tirar as catracas e libertar determinados espaços que não são acessíveis para quem não pode pagar para se deslocar até eles. Tivemos então um processo muito interessante de disseminar, aproveitar os holofotes que estavam aqui sobre as mobilizações, para se colocar a frente, para colocar as nossas reinvenções e para pautar a tarifa zero.

Basicamente o que eu gostaria de pautar aqui de Florianópolis é isso. Resgatar esse histórico do MPL, pautar que 2013 foi um levante popular com pautas populares, um levante da juventude, principalmente a mais precarizada que estava sentindo os efeitos de uma política econômica que não pautou a conquista de direitos, pautou apenas medidas pequenas para a ampliação do consumo e foi assim que 2013 se desenrolou aqui em Florianópolis.

(Clayton Preto): Obrigado Wallace e aos companheiros presentes.

A questão é bastante interessante porque lá em Pelotas, por exemplo, o Prefeito recuou no dia 17 de junho, dado o grau de manifestação popular contra o aumento de R\$0,15 na passagem e determinou que as passagens dos transportes públicos voltassem para o que eram anteriormente: de R\$ 2,75 passa para R\$ 2,60.

Apesar disso, no dia 20 de junho há uma grande manifestação, talvez uma das maiores que Pelotas já viu. Tem fotos disso nas redes sociais que mostram como essa manifestação no Centro tomou completamente a cidade.

Nós tivemos enfrentamentos ali com os partidos da esquerda da ordem que queriam a partir dos seus caminhões, dos seus recursos financeiros, dirigir a manifestação, colocando palavras de ordem na boca do trabalhador. O importante a se notar é que esse movimento de junho traz tanto a periferia da cidade – os trabalhadores, as pessoas que vivem longe do seu trabalho, que pegam transporte – quanto a classe média empobrecida, e aí é importante a

discussão de como esses atos, apesar de os prefeitos diminuïrem as passagens, não só continuaram como se ampliaram.

Então, talvez isso nos coloque uma outra questão que é todo um histórico, porque o movimento não começa em junho de 2013 e também não termina em junho de 2013. Você tem de lá para um ano, até junho de 2014, toda uma movimentação que passa inclusive pelos Rolezinhos em São Paulo e em Vitória/ES; passa pela tortura e pela morte do Amarildo em julho de 2013; passa pela autorização do exército e das forças civis dentro das favelas; passa pela violência voltada contra as manifestações seja pelo passe livre, seja pelas manifestações genéricas; as manifestações tinham um subtítulo muito interessante em São Paulo – que talvez explique muito bem ou seja um símbolo do que aconteceu naquele período – que era “Por um mundo sem catracas”.

Essa ideia de mundo sem catracas nos remete lá para trás, porque o que vimos no processo de transição do regime militar para a democracia foi uma aliança das elites com os partidos políticos da ordem sob os auspícios e o silêncio da esquerda da ordem.

O PT, por exemplo, não participa do colégio eleitoral, mas também aceita o Tancredo Neves e o José Sarney como legítimos Presidentes da República. Da mesma forma, quando o Sarney chama a constituinte de 1988 através de um congresso constituinte, o PT e a esquerda da ordem participam do congresso constituinte, embora não tenham assinado a constituição. São movimentos contraditórios. O que você vê a partir daí é todo um processo de tentativa de produzir uma política desenvolvimentista que incluía – “incluir” e “excluir” passa a ser nesse período importante do ponto de vista teórico, sendo os excluídos a verdadeira fachada que é o proletariado, o desempregado.

Então para não falar mais o desempregado, se fala “os vulneráveis”, os excluídos das pautas sociais. O que você tem nesse processo é todo um caldo, uma relação do antigo com o novo. Quando surgem as redes sociais com o Orkut, depois o Facebook e agora essa nova leva com Instagram e outras redes, você tem um processo onde a esquerda chega ao poder em 2002.

Ela, ao chegar ao poder, transforma tanto os sindicatos quanto os movimentos sociais em correias de apoio, correias de transmissão do governo. É uma estrutura hierárquica onde uma classe dirigente passa a falar em nome dos representados e tem uma distância enorme entre o cara que representa e a massa representada, seja nos sindicatos, seja nas associações de bairro, seja no MST ou em tudo quanto é lugar, isso piora.

Piora porque esse grupo passa a apoiar o governo da esquerda da ordem e a grande massa não tem como – nesse processo de representação – não se sente mais representada. O Partido dos Trabalhadores, junto com seus aliados – desde a elite até às outras esquerdas da ordem – vão produzir uma política de desenvolvimento que implica no endividamento do trabalhador, transformando-o em consumidor – a sua própria contradição. O trabalhador ao fazer o produto, também consome o produto e se torna devedor do banco. Quando você aumenta o crédito do trabalhador de 10x para 48x, você possibilita que ele consuma, mas ao mesmo tempo você endivida ele. Você faz com que parte do salário do trabalhador diminua e vá para o banco.

Nesse período nós tivemos também um processo onde o trabalhador e consumidor ao conseguir um emprego um pouco melhor vê que a escola pública não fornece mais as condições para seu filho. Tem então uma migração enorme de alunos da escola pública para a escola privada, o que faz com que o próprio Alckmin comece a fechar escolas em São Paulo e então tem aquele movimento dos jovens ocupando as escolas depois de 2013.

O que nós temos são um conjunto de coisas, de sofrimentos e o esgotamento do modelo econômico que se junta em uma manifestação, a priori, específica, que é o aumento das passagens de ônibus. Ora, mas quando se dá o aumento das passagens de ônibus acontece que a população não está satisfeita, ela quer radicalizar o processo, e há uma luta, uma disputa de hegemonia entre a esquerda da ordem, a direita, e a esquerda anarquista, a ponto de - os companheiros já referiram isso – as televisões, os meios de comunicação colocarem na pauta diária dos jornais televisivos e das rádios a questão do vandalismo, da violência, contra o quebrar vidraças de brancos, contra o queimar lixeiras para fazer barricadas para a polícia não bater nos trabalhadores, e a população começa a ver o seguinte – que aquilo que se fala tanto que é a casa do povo – quando começa a ter as manifestações no Rio de Janeiro, quando as pessoas começam a querer ocupar a Assembleia Legislativa, vem uma enorme, uma brutal repressão contra o movimento dos trabalhadores, e você vai ter também o aprisionamento em massa das pessoas que estão se manifestando.

Fora que a seletividade desse aprisionamento é tão grande que você vai ter o Rafael Braga como símbolo de uma injustiça e de um poder seletivo do código penal, da polícia, do governo do estado e do governo federal. Nesse momento, ao mesmo tempo, você tinha a construção de estádios de futebol com dinheiro público pela Dilma Rousseff seja em Brasília, em Minas Gerais ou em qualquer lugar, estádios extremamente elitizados.

Gastava-se milhões e milhões e as pessoas pensavam: “Poxa, mas quando eu vou no hospital não tem nem funcionário para me atender no SUS. Os funcionários estão esgotados, tem uma fila enorme para fazer exames; quando um aluno vai para a escola pública não tem vagas, o número é pequeno”. Então tudo isso, aliado à repressão cotidiana que o trabalhador sentia todos os dias no país periférico, foi o caldo que levou a população às ruas para protestar.

É engraçado e interessante que em Pelotas eu me lembro que em uma das passeatas ela parou em frente a uma igreja neopetencostal protestando - veja, era até visionário - em razão de que um grupo que abriu a porta do templo e começou a vaiar as manifestações. Vaiar porque considerava que aquilo era ruim, pois reunia homossexuais, lésbicas, trabalhadores de todos os tipos: branco, preto, amarelo... enfim. Às vezes eu vejo companheiros de outros partidos falarem que esse tipo de manifestação “não acumula”, “não vai resolver nada”, “não vai fazer modificações estruturais na sociedade”... não, não fez porque o governo reprimiu violentamente, e o governo da ordem, o PT, preferiu negociar com o Congresso Nacional e com Governadores e Prefeitos ao invés de vir para a rua apoiar a rebelião popular.

Depois nos culpam pela ascensão do fascismo quando eles, ao usarem a polícia, foram mais fascistas que os fascistas. Reprimiram violentamente as manifestações. Isso aconteceu em todo o Brasil. A questão que está colocada para nós é olhar para essas manifestações e perceber que a esquerda da ordem não tem - e não terá caso houver outras manifestações parecidas - saída senão defender o poder e o Estado; defender com unhas e dentes porque está aliada com a elite nacional, com a elite industrial, com a elite financeira.

Ela governa com o centrão, com o Congresso Nacional ao invés de governar com a população. Essa população, ao não ver suas reivindicações cumpridas vai acumulando insatisfação com o tempo até isso explodir em uma manifestação tão subjetiva quanto objetiva. Tanto é assim, que não tinha ordem em Pelotas. Por exemplo, tinham 7, 8, 9 chamadas de assembleia. Foi feito um esforço danado para fazer uma manifestação no dia 20 de junho com todos os grupos que se organizavam via Facebook. Você colocava uma coisa lá enchia de gente. Aí começou uma mudança do processo, que ao invés de uma relação de filiação, existia uma relação de adesão às pautas.

Era diferente e essa adesão a pautas significava a descentralização do movimento, não se aceitava mais esses organismos autoritários com uma ordem que a gente não conseguia interferir. Este foi o momento onde a população optou pela horizontalidade e foi esse receio da horizontalidade, de que as pautas saíssem do controle - como efetivamente saiu - que fez

com que os governos (municipal, estadual, federal) preferissem reprimir o conjunto das manifestações de junho de 2013 e depois produzir uma narrativa de que esse movimento era um movimento fascista e que possibilitou a ascensão do Jair Bolsonaro e do grupo fascista que ele representa.

Pelo contrário, foi exatamente a incapacidade da esquerda da ordem de lidar com a rebelião popular que possibilitou que a direita depois ganhasse as ruas, colocasse um fim ao governo Dilma Rousseff e colocasse depois o Lula na cadeia. Lembrando que quem definiu a possibilidade da Lava-Jato foi a lei de delação premiada que foi feita pela própria Dilma Rousseff.

O que nós temos que ver - claro, são apenas opiniões e elaborações - é que junho de 2013 para o Brasil mudou a República. O pacto das elites produzido com os militares foi rompido naquele momento. Se nós tentamos romper esse pacto lá nas eleições diretas e fomos depois encaminhados para uma votação no Congresso Nacional, destruindo as manifestações populares. 2013 não aceita isso.

O movimento só acaba depois de quase um ano - pois de julho a setembro foram intensas as manifestações - e depois vão ocorrer outras, em dezembro tem o rolezinho, em janeiro tem as manifestações no Rio de Janeiro e em São Paulo, e assim foi indo. Então esse é um processo que demora um ano praticamente, com menos ou mais intensidade, uma guerra de mais ou menos intensidade que modifica essa estrutura política que o Lula agora tenta reconstruir com a aliança com a direita e a socialdemocracia nesse governo que subiu agora ao poder.

(Wallace - Perguntas): Vicente, você lembra exatamente em que período se deu a criação da frente autônoma onde você estava? Para te dar um cenário, aqui no Rio de Janeiro em particular foi criado esse fórum de lutas pelo transporte, onde estavam os partidos políticos também, os movimentos autônomos, anarquistas, marxistas revolucionários... depois houve um rompimento disso, de junho para julho de 2013. Aqui os protestos começaram um pouco antes de junho, com a luta contra a desocupação da aldeia Maracanã, então os indígenas aqui tiveram papel fundamental, mas o Rio foi sede das Olimpíadas de 2016 então se iniciou um processo de desocupação de comunidades que viviam aqui em Jacarepaguá, na Vila Autódromo, que depois virou o Parque Olímpico. Essas pessoas que tiveram de sair de onde viviam há dezenas de anos também foram base dos protestos.

A aldeia Maracanã e as desocupações em diversos pontos da cidade deram um tom muito popular para os protestos, que depois se transformaram também nos protestos contra o aumento da passagem. Mas aqui no Rio de Janeiro o aumento da passagem sempre foi muito secundário, nunca foi o ponto central. 2013 foi muito mais uma luta contra a desocupação das moradias e depois contra a própria Copa do Mundo e seus gastos exorbitantes com estádios de futebol. Claro, como tinha São Paulo a grande mídia cobriu muito mais lá do que qualquer outro lugar - e as falas, os escritos dos considerados intelectuais eram muitos a partir de São Paulo, dava-se a ideia que o exemplo de São Paulo resumisse o Brasil, como se tudo tivesse começado lá e na verdade não foi.

Nesse momento, aqui no Rio de Janeiro a organização dos atos aconteceu justamente no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ) - onde eu dou aula. Era lá no salão nobre que se discutia as pautas dos movimentos. Depois teve um racha e foi criada a FIP - Frente Independente Popular, que conglomerou diversos coletivos anarquistas e mais alguns coletivos maoístas e revolucionários fora dos partidos políticos.

Aqui as torcidas organizadas de futebol também tiveram papel fundamental nos atos por conta disso que o Preto falou, da elitização do futebol no Rio de Janeiro - onde o futebol é o grande circo, muita gente gosta de torcer - e com a elitização do Maracanã o ingresso saiu de R\$ 1,00 para R\$ 50,00, R\$ 60,00 - ficou uma coisa absurda, uma expulsão da população pobre dos jogos de futebol de seus times.

Nos primeiros protestos, eu lembro, inclusive, que as manifestações eram guiadas pelas torcidas organizadas que vinham com as baterias e davam uma linha. Tanto é que foi criada a Frente Nacional dos Torcedores. Não sei como foi isso nos estados de vocês e gostaria de saber. Então essa FIP conseguiu aproximar mais de 70 coletivos políticos por fora dos partidos e organizaram outros atos. Aqui no Rio chegou ao ponto de ter ato todo dia e alguns deles tinham 2, 3 atos chamados por diferentes coletivos. Os atos chamados pelo Fórum de Lutas era toda segunda e quinta.

Por tudo isso, sem dúvida, foi uma organização eminentemente popular e com um embrião revolucionário contra todo tipo de opressão. Era luta por moradia, contra jogos de futebol elitizados, contra a Copa, contra o racismo, a LGBTQIAfobia, contra violência policial e, é claro, contra o aumento da passagem. Outra correlação que também achei que vocês colocaram, é que aqui a revogação do aumento da passagem foi do dia 19 para o 20 de junho por parte da prefeitura, e nesse dia 20 aconteceu justamente o maior protesto da história do Rio de Janeiro - eu diria inclusive da história do Brasil, porque as 16 pistas da Avenida

Presidente Vargas por 5-6 km estavam tomadas do início ao fim, fora as ruas adjacentes, então a conta que fazíamos era de mais ou menos de um milhão e meio de pessoas - foi o maior protesto da história da cidade, do estado e do próprio Brasil.

Então eu queria ouvir sobre essas correlações com as particularidades de cada lugar.

(Vicente Mertz): Bom, a frente autônoma era a Frente Autônoma do Bloco de Lutas – esse era o nome. Era um grupo mesmo para estar fazendo disputa dentro do Bloco de Lutas. Em Porto Alegre, querendo ou não, manteve-se essa unidade – ainda que muitas vezes um pouco precária, com assembleias muito longas (facilmente duravam 5h), super estressantes, eram umas maratonas. A Frente Autônoma era um grupo feito para fazer a disputa, para estar articulando e disputando dentro das assembleias para estar influenciando os rumos do movimento por um caminho mais autônomo, mais de ação direta, mais combativo. Esses eram os princípios. Éramos muito influenciados também pelo modelo de tendência, então era mais ou menos isso que era a frente autônoma, ainda que mais simplificada, mais solta, mas era isso.

Teve uma outra situação também que esqueci de mencionar, que foi a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, um momento chave que a gente viu na decadência dos protestos – época em que a gente estava perdendo o controle da coisa. Foi a primeira vez na história que a câmara de POA foi ocupada. Lá ficamos oito dias e foi uma experiência de pico para muita gente que participou do processo, porque toda essa experiência de ocupação, de divisão de tarefas, de comissão de cozinha, comissão de limpeza... e oito dias todos dormindo e vivendo juntos ao fazer o projeto político. Inclusive saímos da ocupação em um acordo que previa a municipalização do transporte público de POA, progressiva, bem como o passe livre. Obviamente eles nunca cumpriram essa parte do acordo, mas saímos com essa vitória na época.

(Wallace de Moraes): aqui no Rio também teve ocupação na câmara em agosto, aí também foi em agosto?

(Vicente Mertz): Foi em julho. Mas foi um modelo bem diferente do da FIP, a Frente Autônoma nunca chamou uma manifestação por si só. Era outra coisa, a gente chamava as manifestações através do Bloco de Lutas, que a gente considerava uma organização nossa também. A gente não estava disposto a abrir mão para a instrumentação do Bloco de Lutas pelos partidos da ordem. Decidimos continuar até o fim.

Teve rompimentos, o principal foi esse com o PT e suas organizações e se não me engano do levante popular também. Também teve a importância das torcidas. À época estava surgindo um movimento interessante dentro da torcida do Grêmio, que começou a colar nos protestos com seus tambores, com seus cantos, e daí também vieram coletivos da torcida do Internacional – coletivos antifascistas das torcidas e a Frente Nacional dos Torcedores que estava tentando se organizar nessa altura. Tanto que muitos dos gritos que a gente cantava em POA eram adaptados de gritos de torcidas. Uma situação muito emblemática foi que durante a ocupação da câmara de vereadores a gente desenvolveu inimigos muito próximos, os vereadores de Porto Alegre pareciam uns vilões de história em quadrinhos. Tinha um que tinha até um tapa-olho; um deles estava dando uma entrevista e estava falando: *“Um grupo de vândalos se apossou da cidade de Porto Alegre, agora a gente tem que fazer o que eles querem... ninguém tá vendo que isso está acontecendo?! Ninguém tá vendo?! Ninguém tá vendo?!”* – e o cara começa a chorar. A gente estava assistindo isso de dentro da câmara de vereadores e quando ele começou a chorar todos *“Eeeeh!”* – Nós fizemos um canto sobre isso que era *“E ninguém cala esse chororô, chora o prefeito, chora o deputado e o vereador!”*

Acho importante ressaltar mais uma vez a importância que tiveram as ocupações. A reação aos movimentos de desalojo, na altura também estavam fazendo as obras da Copa em Porto Alegre, estava tendo desalojo da Avenida Tronco, que mobilizou muita gente e que trabalhava junto com as pessoas de lá. Inclusive destruíram a casa de religião de matriz africana mais antiga do Rio Grande do Sul por uma obra que eu não tenho certeza se já está terminada, porque a última vez que fui ao Brasil ainda não estava terminada. Inclusive o Quilombo dos Machados, que hoje em dia ganhou o reconhecimento do Incra, na época tinha uma ocupação chamada 7 de setembro e foram em uma das assembleias do Bloco de Lutas expor o seu caso – que eles tinham feito essa ocupação, que era um terreno da Walmart onde um terreiro ancestral seria destruído para virar um estacionamento... e através deles terem ido lá começou uma ligação dele com as populações quilombolas urbanas e com a Frente Quilombola, grandes autores de luta de Porto Alegre e assim se iniciou um diálogo. Começou todo um despertar quilombola que a gente acompanhou e desde a primeira lista de pautas de reivindicações do Bloco de Lutas do Transporte Público estava o passe livre para estudantes, desempregados, bem como para quilombolas e indígenas. Então eles estavam presentes, foi através da luta e a gente aprofundou essas pautas.

(Wallace de Moraes): Khaled, você falou que em Floripa o nome do movimento que organizou os atos também foi Passe Livre igual a São Paulo?

Victor Khaled: Sim, a gente tem um histórico de lutas aqui do MPL bastante longo, a campanha pelo Passe Livre nasceu no ano 2000. O MPL é de 2005, fruto da junção dessas campanhas, então a Revolta da Catraca, o grande ator foi o Movimento Passe Livre (2004/2005), todas as mobilizações pelo transporte sempre foram do MPL. Para além do MPL, para fazer um paralelo, em Porto Alegre tinha a Frente de Luta pelo Transporte, que aí seria esse fórum mais amplo, então sei que as coisas são diferentes, mas, fazendo uma comparação, generalizando um pouco, o que seria o Bloco de Lutas pelo Transporte de POA aqui era a Frente de Lutas pelo Transporte e a Frente Autônoma seria o MPL aqui. No MPL sempre tiveram militantes de partidos políticos também, desde que concordando com os nossos princípios de horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo no sentido de que o movimento não vai ser aparelhado para ser correio de transmissão de nenhum partido. Mas tem uma influência libertária e anarquista bastante clara. Mas tinham anarquistas e libertários que não estavam no MPL, que participam de maneira autônoma nas assembleias da Frente de Luta pelo Transporte. Na Frente Lutas, um espaço mais amplo, também participavam sindicatos, partidos, centros acadêmicos, grêmios e pessoas independentes – não era de organizações. As chamadas eram amplas e as reuniões abertas.

(Wallace de Moraes): Foi muito bacana que você trouxe as revoltas de 2004 e 2005 aí em Floripa com a inspiração na Revolta do Buzu em 2003 em Salvador, mas na verdade se a gente fizer um histórico mais amplo, temos revoltas contra o aumento de passagens ao longo do século XX inteiro. Quando eu era muito garoto aqui no Rio de Janeiro, lembro que até passaram a aumentar a passagem no fim de semana, porque quando aumentavam durante a semana sem avisar tinha quebra-quebra generalizado no centro da cidade. Tiveram vários. Isso na década de 80.

(Victor Khaled): É, a revolta do Vintém foi em 1879, século XIX. Foi contra o aumento de um vintém nas passagens dos bondes. Foi uma revolta popular no Rio de Janeiro gigantesca, eles tiraram, arrancaram os trilhos dos bondes. Tiveram que usar o exército para reprimir essas mobilizações e que foram vitoriosas. Depois da revolta o governo imperial teve que voltar atrás e revogar o aumento. Até a Chiquinha Gonzaga fala sobre isso. Teve a Revolta das Barcas, também no Rio em 1959.

(Wallace de Moraes): O que me deixa indignado são as pessoas querendo associar isso à direita. Não tem o menor sentido e é de um mau-caratismo intelectual.

(Victor Khaled): Desonestidade pura e simples.

(Wallace de Moraes): Preto, eu vi você falando dos rolezinhos. Aqui no Rio de Janeiro também tivemos os rolezinhos. Aliás, é curioso que depois eu fiquei até muito triste: um dos organizadores de um rolezinho aqui do Rio, morador de uma comunidade da Penha, foi assassinado pela polícia depois. Podemos até acreditar em queima de arquivo.

Aqui no Rio – só para situar – tudo começa a ganhar brio mais ou menos com a Aldeia Maracanã como citei para vocês e vai até 2014 quando os 23 são condenados e presos. Todos os 23 eram da FIP, só para vocês terem noção da importância que a FIP assumiu depois dos protestos separada dos partidos políticos. Aqui entrou nos protestos greve dos professores do estado e da cidade do Rio de Janeiro, em setembro/outubro principalmente; ocupações de diversas câmaras municipais do estado do Rio; rolezinhos; depois teve Greve dos Garis, isso em fevereiro de 2014 – que foi uma greve chamada de Greve Negra; teve a greve dos rodoviários. O que eu falei na live passada, algo que abordo muito no meu livro, é que o ano 2013 foi ano com a maior quantidade de greves da história do Brasil. Isso pouca gente fala. Esses analistas paulistas que dizem que 2013 foi a gênese do fascismo não levam isso em conta. Nenhum ano teve tanta greve quanto, foi um movimento de insurgência popular. Aliás, em 2013 para 2014, os manifestantes chamaram greve geral, e aí veio o presidente da CUT dizer que era contra greve geral. Vejam a que ponto que nós chegamos.

Gostaria que vocês comentassem um pouco disso começando pelo Preto, que foi o último a fazer a fala. Achei que foi muito legal a relação que você fez com a ditadura, essa articulação pelo alto e tudo mais, com os partidos da ordem. Então queria ouvir um pouco o que vocês acham desse cenário – pela caracterização de 2013 como gênese do fascismo – se é que a gente pode entubar isso ou ver como que podemos refutar essas coisas. Se vocês puderem falar um pouco sobre isso, agradeço.

(Cleyton Preto) Acho que tem uma primeira questão: quando a gente começa o movimento lá em Pelotas, por exemplo, a gente já começa divergindo. A nossa relação com os partidos da esquerda da ordem – como eu chamo – foi uma relação tumultuada. Os partidos da esquerda da ordem queriam dirigir o movimento, estavam preocupados em acumular sei lá para quando. Ao contrário de nós, que não era só o pessoal mais ligado ao anarco-individualismo, também tinham os bakuninistas, outros grupos de estudantes libertários, os punks que sempre tiveram um papel muito importante em Pelotas por manter vivo o anarquismo no período pior da repressão... então aqui não é só uma homenagem ao

movimento punk, mas o reconhecimento de que - não importa se você concorda com as pautas ou não - manteve viva a alma do anarquismo no Brasil durante um período extremamente grave de obscuridade política e com uma esquerda que nos via de maneira extremamente ruim, como inimigos.

Então em Pelotas, em todas as assembleias de rua, e eram muitas, o confronto era o tempo todo com esses grupos. Por isso demorava muito as assembleias, eram realmente muito tumultuadas porque tinha todo tipo de gente, as pessoas se dividiam nas pautas e o que estava em jogo ali no fundo - que é claro, foi abortado pela violência policial - era uma nova forma de fazer política. Os partidos da ordem queriam que se incluísse os sindicatos, a CUT, as centrais, as organizações formais no movimento e o movimento rejeitava isso, rejeitava os partidos, os sindicatos organizados, a não ser que tivesse alguém ali - e aí era muito mais pessoal - alguém que a população e as pessoas respeitassem do ponto de vista das posições políticas. Pessoas com as quais não se tivesse a desconfiança que amanhã iria usar aquilo para ser candidato a algo ou levar o movimento para não sei aonde. As pessoas que tinham essas características eram muito debatidas no movimento e nos rachavam. Rachavam a ala anarquista de todos os tipos da ala partidária de esquerda de todos os tipos. Isso foi o tempo todo em todos os estados creio eu.

A grande questão do movimento, eu acho, é que nós, anarquistas, não estávamos suficientemente organizados. Quando eu digo organizados não é organização formal. A gente não tinha contato uns com os outros. Por isso que esse movimento que você faz, essa live, esse grupo, faz com que a gente amanhã não se perca e se articule minimamente.

No Pará, em Belo Horizonte, em Vitória, em um monte de lugares onde não há uma organização, ou um grupo, ou pessoas que tenham uma vertente mais libertária, o movimento foi se perdendo e caindo na mão daquilo que eu chamaria de direita da esquerda. Ou esquerda da direita. Esses grupos não confiam na população, no discernimento, na capacidade das pessoas de, de fato, compreenderem o problema da saúde, da educação, não.

Eles são iluministas, querem um governo dos iluminados. Isso também existe inclusive entre anarquistas. Não é uma questão só deles. O iluminismo fez um estrago muito grande na cabeça das pessoas. Então a gente não sabe lidar com aquilo que a gente desconhece, com as demandas reais e isso ficou muito claro no movimento. Tinham lugares onde as pessoas queriam hospital de câncer, isso que elas queriam, um dentista... as pautas saíram desse campo inicial que é o campo da organização pelo transporte e em alguns lugares, como no Rio, essa pauta era secundária.

Me lembro de uma das manifestações do Rio de Janeiro onde as pessoas saíram às ruas, uma multidão como você disse, pedindo a cabeça do Cabral. Pedindo para o Cabral sair. O mesmo Cabral que está preso hoje. Fruto da corrupção. Ao mesmo tempo, você tinha o Cabral que colocou as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) nos morros do Rio de Janeiro com anuência no Fernando Henrique Cardoso, depois do Lula para colocar o exército junto com a polícia e fazer aquilo que o "Passeti" chamou de campos de concentração a céu aberto. Então essa foi a revolta da população.

A população podia não ter isso do ponto de vista claro, analítico, como a gente está fazendo agora. Mas ela sente isso, sente a discriminação, a violência contra ela, a sua impossibilidade de continuar. E os partidos da ordem, querem o quê? Querem o poder, só isso. Querem o poder e querem falar para as pessoas: olha, nós aqui vamos fazer por vocês. Não precisa se preocupar que nós vamos fazer por vocês. Deixa aí, deixa estar que a gente resolve as coisas amanhã.

Quando eles falam que aquele movimento de 2013 e particularmente os teóricos de São Paulo falaram muito isso com exceção do "Safatle", que teve uma posição diferenciada nesse sentido, o que eles diziam? Eles diziam o seguinte: que esse movimento que vem lá – a gente não pode esquecer que na Grécia em 2008 teve uma luta de rua em razão da morte de um companheiro anarquista que morre nas lutas sociais de lá da Grécia. Teve também um movimento que se espalhou nas redes sociais em toda a Grécia. Depois nós vamos ter a Primavera Árabe, as revoltas na Tunísia... enfim, é este momento onde não só o Brasil, mas o mundo coloca esse tipo de organização, esse tipo de análise partindo de uma referência onde há um movimento estrutural e um movimento contingencial.

Essa visão significa que havia uma camisa de força para a movimentação social e 2013 vai mostrar que há uma ruptura com essa estrutura formal. Essa ruptura não se completa, é verdade, porque é abortada por um processo de violência policial. Essa violência causou, como dizem o Khaled e o Vicente, medo, receio. Mas não era só medo, porque o humano, diferente de outro animal, ele vai contra suas tendências de defesa da vida e acaba dando a vida inclusive por coisas que outro animal não daria.

Então as pessoas estavam dispostas e enfrentaram efetivamente a polícia enquanto elas acharam que o movimento estava indo por um caminho rebelde e revolucionário. A partir do momento que começam a entrar CUT, os sindicatos, os partidos políticos... na verdade, a partir do discurso da Dilma Rousseff. A Dilma Rousseff faz um discurso na televisão e, de certa forma, chama para o movimento o Partido dos Trabalhadores, a CUT, as organizações

formais ligadas ao partido. Essas organizações formais vão causar extrema ruptura dentro do movimento, que começa a terminar.

É aí que a direita se apodera daquela parcela das reivindicações populares e transforma isso - dominado pelo Banon e pelo pessoal dos Estados Unidos, que tem uma fórmula de gerenciamento de crises – em uma pauta anti-corrupção, porque a pauta anti-corrupção não estava no movimento, era secundária no movimento. A pauta do movimento era saúde, educação, uma cidade no nível dos estádios da Copa do Mundo... não era isso? Era isso.

Você tinha de fato uma outra aventura, uma outra utopia que vinculava lá uma coisa bonita, boa, que dizia “Poxa, se vocês estão gastando esse monte de dinheiro com a Copa do Mundo, vamos pegar esse dinheiro e investir na população, nos hospitais, na saúde, na segurança comunitária” – e isso assustava os partidos da esquerda da ordem, que foram os principais mentores do fim do movimento. Essa é a minha opinião.

Nós não conseguimos resistir justamente porque nós não tínhamos esses encontros aqui, a gente não tinha essa possibilidade e aí preciso falar para os grupos anarquistas de todos os tipos que as diferenças são boas, elas não são ruins. As diferenças nos fazem ricos e não inimigos uns dos outros. As diferenças são próprias do movimento anarquistas. Então tem que se conviver com anarco-individualista, tem que se conviver com anarco-bakunista, tem que se conviver com um monte de outras fórmulas porque ninguém tem fórmula correta. Não existe verdade.

O que vai definir o que vai acontecer é o próprio movimento, mas para isso temos que estar lá em defesa das pautas do movimento, em defesa da movimentação social. Isso faltou para a gente: uma organização efetiva para produzir essa defesa que os black-blockers, por exemplo, produziram nas greves dos professores no Rio de Janeiro.

Não sei se você se lembra, Wallace, que no Rio de Janeiro, quando a polícia veio para bater nos professores em 2014, os black-blockers fizeram uma barricada enorme e enfrentaram a polícia, botando ela para correr. Ajudaram um monte de professores, que mudaram inclusive o discurso em relação aos black-blocks. Então nós não precisamos temer a violência revolucionária. A violência revolucionária é própria de uma autodefesa do movimento contra a violência do Estado.

(Wallace de Moraes): Os black-blockers aqui no Rio de Janeiro, no 7 de setembro, interromperam o desfile militar. Nesse dia o black-bloc estava maior que todas as forças políticas dos partidos políticos juntas. Digo isso só para terem noção de como a relação de

forças aqui foi bastante diferenciada. O “Fora, Cabral!” o “Cadê o Amarildo?” foram chamados, inicialmente, pelos black-blocs.

(Vicente Mertz): Isso é interessante porque na época eu estava fazendo meu estágio em docência, inclusive, no Julinho, que é a maior escola pública que tem lá em Porto Alegre, e a minha turma era metade black-bloc e outra metade era o que viria a se tornar os bolsominions – eram reacionários. Só de curiosidade, é muito interessante que justamente a galerinha do rock, os rockeiros, eram os reacionários. A galera do black bloc era do pagode, do funk.

Eu acho muito importante esse encontro aqui, a gente estar trocando essa experiência e mantendo viva a memória, porque realmente o que aconteceu, o que nós vivemos, na época, era o governo Dilma, a nível federal, e Tarso Genro, também PT, no Rio Grande do Sul, foi uma coisa muito violenta para a gente.

Agora passou bastante tempo, tô de boas, mas na época foi muito difícil viver aquilo, um terrorismo tipo a gente acordar às 4h da manhã com helicóptero da polícia em cima da nossa casa com holofote para dentro, várias técnicas de tortura psicológica. Testaram tudo naquela situação. Uma brigada militar que estava sob controle do partido dos trabalhadores. Isso é uma coisa que se é esquecida.

Naquela altura tinha-se criado uma história, uma narrativa, que os black-blocs fossem todos de classe média, ou burgueses entediados da sociedade. Eu sei quem são e é a população pobre da periferia e tu com esse discurso está legitimando uma repressão contra os caras... era isso que estava acontecendo na época.

O que a gente teve foi esse governo supostamente de esquerda se alinhando com o que tem de pior na direita brasileira - tem coisas que ainda vão sair, que a gente ainda vai saber – para reprimir a força das ruas, que tinha saído do controle. Para esses setores da esquerda hegemônica, o capitalismo é ruim, mas a população por si só é pior. É a barbárie, então a gente tem que controlar. Isso é uma história que vai se repetir. Eu falei na minha fala inicial sobre esse sentimento de derrota que ficou, com a repressão.

A gente acabou perdendo muitos espaços que nós tínhamos também, em sindicatos, no movimento estudantil, em centros acadêmicos... foi nessa altura que a direita no movimento estudantil super cresceu... claro, tu reprimas com tiro, porrada e bomba e prisão e processa toda a esquerda mais radical, tu abre a porta para a direita agir, crescer como quiser... então foi nessa altura que começou a crescer o movimento de direita da UFRGS.

Interessante que o PT, por exemplo, não existia no movimento estudantil, em 2013 eram só outros partidos e organizações e depois disso ele voltou à cena... então a gente teve uma guinada à direita de todo o espectro social, político da cidade que foi muito difícil para nós que tínhamos vivido esse processo aguentar assim.

Fora os rachas inteiros que corroeram o grupo por dentro e eu não sei quantos desses foram plantados por forças da repressão. Foram muitos expurgos internos e acho que isso é mais uma parte que a gente vai saber quem sabe daqui a mais dez anos, quem sabe daqui a vinte anos... o que foi orgânico e o que não foi dentro de estratégias que a gente sabe que os caras têm e usam desde sempre, são internacionais e continuam usando aqui.

Mas eu estou com bons sentimentos com os ventos da nova estação, acho que essas discussões que estão rolando estão tendo impacto já e como tem muito impacto acho que a gente está entrando agora em um outro ciclo de lutas a nível internacional. Eu estou sentindo desde aqui de Portugal, mas também em contato com várias outras localidades, então é muito importante a gente saber para estar preparado para isso. Em diálogo, vendo o que funcionou, o que não funcionou, porque nossa memória é quem sabe a ferramenta de luta mais importante que a gente tem.

(Victor Khaled): Muito bom ouvir os companheiros, outras experiências, entender um pouquinho do caldo do que compôs junho com toda a sua complexidade. É importante ressaltar a memória das nossas lutas e, principalmente, construir uma memória que colabore para que novos junhos sejam possíveis. Aprender com os erros o que a gente tem, o que faltou para esse movimento se manter coeso, se manter com toda a sua potência, entender como uma das principais lições o tamanho do peso do aparato de repressão e criar ferramentas para se proteger disso. Acho que são muitas as lições das jornadas de junho de 2013, mas talvez a maior, ou pelo menos a que eu gostaria de ressaltar aqui é exatamente essa: a gente entender como se defender, aprender a se defender do sequestro de pauta, porque a gente sabe que novas mobilizações vão ocorrer e esse tipo de fenômeno deve ocorrer de novo. Então como a gente evita isso e como a gente se protege da criminalização e da violência do Estado.

Essa mais bruta, o Vicente falou disso com muita propriedade. Então é criar, fortalecer ferramentas de apoio mútuo para que a gente tenha estruturas para saber suportar um pouco melhor a criminalização e a repressão que é inevitável. É a resposta histórica das classes dominantes do capitalismo às mobilizações das classes oprimidas. Então criar espaços de diálogo e de apoio. Tem uma palavra de ordem que é dos companheiros e companheiras

gaúchos que é cercar de solidariedade, rodear de solidariedade os companheiros, então eu encerro com essa colocação. Chamando a atenção para a importância disso.

(Cleyton Preto): Primeiro eu quero agradecer a alegria do encontro, porque há tantos desencontros pela vida - como dizia o Poetinha – para a gente ter esse encontro aqui que espero que se repita e que a gente traga mais e mais pessoas, companheiros libertários para produzir a solidariedade ativa: grupos de ajuda mútua para autodefesa, porque vem por aí momentos muito tensos – ao menos na minha perspectiva – porque o movimento social vai acabar crescendo de novo, as pautas de junho não acabaram, não foram satisfeitas, as dificuldades da população continuam, seja na saúde, na educação, no transporte, na vida cotidiana, no trabalho... em todas as situações as pessoas estão submetidas todos os dias e elas veem sua subjetividade atacada pelas questões objetivas.

Então a outra coisa importante que eu acho que é bom demarcar e é claro que posso estar errado, é que acabou a aliança da esquerda da ordem com os militares. 2013 botou um fim nisso. Bolsonaro é a expressão desse fim porque ele não quer mais a democracia e parte dos militares não querem mais a democracia burguesa ou qualquer outra, pois não serve mais aos militares e muito menos aos setores industriais e financeiros desse país e do mundo. Está lá na Itália fascista a Primeira-Ministra, o Trump que acabou de sair, o Erdogan acabou de ganhar as eleições de novo na Turquia, o cara da Hungria continua lá com esses movimentos fascistas de massa, então nós não podemos esperar que um Zelensky mais maluco ou um Putin mais maluco aperte o botãozinho do extermínio da população para continuar e fazer uma nova sociedade. Uma outra coisa que eu acho importante é que o esgotamento do modelo econômico significa o esgotamento das políticas públicas. Não dá mais para a burguesia governar e quando estiver em crise chamar a esquerda da ordem para fazer políticas públicas e não tocar na socialização da produção e do consumo.

Efetivamente, temos aqui no país cerca de 2% da população que detém 70% da riqueza nacional. Então é um absurdo você achar que apenas com políticas públicas, o Estado que tem menos de 20% dos recursos nacionais, você vai conseguir fazer a distribuição de renda. Isso é uma balela. Você não vai fazer a distribuição de renda sem mexer com os patrões, os empresários, com o setor financeiro que defende os privilégios e que mudou nossa constituição. Se você comparar a constituição como está hoje com a de 1988, sobrou só as cláusulas pétreas, foi completamente modificada. Retiraram de lá as questões das

comunidades tradicionais. Nós estamos em uma situação muito complicada e isso vai reverberar nos movimentos sociais.

Lembrando que quem produziu o bolsonarismo e a direita no país foram os mesmos que usaram a lei de organização criminosa contra os ativistas do Rio de Janeiro. Os mesmos que editaram e promulgaram, em seguida, a lei antiterrorista editada pela FIFA. Então nós não podemos achar que a responsabilidade do crescimento da direita que sempre existiu, porque o racismo aqui sempre existiu, porque a homofobia aqui sempre existiu, porque a misoginia aqui sempre existiu é só ver as piadas antigas que o brasileiro ria, para você ver que essa direita sempre existiu, só estava presa.

Quem trabalha na universidade sabe, você tem os professores bolsonaristas, os professores hoje falam abertamente que são de direita. Eles não falavam isso porque havia um acordo de cima para baixo entre as elites, só que esse acordo já era. Então vamos esperar para muitos outros acontecimentos. Junho de 2013 soa para a gente como maio de 68 na França e é uma mudança radical das políticas sociais e espero que a gente se prepare para os novos tempos, porque os novos tempos virão. Abraços para todos, muito obrigado por tudo.